



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO – JORNALISMO E SOCIEDADE**

**A PRESENÇA DA
MÍDIA DAS FONTES AGÊNCIA SENADO
EM NOTÍCIAS DA
FOLHA ONLINE E DE O GLOBO ONLINE**

IARA TERESINHA DE FARIAS BORGES

**Brasília
2008**

IARA TERESINHA DE FARIAS BORGES

**A PRESENÇA DA
MÍDIA DAS FONTES AGÊNCIA SENADO
EM NOTÍCIAS DA
FOLHA ONLINE E DE O GLOBO ONLINE**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação, exigidos pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília – UnB.
Orientação: Prof. Dra. Zélia Leal Adghirni.

Brasília

2008

IARA TERESINHA DE FARIAS BORGES

**A PRESENÇA DA
MÍDIA DAS FONTES AGÊNCIA SENADO
EM NOTÍCIAS DA
FOLHA ONLINE E DE O GLOBO ONLINE**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação, exigidos pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília – UnB.
Orientação: Prof. Dra. Zélia Leal Adghirni.

Data: _____

Banca Examinadora:

Zélia Leal Adghirni - Orientadora
Doutora - Universidade de Brasília

Luiz Martins da Silva
Doutor - Universidade de Brasília

Francisco Cláudio Corrêa Meyer Sant'Anna
Doutor - Universidade de Brasília

Ninguém pode basear-se, hoje, na sua pretensão ao conhecimento, numa evidência indubitável ou num saber definitivamente verificado. Ninguém pode construir seu conhecimento sobre uma rocha de certeza. A minha pesquisa de Método parte, não da terra firme, mas do solo que desmorona. O fundamento deste trabalho é a perda do fundamento científico, a ausência de qualquer outro fundamento, mas não o nada. A situação dos conhecimentos científicos, de que se alimenta essencialmente a minha investigação, não constitui a sua “base”. É a transformação desses conhecimentos que constitui o seu motor. As idéias destrutivas tornam-se aí idéias reconstrutoras.

Edgar Morin¹

¹ 1980, p. 23.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma, e mesmo sem saber, contribuíram para que fosse possível a realização desta pesquisa. Quero registrar um agradecimento especial:

À Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília pelo crédito que deu a esta pesquisa, aos professores, que apontaram alternativas possíveis, e à administração, que, com gentileza, sempre orientou em assuntos burocráticos.

À Agência Senado e, especialmente, à diretora Valéria Almeida e à chefia de reportagem, Denise Resende, pela compreensão em momentos tensos.

Aos meus filhos Hermes, Ananda, Christian e Sophia, que entenderam a minha “ausência” de suas vidas durante o tempo do estudo.

À Eva Borges, minha mãe, que sempre apoiou minhas decisões, apesar de nem sempre concordar com elas. Ao meu pai, Edison Borges, *in memoriam*, que sempre me incentivou, mas não pôde prestigiar esta conquista.

Ao jornalista Floriano Becker, cujas preciosas lições de ética jornalística encontram sintonia em meu modo de agir profissional.

Sobretudo, quero registrar profunda gratidão a minha orientadora, Zélia Leal Adghirni, que com sua sabedoria, competência e simplicidade – virtude dos sábios – soube indicar os caminhos seguros a serem percorridos nessa jornada.

Com todos reparto a alegria deste momento.

Dedico os méritos que eventualmente este trabalho possa ter àqueles que contribuem com o esclarecimento do ser humano. Que a cada dia um número maior de pessoas acorde para a realidade e ajude a fazer do nosso planeta um lugar onde haja mais justiça.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	11
ÍNDICE DE ANEXOS	14
1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	20
2.1 Justificativa.....	21
2.2 Definição do problema de pesquisa	22
2.3 Análise de Conteúdo	23
2.4 Análises qualitativa e quantitativa e categorias	25
2.4.1 Material empírico do Caso Renan Calheiros	26
2.4.2 Material empírico do Período Normal de Atividades do Senado	30
2.4.3 Material empírico do Período de Recesso	31
2.5 Observação participante e comparação.....	32
2.6 Estudo de caso.....	33
3 REFERENCIAL TEÓRICO	35
3.1 Agendamento	35
3.1.1 Contra-agendamento	38
3.1.2 Interagendamento	42
3.2 Mídias das Fontes	43
3.3 <i>Newsmaking, news value e gatekeeping</i>	45
4 OS NOVOS JORNALISMO E JORNALISTAS	48
4.1 O Jornalismo e o jornalista tradicionais	48
4.2 O novo Jornalismo e as mudanças na profissão.....	49
4.3 O Jornalismo online.....	52
4.3.1 O tempo e a velocidade	54
4.3.2 A imprecisão da informação online	55
5 OS SITES NOTICIOSOS	64
5.1 Agência Senado	65
5.2 O Globo online	68
5.3 Folha Online	69
6 CASO RENAN CALHEIROS, RECESSO E PERÍODO NORMAL	71
6.1 Caso Renan – a denúncia e o trabalho do Legislativo	71
6.1.1 – Conselho de Ética	75
6.1.2 – Plenário	83

6.2 Período de atividade normal do Senado Federal	93
6.3 Recesso parlamentar de julho/2008	97
7 DIREITO À INFORMAÇÃO E CIDADANIA	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	131

RESUMO

Esta pesquisa busca examinar se as empresas de jornalismo online Folha Online e O Globo usam notícias produzidas pela Agência Senado no processo de elaboração de seus conteúdos. Para isso, estaremos baseados na teoria do agendamento, elaborada por Maxwell McCombs e Donald Shaw², bem como no conceito de “mídia das fontes”, desenvolvido por Francisco Sant'Anna³ para definir o fenômeno pelo qual instituições que desempenhavam papel de fonte da notícia passam também a possuir seus próprios veículos de informação. Esse estudo verifica se as notícias produzidas pela Agência Senado – uma mídia das fontes – são citadas pelos veículos de comunicação privados Folha Online e O Globo online, numa referência ao interagendamento de mídias proposto por McCombs e Shaw. Com esse objetivo, foram analisadas as notícias divulgadas por esses meios de comunicação em três momentos: um de escândalo (o processo de quebra de decoro parlamentar que enfrentou o então presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em 2007), um de recesso parlamentar (de 18 a 31 de julho de 2008) e um de atividade normal da Casa (mês de agosto de 2008).

Palavras-Chave: Jornalismo digital, Mídia das Fontes, Agendamento, Senado Federal.

² Teoria apresentada em artigo: COMBS, E. Maxwell; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly* 36, Verão 1972, pp. 176/187.

³ Conceito apresentado em *Media de Source: un nouvel acteur sur la scene journalistique bresilienne*, tese de doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação pelo Centre de Recherches sur l'Action Politique en Europe (Crape) da Universidade de Rennes-1, França. Disponível em <http://www.crape.univ-rennes1.fr/documents/theses/theseSant%27Anna.pdf>.

ABSTRACT

This research seeks to examine the use of the Agência Senado news by Folha Online and the O Globo, journalism online business. Then, we are based on the theory of Agenda-Setting, developed by Maxwell Mc'Combs and Donald Shaw, as well as the concept of "Sources Media", prepared by Francisco Sant'Anna to define the phenomenon which institutions that have played the role of news source now also they have their own medias. This study verifies if the news produced by the Agência Senado – a sources media – is used by the private vehicles of communication Folha Online and O Globo online, a reference to a media interagenda-agenda-setting proposed by Mc'Combs and Shaw. Then, we analyzed the news disseminated by O Globo online and Folha Online during three periods: one of scandal (the process of breaking parliamentary decorum that faced the then chairman of the Senate, senator Renan Calheiros - PMDB-AL, in 2007), other of parliamentary recess (between July 18 and 31, 2008) and another of normal activity of the House (August, 2008).

Key-words: online Journalism, Media Sources, *agenda-setting*, Brazilian Senate.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Total de material noticioso coletado no Caso Renan.....	26
Gráfico 2 – Total de material coletado na Agência Senado – Caso Renan	27
Gráfico 3 – Total de material coletado na Folha Online – Caso Renan.....	27
Gráfico 4 – Total de material coletado no O Globo Online – Caso Renan	28
Gráfico 5 – Total de material da Agência Senado, Caso Renan, por editoria	29
Gráfico 6 – Total de material da Folha Online, Caso Renan, por editoria	29
Gráfico 7 – Total de material de O Globo Online, Caso Renan, por editoria.....	30
Figura 1 – Mudança do nome do Site de O Globo Online para O Globo.....	31
Figura 2 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h17m	56
Figura 3 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h20m	57
Figura 4 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h23m	57
Figura 5 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h25m	58
Figura 6 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h27m	58
Figura 7 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m	59
Figura 8 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m, continuação 1	59
Figura 9 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m, continuação 2	60
Figura 10 – O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m, continuação 3	60
Figura 11 – O Globo Online de 12/09/2007, às 12h56m	64
Figura 12 – O Globo online de 18/07/2008, às 13h31m	65
Gráfico 8 – Total de notícias coletadas e analisadas no Caso Renan	75
Gráfico 9 – Total de notícias coletadas no Caso Renan, Conselho de Ética	77
Gráfico 10 – Notícias da Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética, por editoria	78

Gráfico 11 – Notícias de O Globo Online, Caso Renan, Conselho de Ética, por editoria	79
Gráfico 12 – Notícias coletadas na Folha Online, Caso Renan, Conselho de Ética, por editoria.....	79
Gráfico 13 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética.....	80
Gráfico 14 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética, editorias Notícias e Últimas Notícias	80
Figura 13 – Agência Senado, resultado do Caso Renan no Conselho de Ética.....	81
Figura 14 – Agência Senado, resultado do Caso Renan no Conselho de Ética.....	82
Figura 15 – Página de O Globo Online, resultado da votação do Caso Renan no Conselho de Ética	83
Gráfico 15 – Total de notícias coletadas no Caso Renan durante o Plenário	84
Gráfico 16 – Total de notícias coletadas na Agência Senado, Caso Renan, Plenário	85
Gráfico 17 – Total de notícias coletadas na Folha Online, Caso Renan, Plenário	86
Gráfico 18 – Total de notícias coletadas em O Globo Online, Caso Renan, Plenário	87
Gráfico 19 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Plenário	88
Gráfico 20 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética, editorias Notícias e Últimas Notícias.....	88
Figura 16 – Página de O Globo Online, Caso Renan Plenário.....	89
Figura 17 – Página da Agência Senado, Caso Renan Plenário	89
Quadro 1 – Total de páginas noticiosas produzidas.....	90
Gráfico 21 – Produção de notícias total de cada veículo	91

Gráfico 22 – Crescimento da produção de notícias do Conselho de Ética para o Plenário	91
Gráfico 23 – Crescimento da produção de notícias em cada veículo (por unidade)	92
Gráfico 24 – Crescimento da produção de notícias de cada veículo (em %)	92
Figura 18 – Página da Folha Online de 06/08/2008, 17h46min – Período de atividade normal do Senado	95
Figura 19 – Página de O Globo Online de 21/08/2008, 08h21min – Período de atividade normal do Senado	96
Gráfico 25 – Número de matérias em que Folha Online e O Globo citam a Agência Senado	97
Figura 20 – Folha Online de 14/01/2008, 16h49min – Período de recesso parlamentar	99
Figura 21 – Folha Online de 27/01/2008, 19h35min – Período de recesso parlamentar	100
Quadro 2 – Número de matérias creditadas à Agência Senado, em 2006.....	110
Figura 22 – Página da Folha Online de 13/09/2007, 13h18min	112
Figura 23 – Página do G1 de 13/09/2007, 17h26min	113

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Competências do Senado Federal de acordo com a Constituição	132
Anexo 2 – Pronunciamento do presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros, em sua defesa das acusações da revista Veja	134
Anexo 3 – Página de Folha Online, na qual afirma ser o primeiro jornal brasileiro online.....	140

1 INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação de massa privados, a chamada grande imprensa, não são mais os únicos a informar a sociedade a respeito de política. Nos últimos anos, setores do Governo desenvolveram e implantaram seus próprios veículos de comunicação. Assim, órgãos que até há pouco tempo desempenhavam apenas papel de “fonte” da notícia passaram também a emitir informações, como acontece, por exemplo, com o Poder Legislativo. Esse fenômeno, relativamente novo no Brasil, é denominado por Francisco Sant’Anna (2007, p. 8) como “Mídia das Fontes”.

O Senado Federal, assim como a Câmara dos Deputados, criou seus próprios veículos de comunicação. Esse fato permitiu que a sociedade brasileira passasse a ter conhecimento, sem a intermediação da imprensa externa, sobre o que acontece no Senado, tanto no Plenário, como nas comissões temáticas, e também saber sobre fatos relacionados ao Parlamento. O sistema de comunicação do Senado é composto por jornal (*Jornal do Senado*), canal de televisão (*TV Senado*), rádio em ondas curtas e médias (*Rádio Senado*) e agência de notícias (*Agência Senado*).

A Agência Senado – primeiro veículo criado dentro do sistema de comunicação do Senado, em 1995 – leva ao conhecimento da sociedade todas as opiniões, ideologias e interesses representados pelos senadores dos diversos partidos e diferentes segmentos sociais.

Com o avanço tecnológico e o advento da internet, as empresas jornalísticas começaram a transmitir informações em períodos cada vez menores, não mais respeitando o ciclo de 24 horas, o qual deu origem ao termo jornalismo – uma referência a *jour*, em francês, dia. Com isso, o Jornalismo sofreu modificações e o novo modo de desempenhar a atividade, muitas vezes, torna a profissão um campo nebuloso – o *professionnalisme du flou* ou profissionalismo sem limites definidos, como sugere Denis Ruellan (1993, p. 236). Essa imprecisão a respeito dos limites da atuação profissional gera confusão quanto às características do Jornalismo, características essas que podem configurar outro campo profissional, como o de Relações Públicas, por exemplo.

As transformações também podem alcançar a própria maneira de produção das notícias, pois o perfil do jornalista e a sua rotina foram modificados: o

repórter fica mais na redação e elabora as notícias a partir do tratamento e edição das informações fornecidas pelas fontes, o que é definido pelo conceito francês de *journaliste assis*, ou "jornalista sentado", em oposição ao *journaliste debout*, aquele que vai para a rua em busca das informações.

Essas novas condições ocasionaram mudanças no modo de fazer jornalismo no Brasil. Jornalistas atuam como assessores de imprensa, relações públicas e também como servidores públicos, além da tradicional atividade genuinamente jornalística. Esse fato determina, segundo Adghirni (2004, não paginado), uma hibridação das fronteiras profissionais, que afeta o *status* e a identidade do jornalista. Segundo ela:

O novo jornalista é um profissional híbrido com perfil de camaleão, ora identificado com as rotinas da redação, ora como assessor de imprensa, ora como jornalista/funcionário. Também pode estar "produzindo conteúdos" para um site na internet, numa empresa privada, numa ONG ou atuando no contexto da "advocacia" de causas públicas e/ou sócio-humanitárias (ADGHIRNI, 2004, 27).

Esta pesquisa examina se há aproveitamento pelos *sites* noticiosos Folha Online e O Globo online das notícias produzidas pela Agência Senado, se essas mídias comerciais recorrem à "mídia das fontes" para elaborar seus conteúdos. Para isso, estaremos baseados na hipótese da *Agenda-Setting*, ou Agendamento, elaborada por Maxwell Mc'Combs e Donald Shaw, bem como no conceito de "Mídia das Fontes", desenvolvido por Francisco Sant'Anna para definir o fenômeno pelo qual instituições que desempenhavam papel de fonte da notícia passam também a possuir seus próprios veículos de informação. Assim, investigamos se as notícias produzidas pela Agência Senado – uma "mídia das fontes" – são usadas como fonte pelos veículos de comunicação privados Folha Online e O Globo online para a elaboração de seus próprios conteúdos, numa referência ao interagendamento de mídias, também sugerida por Mc'Combs e Shaw (*apud* HOHLFELDT, 2001, p.198).

Para cumprir o objetivo da pesquisa, selecionamos um *corpus* composto por notícias divulgadas pela Agência Senado, Folha Online e O Globo Online em três diferentes momentos da atividade do Senado Federal: um de escândalo, um de recesso parlamentar e um de atividade normal da Casa. Com relação ao momento de escândalo, foram analisadas as notícias relativas ao processo de quebra de decoro parlamentar que o então presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), enfrentou em 2007. Quanto ao recesso parlamentar,

examinou-se o período entre 18 e 31 de julho de 2008. Já em relação ao momento de atividade normal da Casa, verificamos as notícias divulgadas durante o mês de agosto de 2008.

O estudo desse fenômeno denominado “mídias das fontes” se mostra fundamental, especialmente porque o Parlamento, bem como outras instituições públicas, tem perdido sua credibilidade perante a sociedade ao longo tempo, conforme mostra estudo de Ricardo Caldas e Robson Pereira (2006, p.2). As atribuições do Poder Legislativo estão elencadas nos artigos 44 a 75 da Constituição e dizem respeito a assuntos de interesse de toda a população. Nas dependências do Parlamento brasileiro são apresentados, discutidos e votados projetos de lei que podem repercutir de forma positiva ou negativa no cotidiano das pessoas.

O Senado Federal integra o Poder Legislativo, juntamente com a Câmara dos Deputados, e se caracteriza por ser uma instituição plural, constituída por representantes de todos os estados da federação, eleitos pelo povo. São 81 senadores – três representantes de cada estado da federação e do distrito federal – eleitos pela população segundo o princípio majoritário⁴, para um mandato de oito anos. Cada senador é eleito com dois suplentes. A eleição dos representantes de cada estado brasileiro e do Distrito Federal acontece a cada quatro anos para compor, de forma alternada, um terço e dois terços do colegiado. Isso quer dizer que numa eleição é eleito um representante de cada estado e do Distrito Federal e, na eleição seguinte, são eleitos dois representantes para cada uma dessas unidades da federação. As atribuições do Senado estão estabelecidas no artigo 52 da Constituição (Anexo 1).

Como é formado por diferentes partidos políticos, blocos parlamentares, coligações partidárias e bancadas setoriais, o Senado decide fundamentado nos diversos interesses e segmentos da sociedade, e isso vai afetar direta ou indiretamente a vida das pessoas. Uma vez que a sociedade é a destinatária das decisões tomadas no Poder Legislativo, do qual o Senado faz parte, e os parlamentares são meros representantes dos interesses dos eleitores, as pessoas

⁴ Princípio majoritário é aquele em que a vontade da maioria dos eleitores é a única a contar na atribuição de cadeiras.

têm o direito de conhecer os fatos que acontecem no Congresso Nacional e em suas Casas. Nesse sentido, os veículos de comunicação, tanto públicos como privados, desempenham o papel de “porta-voz” do Legislativo perante a população.

Os veículos do sistema de comunicação do Senado, do qual a Agência Senado – objeto deste estudo – faz parte, são responsáveis pela divulgação dos fatos que acontecem nessa Casa legislativa e, portanto, devem contemplar em seu noticiário a pluralidade de interesses e visões de seus integrantes. Assim, as informações difundidas pela “mídia das fontes” Agência Senado, pelo menos em teoria, são mais completas do que as divulgadas pela mídia comercial.

Isso acontece porque as empresas de comunicação privadas, ao desempenharem suas atividades, não podem observar a multiplicidade de interesses presente no Parlamento, uma vez que, conforme Abramo (1989, p. 116), dependem de relações político-econômicas com determinados setores da sociedade. Os veículos privados nem sempre podem divulgar informações políticas com isenção e imparcialidade, pois muitas vezes estão condicionados a questões de ordem econômica ou política. Conforme ressalta Abramo, a linha editorial da empresa de comunicação interfere na produção da informação (*newsmaking*).

A grande imprensa, como já definido pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. [...] Ela tem interesses peculiares, pertencentes a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. (ABRAMO, 1989, p.116).

A Folha Online e O Globo Online, veículos de comunicação comerciais, e a Agência Senado, uma “mídia das fontes”, divulgam suas notícias por meio da internet. Para fazer referência à produção de notícias que serão divulgadas pela internet, esta pesquisa adotou o conceito de jornalismo online. Estudos posteriores poderão complementá-la para abordar o fenômeno “mídias das fontes” a partir do conceito de Jornalismo Público (*civic journalism*) – entendendo esta linha de pensamento como aquela em que jornalistas e público não são apenas espectadores dos acontecimentos, mas estão incluídos nos processos políticos e sociais⁵.

Conforme explica Silva (2006, não paginado), o *civic journalism* surgiu nos Estados Unidos e, desde suas origens, esteve associado à formação do eleitor e ao estímulo ao voto, que naquele país é facultativo. A proposta era esclarecer o público

⁵ Definição da enciclopédia online Wikipedia <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalismo>.

sobre a necessidade não apenas de votar, mas de escolher candidatos diretamente interessados em seus problemas.

A emissão de informações feita pelas próprias instituições é, muitas vezes, considerada tendenciosa e corporativista, o que, portanto, excluiria uma das principais características do Jornalismo que é a isenção e a imparcialidade na cobertura dos fatos. Porém, a divulgação de informações sobre o Senado Federal pela “mídia das fontes” Agência Senado pode oferecer à sociedade condições mais efetivas para o exercício da cidadania, já que essa Casa representa os interesses de todos os brasileiros e a Agência Senado deve incluí-los em suas notícias. A Agência Senado, ao difundir na internet informações relativas ao Senado Federal, contribui com o processo de transparência da instituição.

Essa decisão das instituições públicas de apresentar à sociedade informações de forma clara, segundo o sociólogo italiano Norberto Bobbio (1986, p.29), é fundamental para que governos mantenham-se democráticos.

Uma das razões da superioridade da democracia diante dos estados absolutos [...] funda-se sobre a convicção de que o governo democrático poderia finalmente dar vida à transparência do poder, “ao poder sem máscara” (BOBBIO, 1986, p. 29).

Bobbio (1986, p. 9) também destaca que é natural da democracia estar em constante transformação, uma vez que se trata de um processo dinâmico, ao contrário do despotismo, que “é estático e sempre igual a si mesmo”. Em contraposição às formas de governo autocrático, observa o sociólogo, a democracia se caracteriza por regras claras que determinam quem pode tomar decisões coletivas e quais os procedimentos utilizados (BOBBIO, 1986, p.18).

2 METODOLOGIA

O recorte dos veículos a serem estudados para fins desta pesquisa foi definido em função do tipo de mídia utilizada - todos online. Esses veículos baseados na *web* ou rede (em referência à sigla em inglês para World Wide Web - Rede Mundial de Computadores) recebem muitas outras denominações (jornalismo digital, webjornalismo, entre outras). Porém, para fins deste estudo, preferimos utilizar a forma “online”, sem hífen, por uma questão de simplificação desse anglicismo. Ambos os termos – “online” e “on-line” – são usados e, de acordo com a Wikipédia⁶, os dois estão corretos, mas o portal dá preferência à forma “online”, a que também adotamos.

Preferimos a expressão “jornalismo online” em detrimento das demais expressões pelo fato de as informações estarem disponibilizadas em um suporte que se encontra em permanente conexão com o público, isto é, está constantemente “em linha”.

Qualquer que seja a sua denominação - jornalismo digital, jornalismo on-line ou webjornalismo -, o jornalismo marca sua presença na World Wide Web oferecendo informação e conteúdo, em especial nos sites de jornais e revistas impressas que migraram para a rede mundial, nos sites de agências de notícias, nos sites noticiosos especializados, nos portais e nos sites de instituições e empresas comerciais (PINHO, 2003, p. 10).

As novas tecnologias permitiram o avanço da internet e favoreceram o surgimento de um novo tipo de Estado – a sociedade da informação. Nessa esfera, o próprio Estado adota medidas para favorecer a transparência e o estímulo ao diálogo. Segundo Kucinski, a internet "deu viabilidade técnica ao exercício da democracia direta e acesso direto do cidadão aos serviços do Estado" (2005, p.76).

A pesquisa também aborda mídias tanto do setor público como da grande imprensa. Assim, selecionou-se, entre os veículos públicos, o sistema de comunicação do Senado Federal e, nesse, a Agência Senado. Já para representar o setor privado, foram escolhidos dois veículos dentre as principais empresas de comunicação brasileiras: Organizações Globo e Grupo Folha. Assim, o foco esteve

⁶ Wikipédia: Online ou on-line é um anglicismo da gíria da Internet. Este termo passou a ser adotado pelos internautas e popularizou-se com a expansão de fluxo de dados através da Internet, ocorrida a partir da década de 1990. Também se usa em português a tradução literal do termo em inglês - "na linha" - com sentido metonímico – de estar conectado a uma rede ou a um sistema de comunicações. Os termos possuem ainda o significado mais claro de "ao vivo", "conectado" ou "ligado". <http://pt.wikipedia.org/wiki/Online>.

nas notícias divulgadas pelo O Globo online e Folha Online.

A escolha da Agência Senado como representante das “mídias das fontes” do Legislativo deve-se ao fato de a pesquisadora trabalhar nesse veículo, o que, de certa forma, favorece a coleta de dados para a pesquisa, numa referência à abordagem antropológica da observação participante. De acordo com Laville e Dionne (2007, p. 153), a observação participante, usada inicialmente para estudar sociedades primitivas, hoje é utilizada para pesquisar ambientes de trabalho em que o pesquisador esteja inserido. Essa abordagem metodológica é positiva porque os demais elementos do grupo não se sentem “invadidos” pelo pesquisador em suas rotinas.

O objetivo do presente estudo é examinar se as informações difundidas pela “mídia das fontes” Agência Senado são citadas pelas mídias online privadas Folha Online e O Globo online. Para isso, foram coletadas notícias divulgadas por esses meios de comunicação em três momentos distintos da atividade do Senado – um de escândalo, outro de recesso parlamentar e um outro de atividade normal da Casa.

Para o exame de uma situação em que o Senado Federal foi envolvido em escândalo, foram observadas as notícias relativas ao processo de quebra de decoro parlamentar que o então presidente do Senado Federal, que é também presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), enfrentou em 2007, nesta pesquisa também denominado simplesmente “Caso Renan”. No que diz respeito ao recesso parlamentar, verificou-se o período entre 18 e 31 de julho de 2008. E para estudar um momento de atividade normal da Casa, analisamos as notícias divulgadas durante o mês de agosto de 2008.

2.1 Justificativa

A pesquisa sobre a relação da Agência Senado com os *sites* de jornalismo online privados mostra-se relevante, uma vez que o Senado Federal sempre desempenhou o papel de fonte da informação, enquanto que os veículos de comunicação comerciais recorriam ao Parlamento em busca de notícias. Essa relação sofreu, na última década, alterações importantes. A principal delas foi o fato de o Senado Federal brasileiro ter criado seus próprios veículos de comunicação

(televisão, rádio, jornal impresso e agência de notícias online) e passar a também emitir notícias diretamente à sociedade, sem a intermediação dos clássicos *mass media*.

Os meios de comunicação privados, por sua vez, adequaram-se às inovações. Apesar de os principais veículos nacionais manterem jornalistas cobrindo as atividades do Congresso Nacional – os setoristas –, a consulta às informações divulgadas pela Agência Senado começou a fazer parte de suas rotinas na elaboração de seus próprios conteúdos. Isso ocorre porque o material noticioso da Agência Senado, bem como imagens das atividades da Casa, é divulgado pelo *site* do Senado (www.senado.gov.br) e estão à disposição da sociedade e dos meios de comunicação, que podem utilizá-los para produção de notícias, com a condição de que a fonte Agência Senado seja citada.

Assim é importante saber se, com essa nova alternativa, os meios de comunicação recorrem às informações da Agência Senado para a elaboração de suas próprias notícias. Se o fazem, é como mera fonte de informação, ou utilizam as notícias na íntegra, citando a fonte? É interessante também analisar se a utilização do material da Agência Senado acontece sem a citação da fonte, o que não está no âmbito deste estudo.

2.2 Definição do problema de pesquisa

O objetivo desta pesquisa é verificar se as notícias da Agência Senado são citadas pela mídia online privada. Com esse intento, foram examinadas as notícias veiculadas pela Agência Senado, Folha Online e O Globo online – mídias que difundem informações pela internet – referentes ao processo de quebra de decoro parlamentar que o então presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), enfrentou no mês de setembro de 2007; ao período de recesso parlamentar de 18 a 31 de julho de 2008; e durante o mês de agosto de 2008.

Então, considerando o interagendamento de mídias, as perguntas que direcionam a pesquisa são: *As notícias veiculadas pela Agência Senado agendam meios de comunicação comerciais?* e *os meios de comunicação comerciais recorrem às mídias das fontes na elaboração de seus conteúdos?*

Neste estudo, foram consideradas apenas as notícias da Folha Online e de O Globo online que continham a citação da fonte Agência Senado. As demais possibilidades de uso do conteúdo da “mídia das fontes” Agência Senado, apesar de relevantes e interessantes, não fazem parte do escopo da presente pesquisa. O uso de imagens produzidas pela Agência Senado, mesmo quando citada a fonte, também não foram analisadas neste estudo.

2.3 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é um método das ciências humanas e sociais usado para investigar fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisas (FONSECA JÚNIOR, 2005, p.280). Já a análise de discurso, segundo Laurence Bardin (*apud* JÚNIOR, 2005, p.290) substitui a análise de conteúdo, uma vez que busca estabelecer ligações entre condições de produção do discurso e sua estrutura.

Segundo Fonseca Júnior, apesar de a análise de conteúdo ter começado a ser usada regularmente nos vários campos do conhecimento a partir do século XX, esse método já havia sido usado no século XVIII, em análise da corte suíça de 90 hinos religiosos anônimos, chamados os Cantos de Sião, com o objetivo de verificar se continham idéias perniciosas. Atualmente, tal análise é usada como método científico em Ciências Políticas, Psicologia, Crítica Literária, Sociologia e, o que nos interessa para esta pesquisa, em Comunicação, método pelo qual se compara o conteúdo de diferentes mídias. Até a metade do século XX, os principais estudos da análise de conteúdo eram relacionados à opinião pública e à propaganda política (FONSECA JÚNIOR, 2005, p.281). A pesquisa de Berelson e Lazarsfeld sobre eleições⁷, publicada em 1948, é considerada o primeiro manual desse método numa análise de conteúdo em pesquisa em Comunicação. Por esse método, a análise da mensagem é feita de forma sistemática e está fundamentada num conjunto de procedimentos que será aplicado a todo o conteúdo examinado.

Nesta pesquisa, nos beneficiamos da análise de conteúdo para comparar o material produzido por três *sites* de notícias – Agência Senado, Folha Online e O Globo online – sem nos determos demoradamente em cada um de seus textos. Para

o objetivo deste estudo, será feita uma análise das matérias jornalísticas para verificar se os *sítes* privados estudados utilizam o conteúdo da Agência Senado – uma “mídia das fontes”⁸, com a referida citação da fonte.

Com o advento da internet, a partir da década de 1990, o método passou a ser utilizado também para analisar bancos de dados online. Se, por um lado, a internet trouxe possibilidade de acesso ao conteúdo de novas mídias, por outro, altera as principais características da comunicação jornalística tradicional - a unidirecionalidade e a massificação, o que pode prejudicar a análise de conteúdo. Na internet, apesar de o conteúdo estar aberto ao acesso de todos, as pessoas buscam informações de acordo com seus interesses pessoais, portanto, não há massificação padronizada da informação. É importante observar ainda, que, uma vez inserido o conteúdo na rede mundial de computadores, é praticamente impossível controlá-lo. Essa falta de controle se dá pela ampla possibilidade de alteração da mensagem original, tanto pelo próprio emissor como pelos infinitos receptores ao retransmiti-la.

De acordo com Bardin (1988, p.69) a análise de conteúdo é realizada em cinco etapas. 1) organização da análise – pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, com interpretação. 2) Codificação, em que os dados brutos são sistematizados. Nessa fase se faz o recorte e a enumeração. 3) Classificação do *corpus*. 4) Categorização – é o trabalho de reagrupar os dados, a partir da classificação, reduzindo-os a categorias. 5) A última fase é a análise propriamente dita. Tal análise pode ser realizada de acordo com a pesquisa e ser trabalhada nas formas Semântica (temáticos), Sintática (adjetivos), Léxica (sentido das palavras), e expressiva, bem como realizar o inventário (isolamento de elementos) e fazer a classificação dos elementos.

Depois das fases do processo da análise, chega-se à definição do que será analisado ou desconsiderado na pesquisa. Conforme Bardin (1988), outras regras são impostas à pesquisa a partir desse momento. 1) Regra da Exaustividade – qualquer documento referente ao assunto pesquisado deve ser considerado. 2) Regra da Representatividade – trabalha com uma amostra que

⁷ Lazarsfeld, Paul F., Bernard Berelson, and Hazel Gaudet. *The People's Choice*. 2nd ed. Columbia University Press.

⁸ Conceito mais bem explicado no capítulo Referencial Teórico.

realmente seja representativa do universo analisado, o que varia de acordo com a disponibilidade de recursos humanos, econômicos e temporais. Para esta pesquisa, adotamos três momentos da atividade parlamentar do Senado Federal: um de escândalo, outro de atividade normal, e um outro de recesso. 3) Regra de Homogeneidade – os documentos devem ser de mesma natureza, gênero e assunto. Devem ser respeitados subitens em cada categoria. 4) Regra de Pertinência – os documentos devem ser adequados aos objetivos da pesquisa em todos os aspectos, o que inclui objeto de estudo, período, análise e procedimentos.

2.4 Análises qualitativa, quantitativa e categorias

A pesquisa qualitativa é útil para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade. Já a etapa quantitativa permite que sejam realizadas análises numéricas dos dados levantados na etapa qualitativa. Uma pesquisa quantitativa faz uso de instrumentos específicos, capazes de estabelecer relações e causas, levando em conta as quantidades. Antes da demarcação definitiva da pesquisa, alguns dados da pesquisa qualitativa podem ser eliminados do *corpus* de análise.

A variedade de informações coletadas precisa ser tratada, uma vez que dados brutos não são conclusivos. Quanto a isso, observa Laville e Dionne:

O que nos oferecem as estatísticas? Uma massa de instrumentos que podem nos desviar do caminho se tentamos aplicá-las ao material sem reflexão suficiente, mas que, usadas com discernimento, podem ajudar a melhor compreender e explicar os fenômenos e as situações, contribuindo assim para a construção dos saberes (LAVILLE E DIONNE, 2007, p. 204).

Na abordagem quantitativa, após ter reunido em categorias os elementos tirados dos conteúdos, são feitas distribuições com índices numéricos. Depois, os dados são analisados por meio de funções estatísticas como cálculos, tabelas e análises das informações. A abordagem qualitativa também se fundamenta na categorização de dados. No entanto, antes de haver a redução a meras categorias, são feitas análises das peculiaridades de cada elemento da pesquisa, das sutilezas observadas nos diversos elementos do *corpus* e já se realizam, mesmo que de forma precária, relações entre o conteúdo a ser examinado mais detalhadamente no decorrer da pesquisa (LAVILLE E DIONNE, 2007, p. 204).

2.4.1 Material empírico do Caso Renan Calheiros

Num primeiro momento, foi realizada a coleta do material noticioso publicado nos *sites* em estudo, o que gerou um *corpus* inicial composto por 481 itens (gráfico 1). Para este estudo, não consideramos as imagens produzidas pela “mídia das fontes” Agência Senado que foram citadas pelas mídias privadas O Globo online e Folha Online.

Após a coleta das informações, o material sofreu análise qualitativa. Utilizando a metodologia de separação por categorias, sugerida por Laurence Bardin (1977, p. 70), as notícias foram separadas por categorias e arquivadas em pastas digitais, segundo as categorias de primeira ordem: “Conselho de Ética” e “Plenário”. Em cada uma destas categorias iniciais, o material foi separado em categorias de segunda ordem: “Agência Senado”, “Folha Online” e “Globo Online”.

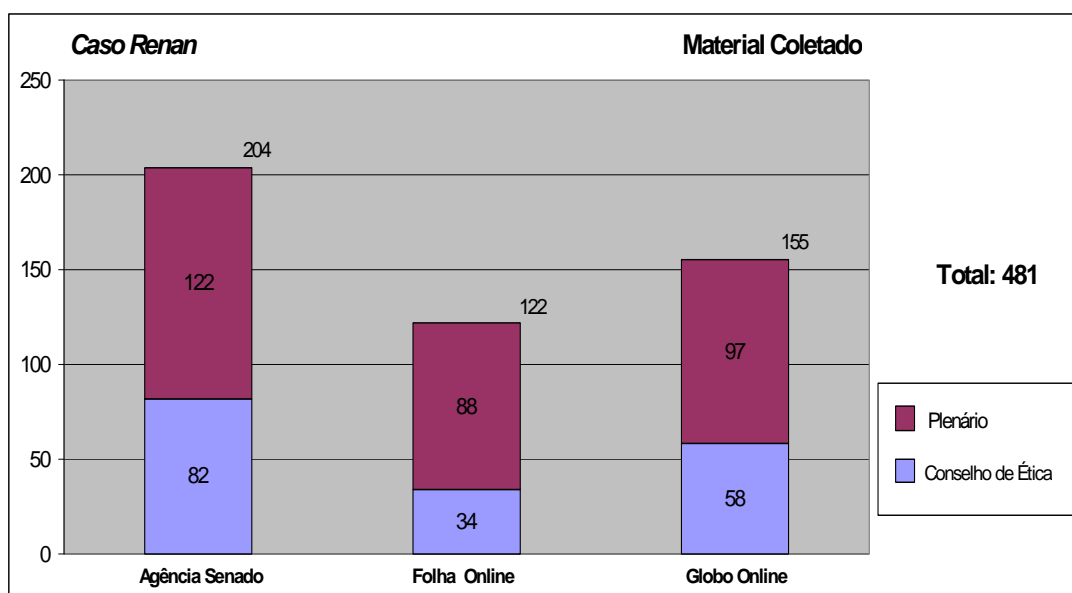


Gráfico 1 – Total de material noticioso coletado no Caso Renan

Por último, em terceira ordem, cada uma destas pastas de segunda ordem foi ordenada de acordo com as editorias que cada veículo utiliza para divulgar as notícias na internet. Assim, a categoria “Conselho de Ética”/“Agência Senado” foi

separada em “Capa Senado”, “Principal”, “Notícias”, “Últimas Notícias”, “Véspera” e “Outros” (gráfico 2).

CONSELHO DE ÉTICA – AGÊNCIA SENADO: 82 NOTÍCIAS

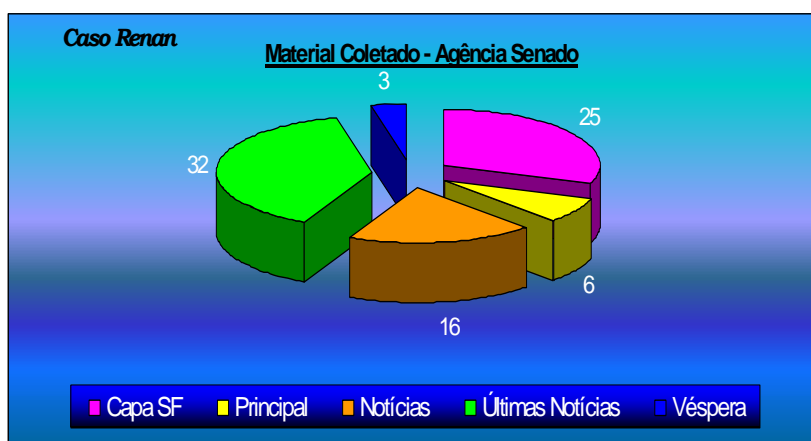


Gráfico 2 – Total de material coletado na Agência Senado – Caso Renan

A categoria “Conselho de Ética”/“Folha Online” recebeu sub-pastas denominadas “Capa Folha Online”, “Capa Em Cima da Hora”, “Notícias Brasil” e “Véspera”. (gráfico 3).

CONSELHO DE ÉTICA – FOLHA ONLINE: 34 NOTÍCIAS

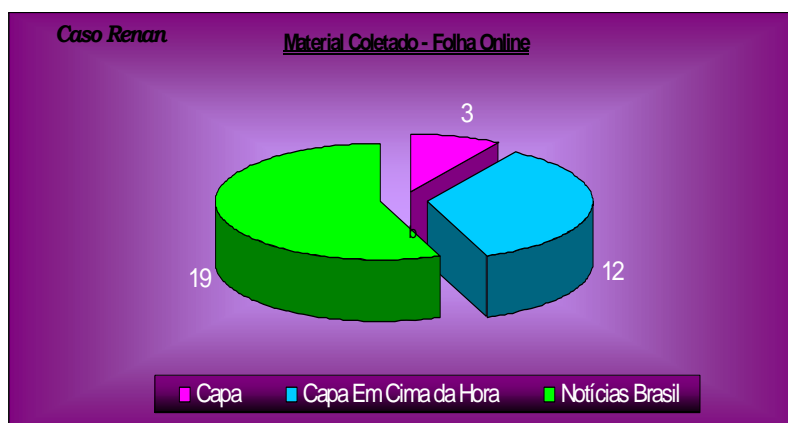


Gráfico 3 – Total de material coletado na Folha Online – Caso Renan

A categoria “Conselho de Ética”/“Globo Online” teve o material distribuído

em pastas nomeadas por “Capa Globo Online”, “Capa País”, “País”, “Plantão”, “Véspera” e “Outros” (Gráfico 4).

CONSELHO DE ÉTICA – GLOBO ONLINE: 58 NOTÍCIAS

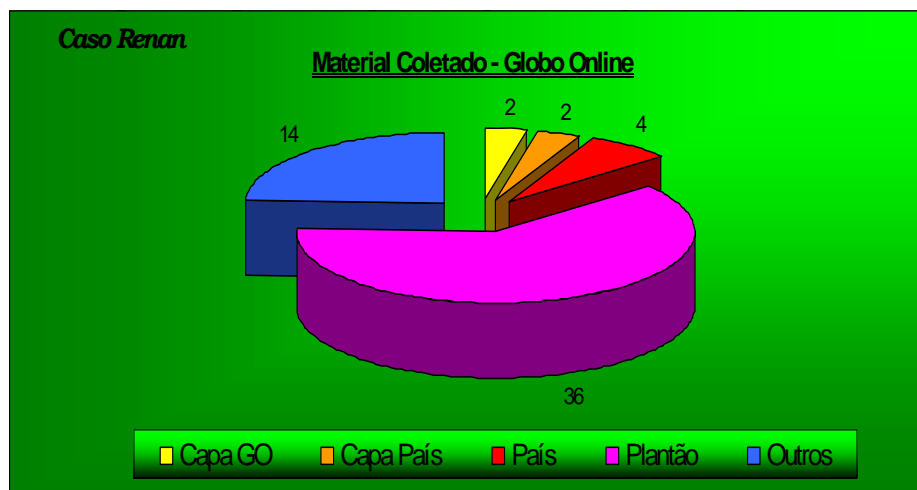


Gráfico 4 – Total de material coletado em O Globo Online – Caso Renan

As notícias relativas à análise do processo de cassação de Renan Calheiros em Plenário também foram arquivadas em sub-pastas com o nome das editorias nas quais foram publicadas e na pasta "véspera" (Gráficos 5, 6 e 7).

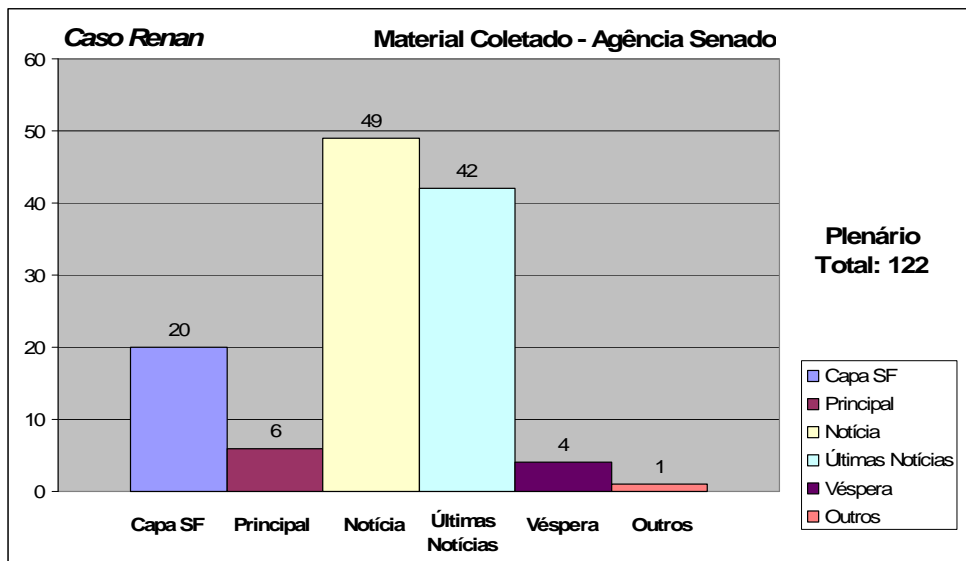


Gráfico 5 – Total de material coletado na Agência Senado, no Caso Renan, por editoria

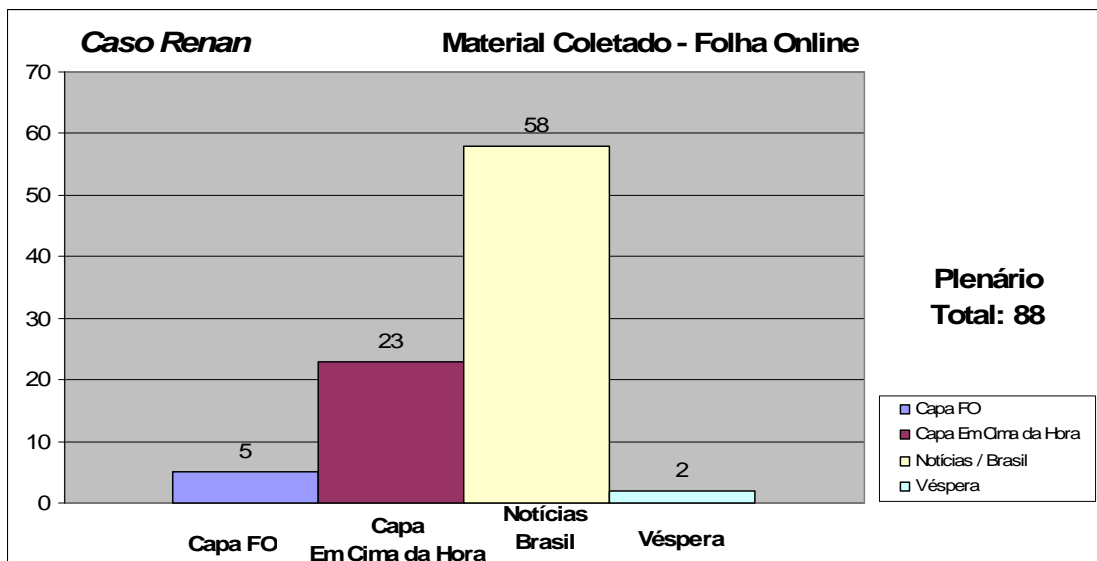


Gráfico 6 – Total de material coletado na Folha Online, no Caso Renan, por editoria

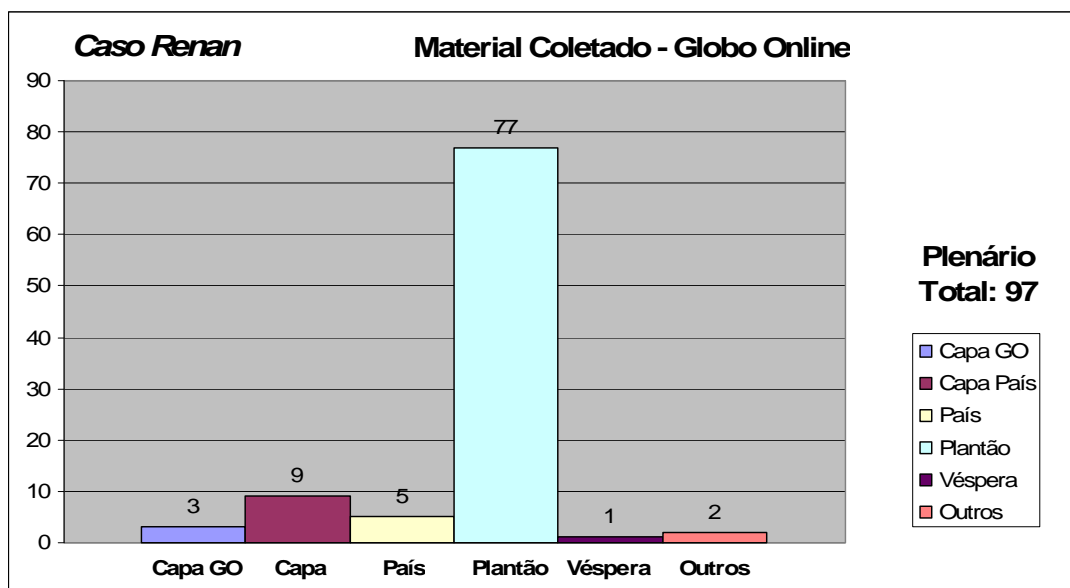


Gráfico 7 – Total de material coletado em O Globo Online, no Caso Renan, por editoria

Após o arquivamento de todas as matérias de acordo com o momento, o veículo e a editoria em que foram publicadas, todas as pastas foram renomeadas para ser incluído o número de matérias arquivadas em cada uma delas e a quantidade de notícias que citaram a fonte Agência Senado. Posteriormente, todos os dados foram transformados em gráficos, que ilustram este trabalho.

2.4.2 Material empírico do período normal de atividades do Senado

Para o estudo desse período, monitoramos o mês de agosto de 2008 e examinamos apenas as notícias em que a “mídia das fontes” Agência Senado foi citada nos dois *sites* objeto desse estudo – Folha Online e O Globo. Note-se que o *site* de notícias das Organizações Globo, que no período em que se analisou o Caso Renan chamava-se “O Globo Online”, passou a chamar-se “O Globo” (ver figura 1). Diariamente foram monitorados os *sites* da Folha Online e de O Globo em busca de notícias em que a Agência Senado tivesse sido citada. As notícias em que foram dados os créditos de imagens à Agência Senado não foram consideradas. Para armazenar o material a ser recolhido, foi criada uma pasta digital denominada “Agosto 08”, e dentro dessa, outras duas pastas foram abertas: uma “Folha Ago” e outra “Globo Ago”.

Conforme as notícias com citação da fonte Agência Senado fossem aparecendo nos dois *sites*, eram arquivadas nas respectivas pastas. Por fim, quando o período de coleta foi encerrado, as matérias coletadas foram contadas e as pastas em que estavam foram renomeadas para acrescentar o número de notícias arquivadas em cada uma.



Figura 1 – Mudança do nome do *Site* de O Globo Online para O Globo

2.4.3 Material empírico do período de recesso

O Congresso Nacional suspende suas atividades em dois períodos anuais: o primeiro ocorre de 18 a 31 de julho e, o outro, de 23 de dezembro a 1º de fevereiro. Para a presente pesquisa, foi estudado o primeiro período de recesso parlamentar de 2008 – de 18 a 31 julho de 2008. Então, examinamos as notícias em que a “mídia das fontes” Agência Senado foi citada em matérias divulgadas pela Folha Online e O Globo. Ressalte-se a observação feita acima de que o *site* de notícias da Globo mudou de O Globo Online para O Globo (figura 1).

Os *sites* da Folha Online e de O Globo, como foi feito em relação ao período de atividade normal do Congresso, foram monitorados diariamente. Também nessa fase, somente notícias foram examinadas, coletadas e arquivadas, excluindo

a citação de créditos em imagens. Para o arquivamento do material recolhido, foi criada uma pasta digital denominada “Recesso” e, dentro dessa, foram abertas as pastas “Folha recesso” e “Globo recesso”. As notícias que continham citação da fonte Agência Senado foram, assim, à medida que surgiam, arquivadas nas respectivas pastas. Após os 14 dias de análise das notícias nos dois *sites*, foram contadas as matérias arquivadas e as pastas nas quais estavam contidas foram renomeadas para acrescentar o número de notícias arquivadas em cada uma.

2.5 Observação participante e comparação

Como a pesquisadora exerce atividade profissional como jornalista na Agência Senado, a pesquisa se beneficia da abordagem antropológica da observação participante. De acordo com Laville e Dionne (2007, p.153), a observação participante, usada inicialmente para estudar sociedades primitivas em Antropologia, é utilizada, atualmente, para pesquisar ambientes de trabalho no qual o pesquisador está inserido.

Os autores alertam para o fato de que, em Ciências Humanas, tanto o observador como o objeto de estudo podem influenciar nos resultados.

O fato de o pesquisador em ciências humanas ser um ator que influencia seu objeto de pesquisa, e do objeto de pesquisa, por sua vez, ser capaz de um comportamento voluntário e consciente, conduz a uma construção de saber cuja medida do verdadeiro difere da obtida em ciências naturais (LAVILLE E DIONNE, 1999, reedição de 2007, p. 35).

O diferencial positivo na utilização desse método na presente pesquisa é a observação do objeto estudado de forma mais natural, uma vez que, apesar de os integrantes da equipe de funcionários da Agência Senado terem sido comunicados sobre a realização do estudo, o pesquisador, como parte integrante desse grupo, não é considerado como um elemento estranho ao ambiente.

Com a abordagem da observação participante, foi possível verificar como a Agência do Senado tratou os assuntos referentes à cassação do senador Renan Calheiros, bem como observar o relacionamento dos profissionais de outras agências de notícias com os servidores da Agência Senado em momentos de recesso e de atividade normal da Casa.

O método comparativo também reforça a presente pesquisa. Por meio desse método, num primeiro momento, foram analisadas as notícias a serem

categorizadas. Depois de o material bruto ter sido transformado em dados, fez-se a comparação entre eles para se chegar a informações conclusivas.

2.6 Estudo de caso

Para investigar se a Agência Senado – uma mídia das fontes – é citada em O Globo online e Folha Online, elegeu-se um dos momentos marcantes não apenas da história do Senado, mas também do Congresso Nacional e do país: o processo de quebra de decoro parlamentar contra o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, que poderia resultar na cassação de seu mandato, com conseqüências negativas tanto para o senador, como para a imagem da Casa e dos políticos em geral.

Então, foi realizado estudo de caso do "escândalo" gerado pela denúncia da revista *Veja* de 26 de maio de 2007 de que o presidente do Senado, senador Renan Calheiros, "teve algumas de suas despesas pessoais pagas pelo lobista da Construtora Mendes Júnior, Cláudio Gontijo" (VEJA, 2007, p. 85 a 92). Segundo a revista, Renan pagava, através de Gontijo, a pensão da filha que teve com a jornalista Mônica Veloso em uma relação extraconjugal, bem como o aluguel do apartamento em que a jornalista morava com a filha.

O método denominado "estudo de caso" prevê o estudo de um fato relacionado a uma pessoa ou grupo, ou a uma comunidade, bem como a um acontecimento, a uma mudança política ou a um conflito (LAVILLE E DIONNE, 2007, p. 155). Pode-se afirmar que todas essas previsões citadas sobre situações as quais se adaptam ao estudo de caso são pertinentes no objeto em estudo nesta pesquisa.

O processo de quebra de decoro parlamentar que o senador Renan Calheiros enfrentou envolve aspectos da pessoa do senador, do grupo no qual ele está inserido (os senadores), da instituição de que faz parte (o Senado Federal e o Congresso Nacional) e da comunidade, representada, neste caso, pela sociedade brasileira. O *Caso Renan* também se relaciona a um acontecimento (a denúncia, o escândalo), a uma mudança política – que culminou com a renúncia de Renan à Presidência do Senado e, conseqüentemente, a assunção de um novo presidente – Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Não se pode ignorar ainda que todo o desenrolar do caso, desde as

denúncias na revista *Veja* até o afastamento do senador da Presidência da Casa, gerou conflitos com os congressistas, bem como com a sociedade.

Geralmente, o estudo de caso é criticado como método de pesquisa por não permitir que seus resultados sejam generalizados (LAVILLE E DIONNE, 2007, p. 156). No entanto, os autores destacam que, *a priori*, da mesma forma que nada garante a possibilidade de aplicação dos resultados de um estudo de caso a outros, também nada pode contestar tal aplicação. O pesquisador precisa, por isso, ser criterioso na seleção de um caso a ser estudado para que ele seja representativo de um conjunto mais amplo. A correta escolha de um caso pode contribuir para a compreensão de uma situação ou de um fenômeno complexo. Por isso, analisou-se também o período de recesso parlamentar de julho de 2008 e um mês de atividade normal da Casa – agosto de 2008, para que se tivesse uma amostra de vários momentos diferenciados.

Em ciências sociais, todos os objetos de estudo são complexos. Isso acontece porque tanto o pesquisador como o objeto estudado são atores do processo, o que pode interferir na objetividade e isenção da pesquisa. Apesar de as ciências humanas terem se desenvolvido com base no modelo das ciências naturais e com o espírito do positivismo, rapidamente se perceberam as ambigüidades, limitações e inadequações deste modelo (LAVILLE E DIONNE, 2007, p. 31).

Dois corpos químicos submetidos à experimentação reagem conforme sua natureza, que é previsível. Os seres humanos também reagem conforme sua natureza, que, esta, não é previsível, pelo menos não tanto e nem da mesma maneira. [...] para os seres humanos, [...] a situação pode causar modificações nos comportamentos diferentemente esperados. Desse modo, por exemplo, uma pessoa em quem se desejaria observar a resposta a uma provocação agressiva poderia ter uma resposta diferente, conforme se encontre perante um observador ou não (LAVILLE E DIONNE, 2007, p 33).

3- REFERENCIAL TEÓRICO

O Senado Federal, que tradicionalmente desempenhou e ainda desempenha o papel de fonte da notícia, implantou, a partir da segunda metade da década de 1990, seu próprio sistema de comunicação – TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado e Agência Senado. Tais veículos representam um fenômeno caracterizado pelo conceito elaborado por Francisco Sant'Anna (2005, p. 8) de *Mídia das Fontes*.

Deveríamos conceber as mídias das fontes como um instrumento tático para exercer essa comunicação em favor de uma compreensão mútua e/ou de uma persuasão, com vistas a conquistar um 'lugar ao sol', grande ou pequeno, hegemônico ou não, na sociedade brasileira contemporânea (SANT'ANNA, 2005, P. 8, tradução nossa)⁹.

A presente pesquisa parte desse conceito de *Mídia das Fontes* para estudar as notícias veiculadas pela Agência Senado e compará-las com as divulgadas por outros veículos de comunicação. Também se beneficia das teorias da *Agenda-Setting*, ou agendamento, e *Newsmaking*, que trata da produção das notícias.

3.1 - Agendamento

Agenda-setting é uma teoria formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970, pela qual se observou que a mídia, ao destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos, determina os assuntos que o público vai incluir ou não em suas preocupações e discussões. O pressuposto fundamental é a constatação de que os meios de comunicação são capazes de influenciar as pessoas, de forma individual, e a sociedade, de modo mais amplo, sobre o que pensar e falar.

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou a excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, 1979, p. 96 *apud* WOLF, 2003, p.143).

⁹ Tradução livre para: Nous devrions concevoir les *médias de source* comme un outil tactique pour exercer cette communication en faveur d'une compréhension mutuelle et/ou d'une persuasion, dans le but de conquérir une "place au soleil", grande ou petite, hégémonique ou non, dans la société brésilienne contemporaine.

Adotamos o termo "teoria" para designar a *Agenda-Setting* e outras por ser mais comum e utilizado no meio científico, apesar de concordarmos com Hohlfeldt (2001, p.189) que o mais adequado é a utilização de "hipóteses". Hipóteses, ressalta Hohlfeldt, permitem fazer futuras complementações ou aprimoramentos, o que não é possível com uma teoria.

[...] uma teoria [...] é um paradigma fechado, um modo *acabado* e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações. [...] Uma *hipótese*, ao contrário, é um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de *erro* característico de uma teoria. [...] uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente *não der certo* naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica (HOHLFELDT, 2001, p. 189, grifo do autor).

As idéias básicas da teoria do agendamento podem ser atribuídas ao trabalho de Walter Lippmann, um jornalista estadunidense, que, na década de 1920, já sugeria a hipótese de "uma relação causal entre a *agenda mediática* e a *agenda pública*" (TRAQUINA, 2000, P. 17). Em 1922, Lippmann apresentou a tese de que as pessoas não vivem a realidade do mundo, mas se relacionam com os fatos reais de acordo com imagens mentais construídas. Para ele, a mídia tem um papel fundamental, já que contribui para o fornecimento de tais imagens, criando ambientes, situações e idéias, que, muitas vezes, não correspondem à verdade (LIPPMANN, 1922, p. 21). As pessoas, portanto, acessam à realidade de forma indireta, pois a percepção acontece pela mediação de imagens formadas na mente e não pelo reconhecimento da realidade como ela é.

Para uma sociedade urbana, massificada e anônima, os meios de comunicação são necessários para realizar tal mediação entre os acontecimentos e as pessoas, já que não é possível que elas conheçam tudo o que acontece (HOHLFELDT, 2001, pp. 227 e 228). A realidade ou a verdade, então, pode se apresentar às diferentes pessoas ou grupos, de acordo com as informações a que têm acesso, o que poderá determinar diferentes versões do mesmo acontecimento.

Posteriormente, em 1963, as observações de Lippmann sobre a influência da mídia sobre as pessoas foram complementadas por Bernard Cohen. Segundo ele, a imprensa, na maior parte do tempo,

Pode não ter êxito em dizer aos leitores o que pensar, mas é espantosamente exitosa em dizer aos leitores *sobre* o que pensar (COHEN, 1963, p. 13, grifo do autor).

Depois, o professor Maxwell McCombs, em 1968, realizou uma pesquisa pela qual acompanhou o início de campanha eleitoral nacional nos Estados Unidos. Com esse estudo, verificou-se que a mídia havia exercido impacto sobre o eleitor, e, assim, influenciado sua decisão quanto a quem eleger (HOHLFELDT, 2001, p.195). O estudo – atualmente usado como referência em pesquisas em diversas áreas, inclusive na de Comunicação – mostrou ainda que o eleitor também influenciou os candidatos, que incluíram em suas agendas temas que haviam sido abordados pela mídia ou por outros candidatos.

Por outro lado, a mídia favoreceu a construção de informações comuns entre os eleitores, um corpo de informações socializado entre os diferentes membros da comunidade, que serviram de base para a formação de opinião ou para mudar o posicionamento diante dos candidatos. Segundo a teoria da *agenda-setting*, os meios de comunicação emitem um fluxo contínuo de informação que influenciam o receptor em médio e longo prazos:

Dependendo da mídia, sofremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nossos conhecimentos e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda (HOHLFELDT, 2001: p. 193).

Portanto, os meios de comunicação não influenciam apenas o receptor diretamente, mas também podem influenciar líderes de opinião – aquelas pessoas que têm um papel relevante na comunidade e exercem determinado poder sobre ela. Para Hohlfeldt (2001, p.199), o agendamento só ocorrerá de forma eficiente se houver um nível adequado de percepção de relevância do tema e, simultaneamente, “um grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade a respeito daquele assunto”. No que diz respeito à influência da mídia, Hohlfeldt (2001, p.200) conclui que ela depende da exposição do receptor:

A influência do agendamento por parte da mídia depende, efetivamente, do grau de exposição a que o receptor esteja exposto, mas, mais que isso, do tipo de mídia, do grau de relevância e interesse que esse receptor venha a emprestar ao tema, a saliência que ele lhe reconhecer, sua necessidade de orientação ou sua falta de informação, ou ainda, seu grau de incerteza, além dos diferentes níveis de comunicação interpessoal que desenvolver (HOHLFELDT, 2001, p.200).

De uma forma simplificada, a teoria discute o papel dos meios de comunicação no momento de determinar quais são os assuntos que devem estar no

centro das atenções e das ações públicas. Por outro lado, a agenda do receptor também pode pautar a mídia.

3.1.1 – Contra-agendamento

A teoria do agendamento firmou-se com ênfase no fluxo mídia-receptor, apesar de o seu autor ter afirmado outras possibilidades. O agendamento realizado de forma inversa ao que predominou historicamente, num movimento no qual a sociedade influencia a pauta da mídia, é retomado por Luiz Martins da Silva (2007, p. 84) em estudo recente. O pesquisador explica esse tipo de agendamento – o contra-agendamento – como

[...] uma tentativa de repensar de um outro ponto de partida o conceito de *agenda-setting*, numa tentativa de compreendê-lo desde uma outra premissa, a de que o agendamento pode partir da sociedade para a mídia, sendo, assim, o reverso do que se teve em conta ao longo de várias décadas. [...] a existência de uma outra *agenda-setting*, na contramão da primeira, um fenômeno que denominaremos de *contra-agendamento*, sob uma hipótese de trabalho de que a sociedade também tem a sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia e tenta, diariamente, e sob as mais variadas maneiras, incluir temas nesse espaço público que é a mídia; e na esfera pública que se constitui da tematização polêmica das questões de uma atualidade (SILVA, 2007, 84 e 85. Grifos do autor).

A sociedade apresenta inúmeras formas de oferecer informações aos meios de comunicação e, assim, participar da agenda pública. Essa influência da sociedade sobre a pauta da mídia é o que Luiz Martins (2007, p. 84) denomina de "contra-agendamento", uma inversão do que prega a teoria da *agenda-setting*. De acordo com a *agenda-setting*, os meios de comunicação podem influenciar sobre o que as pessoas pensam e falam. Isso se deve ao fato de o público incluir em suas preocupações os assuntos que a mídia aborda (COMBS E SHAW, 1972, *in* TRAQUINA, 2000, p. 47).

Segundo Silva, o conceito de contra-agendamento parte do princípio de que o agendamento também pode acontecer no fluxo sociedade-mídia, uma perspectiva diferente da até então adotada e que privilegiava a produção de efeitos a partir de um emissor sobre uma audiência massiva. Isso significa, na verdade, dar

poder e fortalecer – ou empoderar¹⁰ – atores sociais empenhados em movimentos ou organizações da sociedade civil, com o objetivo de beneficiar a sociedade como um todo. A sociedade, portanto, se insere no debate das questões de interesse público, conforme ressalta Rossy.

A histórica relação vertical entre mídia e sociedade vem alternando-se com uma relação horizontal, em que a sociedade vem paulatinamente assumindo um papel mais ativo. Isso não significa, entretanto, uma mudança efetiva nos padrões de atuação do sistema de comunicação, historicamente voltado a interesses comerciais. Significa, sim, o início de um processo de democratização do acesso a ferramentas que possibilitem à sociedade inserir-se como co-partícipe no debate público de questões voltadas ao interesse social (ROSSY, 2006, p.75).

A pesquisadora observa que é difícil para a sociedade organizada, mesmo exercendo um papel mais ativo, promover a inserção na agenda pública de temas que, apesar de relevantes, não possuam os valores midiáticos (*news value*) exigidos no processo de produção das notícias (*newsmaking*). Para conseguir que suas demandas sejam incluídas na mídia, a sociedade promove ações, que vem a configurar o contra-agendamento.

Por esse conceito entende-se um conjunto de atuações estratégicas por parte da sociedade que visam à publicação na mídia de conteúdos de seus interesses (SILVA, 2005, p.2). Para isso, depende da forma como o assunto advogado – numa referência ao conceito de *advocacy* – foi tratado pela mídia, no que diz respeito tanto a espaço como a sentido produzido. Silva esclarece que o conceito de *advocacy* usado para abordar o contra-agendamento não se refere ao tradicional entendimento como sinônimo de *lobby*. Trata-se de "um elemento qualificador da ação do *agendamento institucional*" (SILVA, 2007, p.88).

Explica ainda que toma por empréstimo o conceito simples de advocacia como sendo a "defesa de direitos" (em inglês, *advocacy*, significa "falar, ou advogar em nome de outro a fim de obter justiça" e também "propor ou recomendar alguma coisa ou alguém"). De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), *advocacy* é "trabalhar para a sensibilização dos gestores públicos e da sociedade civil sobre a importância de temas de interesse social" (SILVA, 2007, p. 88).

¹⁰ Termo proveniente do inglês (*empowerment*), normalmente utilizado nos movimentos sociais. Está relacionado com uma redefinição do poder e com a necessidade de mudança nas relações de poder, visando transformar situações individuais ou coletivas.

Ao dedicar-se ao contra-agendamento de temas de interesse público, a sociedade organizada busca, na verdade, o apoio social dos operadores de políticas públicas e dos tomadores de decisão para os temas que advoga. O *advocacy*, nesse caso, está intrinsecamente relacionado ao contra-agendamento. As ações de *advocacy* são desenvolvidas principalmente com o objetivo de pressionar o Estado quanto à elaboração e implementação de políticas públicas nas diversas áreas, além de serem utilizadas também na defesa dos direitos de segmentos específicos. Às vezes, são usados como sinônimos, *lobby* e *advocacy*, mas a diferença fundamental é que o segundo (*advocacy*) está voltado ao interesse público, enquanto o primeiro (*lobby*), pauta suas ações e atividades em interesses privados. Neste conceito não está explícito que mídia participa desse processo. No entanto, conforme ressalta Rossy,

Um outro foco, e talvez o principal, das ações de *advocacy* diz respeito à inclusão da temática na mídia e, conseqüentemente, nas agendas política e social. Uma ação que esteja sendo objeto de *advocacy* tem muito mais possibilidade de alcançar seus objetivos se tiver adquirido visibilidade midiática e, dessa forma, ter-se tornado objeto de discussão pública (ROSSY, 2006, p.78).

Muitas vezes, em função do alto grau de profissionalização e conhecimento no que diz respeito ao tema que advogam, os colaboradores contribuem na formulação de políticas públicas destinadas às áreas sobre as quais são especialistas. Muitas das políticas defendidas por organizações não governamentais (ONGs) necessitam da criação ou regulamentação de leis. Por isso, tais organizações precisam pressionar o Legislativo para que produza as normas faltantes. Nesse caso, há necessidade de que essas ONGs contem com assessores legislativos para mediar os interesses da organização, que, em tese, são os da sociedade.

A maioria das instituições que desempenha o papel de advogado do interesse público ou de mobilização social está nas áreas de saúde, meio ambiente e segurança pública. Com vistas à otimização dos resultados, muitas vezes, ações de *advocacy* são associadas às de mobilização da sociedade. Tais ações também visam incluir na mídia a temática defendida, na forma de publicidade, para repercutir na agenda pública. Considerando o contexto de cultura de massa que caracteriza a sociedade moderna, a utilização da publicidade é relevante para o sucesso das ações empreendidas - tanto pelo Estado como pela sociedade civil organizada - em

seus movimentos e reivindicações (ROSSY, 2006, p.79).

Depois de trinta anos da teoria do agendamento, no que diz respeito à inclusão de temas na mídia, Silva (2007, P. 86) identifica três distintas formas de abordagem desse conceito: 1) Agendamento autônomo – o que é feito por iniciativa da própria mídia; 2) agendamento heterônomo – o que vem de fora para dentro das redações, não importando a motivação e obedecendo, sobretudo, ao império dos acontecimentos e dos fatos de natureza midiática; e 3) contra-agendamento ou agendamento institucional – o que atua de forma permanente e sustentável na elaboração de esforços e execução de estratégias, de forma a buscar maior visibilidade e melhor tratamento de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização.

Porém, é necessário que as ações transformem-se em acontecimentos midiáticos para que tenham a possibilidade de serem divulgadas como notícia. A esse respeito, Rossy destaca:

Para que as ações desenvolvidas, no entanto, adquiram o estatuto de acontecimentos midiáticos ou fatos jornalísticos, é necessário que satisfaçam algumas condições definidas no processo produtivo da notícia – *newsmaking*. Essas condições estão relacionadas aos valores-notícias ou aos critérios de noticiabilidade, que são critérios inerentes à cultura profissional dos jornalistas e que definem, entre uma multiplicidade de acontecimentos, quais irão figurar nas páginas dos jornais ou nas pautas jornalísticas do rádio ou da televisão (ROSSY, 2006, p.86).

A noticiabilidade, destaca Wolf (2001, p. 190), é constituída pelos requisitos exigidos dos acontecimentos para que eles adquiram a condição de notícias. Em última análise, a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação desempenham a tarefa de escolher – cotidianamente e dentre um número imprevisível e indefinido de fatos – uma quantidade determinada de notícias.

Dessa forma, nem toda informação, mesmo que seja de interesse da sociedade, chega ao conhecimento público por intermédio dos meios jornalísticos. Apenas os eventos identificados pelos profissionais do campo jornalístico como *acontecimento* são publicados como notícia.

Devido a todo o processo ao qual a informação é submetida, percebe-se que a sociedade organizada ainda possui pouco espaço na mídia. Mesmo assim, começa a surgir dessa sociedade um apelo cada vez maior para que suas questões sejam colocadas na pauta e que tenham uma maior visibilidade, tanto na própria

sociedade, como nos meios políticos, em que se cria uma pressão muito grande para que as reivindicações sejam apreciadas pelos legisladores.

3.1.2 – Interagendamento

Ainda pode acontecer que um tipo de mídia determine a agenda de outro, o que Combs e Shaw (1968, *in* HOHLFELDT, 2001, p. 195) definiram como *interagenda-agenda-setting* – ou interagendamento. Os autores, em seus estudos, verificaram não apenas a existência desse fenômeno, como também afirmaram que a mídia escrita tem papel relevante para a elaboração da pauta da mídia eletrônica, segundo Hohlfeldt,

A mídia impressa possui certa hierarquia sobre a mídia eletrônica, tanto no que toca ao agendamento do receptor em geral (pela sua maior permanência e poder de introjeção através da leitura) quanto sobre as demais mídias [...]. Estabelece-se dessa maneira, uma espécie de *suite sui generis*, em que um tipo de mídia vai agendando o outro. (HOHLFELDT, 1997, p. 48).

Para exemplificar esse fato, Hohlfeldt lembra de um caso clássico: o movimento "Diretas Já" – pelo qual a sociedade brasileira pedia, em 1984, eleições diretas. A Rede Globo, a princípio, procurou não dar destaque a tal movimento, mas devido à pressão da sociedade e à divulgação dos acontecimentos pelos demais veículos – especialmente o jornal Folha de São Paulo e noticiário noturno da TV Manchete –, começou também a noticiá-lo. Desta forma, os demais veículos colocaram o assunto na pauta da Globo, demonstrando a existência de um interagendamento.

Em relação à editoria de Cultura, Gadini (2006, p. 238) constatou que a produção midiática encontra maior visibilidade devido à "propaganda" que outros tipos de mídia fazem daquele produto. Assim, a presença de material televisivo nos cadernos culturais de jornais deve-se ao fato de que os principais jornais do país pertencem a redes de comunicação, que contam com vários tipos de mídias.

Ocorre, assim, um agendamento recíproco, ou interagendamento, no qual os programas televisivos têm destaque nas páginas dos jornais, que também são objetos de anúncio, referência ou mesmo fonte em programas de notícias e variedades das respectivas emissoras de TV (GADINI, 2006, p. 238).

Nos dias atuais, esse fato é observado quando os veículos de comunicação eletrônicos buscam informações em *sites* noticiosos a fim de produzirem suas matérias jornalísticas. Esse interagendamento de mídias pode ser

verificado mais explicitamente entre veículos de um mesmo grupo empresarial. No entanto, podemos levantar a hipótese de que o interagendamento de mídias aconteça também entre veículos concorrentes ou, até mesmo, entre os veículos comerciais em relação aos do setor público. Essa espécie de "padronização" da agenda pública atinge as diversas modalidades de mídia – internet, jornal impresso, rádio, televisão, cinema.

3.2 Mídias das Fontes

No Brasil, as notícias relacionadas à política que chegam à sociedade não são mais produzidas apenas pela grande imprensa do país, pois, há cerca de uma década, setores do Governo começaram a desenvolver e implantar suas próprias mídias. Então, esses órgãos públicos, que tradicionalmente desempenhavam o papel de fonte da informação, passaram também a produzir notícias. Como exemplo, podemos citar o sistema de comunicação do Senado Federal, que inclui um canal de televisão (*TV Senado*), rádio (*Rádio Senado*), agência de notícias (*Agência Senado*) e um jornal (*Jornal do Senado*).

No âmbito do Poder Legislativo, também a Câmara dos Deputados criou e implantou mídias próprias. Assim, a sociedade tem a possibilidade de saber o que acontece no Congresso Nacional – tanto nos Plenários de cada Casa, como em suas comissões temáticas e sobre fatos relacionados ao Parlamento – de forma direta, sem a intermediação da imprensa privada.

Esse fenômeno, relativamente novo no Brasil, foi definido por Francisco Sant'Anna (2007, p. 8) como "mídia das fontes".

"No cenário da difusão de informações no Brasil desponta um novo ator que se diferencia das tradicionais mídias. Entre os meios tradicionais de comunicação, públicos ou privados, novos veículos informativos são ofertados ao público por organizações profissionais, sociais e inclusive de segmentos do Poder Público" (SANT'ANNA, 2006, p. 2).

Conforme Sant'Anna (2006, p.3), essas mídias são mantidas e administradas pela instituição-fonte e difundem um "jornalismo corporativo" com a finalidade de conquistar visibilidade diante da sociedade e estar presente na esfera pública. O propósito das "mídias das fontes", segundo Sant'Anna (2006, p.4), é "interferir no processo de construção da notícia (*newsmaking*) e na formação do imaginário coletivo, principalmente naquele setor formador de opinião".

De certa forma, as mídias das fontes estão conseguindo obter sucesso em seu propósito, pois cada vez mais os conteúdos por elas produzidos são acessados e utilizados por empresas de comunicação e por entidades da sociedade civil, na elaboração de seus próprios conteúdos. Francisco Sant'Anna cita também, como exemplo, o fato de atores sociais que não possuam recursos para produzir conteúdos próprios aproveitarem o espaço de mídias convencionais ou até mesmo das mídias das fontes.

A cada dia novos atores entram neste processo, ao ponto da mídia tradicional se referenciar normalmente em conteúdos difundidos por determinadas *Mídias das Fontes*, como ocorre normalmente em relação às emissoras legislativas de rádio e tv. Atores sociais que não possuem meios materiais para manter suas próprias mídias remediaram a situação difundindo programas em mídias tradicionais, via aquisição de espaços na programação – o que ajuda no faturamento destas empresas – ou mesmo por meio de canais comunitários, piratas ou ainda via *Mídias das Fontes* de outros atores sociais (SANT'ANNA, 2006, p. 25).

Apesar de a imprensa estar fundamentada nos princípios da independência e imparcialidade na difusão de informações, pesquisas comprovam que nem sempre os grupos de comunicação ignoram seus interesses em favor da missão de informar a sociedade. Essa crítica é ainda mais acirrada quando se trata de veículos institucionais, já que, nesses, o simples fato da existência de tais mídias já pressupõe a defesa de interesses corporativos. No entanto, observa-se que há uma concordância entre os temas abordados pelas “mídias das fontes” e pela imprensa comercial.

Francisco Sant'Anna também adverte sobre essa prática de utilização dos conteúdos das “mídias das fontes”:

A crítica que se faz à informação difundida pelas ferramentas de comunicação institucional é que esta, ao contrário da imprensa, não estaria desprovida de segundo interesse e sim a serviço de um propósito político, econômico, comercial ou de qualquer outra ordem. Entretanto, há uma grande similitude entre o conteúdo difundido pelos meios de comunicação tradicionais e os disponibilizados pelas assessorias de imprensa (SANT'ANNA, 2006, p. 7).

Nota-se, ainda, que o material elaborado pelas assessorias de imprensa governamentais ou institucionais também é utilizado pela mídia privada na produção de seus conteúdos. O teor de *releases* ou informativos institucionais, se não são utilizados de forma integral, pelo menos são usados como fonte. Muitas vezes, pode acontecer de os conteúdos distribuídos por tais assessorias não receberem nenhum tratamento ou checagem por parte dos jornalistas que deles fazem uso.

Conforme pesquisa realizada por Fábio Pereira (2005, p.5) junto à Presidência da República, constatou-se que, devido às rotinas jornalísticas no Palácio do Planalto, as informações divulgadas nos meios de comunicação são muito semelhantes e não há lugar para o jornalismo investigativo.

Cobrindo os mesmos eventos e entrevistando praticamente as mesmas fontes, os repórteres do Comitê são incapazes de fazer uma cobertura diferenciada, o que explica a semelhança do noticiário político produzido pela imprensa (PEREIRA, 2005, p. 5).

Ao falar desse tema, Kunczik destaca que, em investigação realizada, em 1961, na Califórnia, por Gieber e Johnson sobre a relação entre o informante de uma administração municipal e o repórter os autores contataram que

(...) normalmente se publicava boletim de imprensa tal como este era recebido e que não havia, da parte dos repórteres, preocupação em investigar mais profundamente as histórias. Os meios de comunicação tornaram-se mais dependentes da informação oferecida por essas organizações e instituições. As RP transformaram-se de fonte de informação passiva e originalmente defensiva nas produtoras ativas de informação que cada vez mais executam o seu trabalho sem investigar suas próprias fontes (KUNCZIK, 2002, p. 282).

Essa nova forma de fazer jornalismo está causando profundas alterações na prática da profissão. Os jornalistas começam a desempenhar atividades atribuídas a outras profissões, como, por exemplo, a de relações públicas. A essa indefinição do limite da atividade jornalística, bem como do modo de executá-la, Ruellan (1993, p. 236) define como *professionnalisme du flou* ou profissionalismo sem limites definidos, numa tradução livre. As atividades dos profissionais do Jornalismo e das Relações Públicas se apresentam de forma confusa e são nebulosos também os limites em que termina uma e começa a outra. Essa indefinição sobre o papel do jornalista e a sua atuação em vários campos profissionais é destacada por Adghirni pelo conceito de hibridização:

(...) insistimos na hipótese da hibridização das categorias profissionais dentro do campo do jornalismo e das relações turvas com o campo político orquestradas pelas mídias das fontes. Para garantir o capital da credibilidade, o bem maior do jornalismo, há que se questionar o princípio da legitimidade dos geradores de notícias dos Três Poderes (ADGHIRNI, 2004, não paginado).

3.3 Newsmaking, News Value e Gatekeeping

A presente pesquisa associa a hipótese do agendamento aos estudos do *newsmaking*, que, segundo Traquina (2005, p.14), trata-se de uma análise

sociológica dos processos de produção das notícias. As pesquisas sobre *newsmaking* utilizam, predominantemente, três métodos: 1) Estudos etnográficos – uma técnica proveniente das disciplinas de Antropologia Social que consiste no estudo de um objeto por vivência direta da realidade onde ele se insere, também denominada *observação participante*; 2) estudo de caso; e 3) observação intensiva dos locais de trabalho. Por meio dessas pesquisas, é possível reunir e obter informações a respeito das rotinas de produção de notícias (SCHLESINGER, 1980, p.363, *in*: FRANCISCATO, 2005, p. 175).

Sabemos que as notícias são publicadas de acordo com critérios de noticiabilidade. Esses critérios consideram, dentre a gama de fatos que acontecem, as premissas temporais da instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública (FRANCISCATO, 2005, p.112). Assim, o Jornalismo faz um recorte da realidade com base nas concepções e valores das pessoas e grupos envolvidos na produção jornalística – ou *newsmaking*.

A produção de conteúdo, por essa abordagem, é a fase de maior importância no fluxo informativo, uma vez que a decisão sobre quais acontecimentos vão se tornar notícias está sob a responsabilidade do emissor das informações, que se baseia nos acontecimentos que possuem valor-notícia (*news value*).

A hipótese do *Newsmaking* dá especial ênfase à produção de informações, ou melhor, à potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia. Deste modo, é especialmente sobre o emissor – no caso o profissional da informação, visto enquanto intermediário entre acontecimento e sua narratividade, que é notícia – que está centrada a atenção destes estudos, que incluem sobretudo o relacionamento entre fontes primeiras e jornalistas, bem como as diferentes etapas da produção informacional, seja ao nível da captação da informação, seja em seu tratamento e edição e, enfim, em sua distribuição (HOHLFELDT, 2001, p. 238).

Segundo Wolf, o valor-notícia é expresso em cinco categorias: 1) características substantivas, relacionadas ao conteúdo; 2) critérios relativos ao produto, com foco na atualidade e acessibilidade; 3) critérios relativos ao meio de informação, referente à quantidade de tempo destinado; 4) critérios relativos ao público, relativo à imagem que se faz dos receptores; e 5) critérios relativos à concorrência, com observância à pauta dos demais veículos de comunicação.

Os estudos do *newsmaking* incluem a abordagem do *gatekeeping* – a função de permitir ou interromper a passagem de uma informação, realizada por um

editor ou um grupo (o *gatekeeper*). Portanto,

Gatekeeping é definido como um processo através do qual as mensagens existentes passam por uma série de áreas de decisão (*Gates*) até chegarem ao destinatário ou consumidor (TRAQUINA, 1999, p. 134).

O conceito *gatekeeper* foi elaborado pelo psicólogo Kurt Lewin em estudo publicado em 1947 sobre a interação dos grupos familiares em relação à aquisição de alimentos (TRAQUINA, 1999, p.134). Posteriormente, tal perspectiva foi aplicada ao Jornalismo por David Manning White com o objetivo de estudar o fluxo de notícias dentro das empresas de comunicação. A finalidade era determinar os pontos que funcionam como filtros, nos quais se decide se a informação passa ou é rejeitada (WOLF, 2005, p.184).

O processo de produção da notícia, por esta abordagem, se compõe de várias instâncias de escolha, um movimento que obriga a informação a passar por "portões" – os pontos de decisão em que o jornalista determina se a informação será publicada ou não. White concluiu, nesse estudo, que os processos de seleção das notícias são procedimentos subjetivos e arbitrários, portanto “dependentes de juízo de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (TRAQUINA, 1999, p.134).

Numa análise preliminar do *corpus* empírico (as notícias veiculadas pela Agência Senado e citadas, ou não, por O Globo online e Folha Online), constata-se que a imprensa tradicional utiliza algumas informações das mídias da fonte Senado Federal, enquanto rejeita outras.

4 OS NOVOS JORNALISMO E JORNALISTAS

O modo de fazer jornalismo e, conseqüentemente, a prática da profissão de jornalista, vem recebendo constantes mudanças e aprimoramentos ao longo do tempo. Muitas dessas mudanças têm origem no avanço da tecnologia – em especial, o advento da internet. Observa-se que o campo do Jornalismo, bem como as atividades desempenhadas pelos profissionais dessa categoria, está se ampliando e tocando em outras áreas, como as de assessoria de imprensa e de relações públicas.

O que está acontecendo é uma "invasão" de fronteiras, tanto do campo jornalístico em relação a outras áreas profissionais, como das atividades desempenhadas pelos jornalistas. No que diz respeito às atribuições do profissional, as novas tecnologias contribuíram para que o jornalista seja um especialista multifuncional. Suas tarefas não estão mais restritas às históricas funções desempenhadas por eles. Essa hibridação das fronteiras gera uma crise de identidade, tanto naqueles que trabalham em Jornalismo, como nos pesquisadores dessa área de conhecimento (ADGHIRNI, 2004, 27).

4.1 O Jornalismo e o jornalista tradicionais

Durante todo o processo de aprimoramento da atividade jornalística, inúmeras tecnologias foram sendo adotadas com o objetivo de veicular a informação com maior rapidez. Assim, as empresas foram incorporando à atividade jornalística equipamentos como o telégrafo, o fax e o telefone e chegaram aos mais sofisticados, utilizados atualmente, como o telefone celular e a internet.

A empresa jornalística – ou empresa de comunicação – se compõe de vários departamentos que trabalham harmonicamente. No jornalismo tradicional, essas seções recebiam variadas denominações, mas, basicamente, com a mesma estrutura em todos os grupos. Uma empresa jornalística, para ter sucesso junto aos públicos, deveria possuir, no mínimo, redação e departamentos comercial, administrativo, de circulação, e ainda, no caso dos jornais impressos, um parque gráfico (BAHIA, 1990, 38).

A redação sempre foi o espaço onde se concentram os profissionais que produzem as notícias de acordo com as orientações de cobertura dos acontecimentos estabelecidas pelo chefe de reportagem. Ao jornalista cabe a função

clássica de coletar as notícias, ou seja, buscar a informação que não lhe é dada facilmente, e redigir as matérias. Em alguns jornais, havia ainda o pauteiro, responsável por organizar a agenda dos fatos que passariam a ser notícia. Esse profissional tinha a incumbência de ler os jornais do dia e da véspera e, a partir deles, programar os acontecimentos que deverão receber atenção dos repórteres (BAHIA, 1990, 27). De acordo com o modo tradicional de fazer jornalismo, a notícia a ser "consumida" deve chegar pontual e regularmente ao leitor. Juarez Bahia, há quase vinte anos, ressaltava que o "jornal é uma mercadoria altamente perecível. Não dura mais que 24 horas" (BAHIA, 1990, 27).

Com a tendência da imprensa moderna de descentralizar seus comandos, essa estrutura tradicional, que varia de jornal para jornal, sofreu modificações importantes que se refletiram na perecibilidade da informação. A principal mudança aconteceu com o advento da internet, que possibilitou maior rapidez no fluxo da informação e as notícias puderam ser divulgadas com intervalos de tempo cada vez menores. Assim, com essa nova ferramenta, não se verifica mais o ciclo de 24 horas, que deu origem ao termo jornalismo (*jour*, que em Francês, significa dia), pois as notícias ficam "velhas" quase que instantaneamente.

4.2 O novo Jornalismo e as mudanças na profissão

Tentar definir ou caracterizar o que seja Jornalismo ou jornalista, especialmente o que seja o novo Jornalismo e o novo jornalista, é uma tarefa complicada de ser realizada. Conforme ressaltava Ciro Marcondes Filho, "é difícil caracterizar 'o jornalista' pois o Jornalismo é uma atividade múltipla" (MARCONDES FILHO, 2000, p. 53).

Uma das características dessa atividade profissional é a rapidez para levar novas informações ao público. Com a facilidade de comunicação e transmissão em função das novas tecnologias, as notícias são elaboradas e as informações substituídas com uma velocidade impossível de ser acompanhada pelos receptores individualmente. Então, a noção de tempo é uma abordagem que não pode ser deixada de lado quando se analisa o jornalismo atual. Ao tratar desse tema, Érik Neveu ressaltava a necessidade de alterar as rotinas profissionais devido ao acelerado ritmo temporal, e cita Patrick Rozemblatt:

A urgência constitui uma relação permanente com o tempo, que impõe o funcionamento de uma organização do tratamento das notícias rápida e racional, a antecipação até de falhas técnicas ou humanas ou a adaptação à irrupção do imprevisível (ROZEMBLATT, 1995, *apud* NEVEU, 2006, p. 87).

Observa-se também que as novas tecnologias propiciam um maior volume de informações armazenadas e disponíveis ao receptor. O indivíduo, certamente, não tem condições de acessar e assimilar toda a informação disponível no mundo atual. No entanto, ela está à disposição para quando dela precisar.

Atualmente, o Jornalismo apresenta características muito distintas daquelas com as quais surgiu. De acordo com Bahia (1990, p. 36), os acontecimentos precisam observar os requisitos de interesse, importância, atualidade e veracidade para que conquistem o *status* de notícia. E cabe, então, ao jornalista apurar a informação e redigir a matéria (BAHIA, 1990, p. 39 a 44). Com a possibilidade de abrir o computador e ter acesso às notícias de todo o planeta, o jornalista nem sempre vai a campo buscar ou apurar informações. Ou ainda, por outro lado, quando está em campo diante de um acontecimento que mereça ser noticiado, utiliza equipamentos que possibilitem a imediata transmissão da informação. Assim, a notícia será redigida por outro jornalista, que não presenciou nem apurou a informação “passada” pelo colega.

Desta forma, os critérios fundamentais da atividade jornalística, na maioria das vezes, não são observados. Conforme Charron, “hoje em dia, a informação que antes era preciso buscar, vem espontaneamente ao jornalista” (CHARRON, 1993, p. 236. *apud* MARCONDES FILHO, 2000, p. 41).

Os futuros jornalistas terão de conviver com um campo profissional incerto, no qual a relação com a informação é dinâmica e imprevisível. A referência a um Jornalismo tradicional terá de ser substituída, como já vem acontecendo, apesar da resistência dos mais apegados. Essa reflexão também é trazida por Marcondes Filho na seguinte passagem:

A juventude que ingressa na profissão encontra hoje uma situação de dupla perplexidade. De um lado, um campo profissional extremamente mutante, incerto, movediço, tanto do ponto de vista da própria identidade do jornalismo quanto das possibilidades futuras de uma “profissão que não existe”. [...] Acresce-se o fato de ser esse “cemitério de carreiras abortadas” um território onde reina o frenesi da comunicação com o mundo, a instabilidade permanente de quem trata com as notícias, a eterna falta de tempo e, não raro, de competência, o que torna jornalistas freqüentemente superficiais e incapazes de um tratamento mais denso das

matérias cotidianas (MARCONDES FILHO, 2000, p. 55).

Esse *professionnalisme du flou* – como define Denis Ruellan (1993, p. 236) essa situação – é percebido tanto no que diz respeito à atividade dentro do campo jornalístico, como na relação entre o Jornalismo e outras áreas do conhecimento. As atividades pertinentes a essa área profissional não estão explicitamente definidas e, portanto, encontramos jornalistas desempenhando funções diversas da atividade básica de ir atrás da notícia. Para Zélia Adghirni (2004, não paginado)¹¹, “o verdadeiro Jornalismo é aquele que investiga e denuncia, que aponta os males da sociedade, que cobra justiça” e um profissional assim está em extinção.

O perfil híbrido que essa profissão desenvolveu, ressalta Adghirni, levou os jornalistas a trabalharem em redações ou como assessor de imprensa. Esses profissionais também podem atuar na produção de conteúdos para a internet, trabalhar em empresas privadas ou organizações não governamentais (ONGs), ou ainda defenderem causas públicas ou sociais, numa referência ao princípio da *advocacy* (ADGHIRNI, 2004, não paginado).

A autora destaca ainda que, recentemente, os jornalistas começaram a assumir atividades no funcionalismo público, um campo historicamente criticado pela categoria por ser tendencioso e pautado por interesses políticos, características contrárias à missão do Jornalismo, que é informar de maneira imparcial e verdadeira. Surgiu, assim, a figura do jornalista-funcionário público. Esse profissional desempenha funções nos Três Poderes como assessores de imprensa ou nas mídias que, eventualmente, essas instituições criaram – as “mídias das fontes”.

Sant’Anna questiona se, “ao não trabalhar para um veículo de comunicação de formato tradicional, o jornalista estará deixando de ser jornalista?” Pergunta ainda se “a informação difundida pelas *Mídias das Fontes* não deve ser classificada como jornalismo?” (SANT’ANNA, 2006, p. 6).

Estes atores sociais atuam com critérios editoriais próprios para definir seus parâmetros de noticiabilidade e para selecionar os temas a serem divulgados. Eventualmente, têm esses critérios diferentes daqueles utilizados pela imprensa tradicional, propiciando assim uma diversidade maior de informações na esfera pública. Estes critérios devem, contudo, assegurar um padrão de credibilidade, pois do contrário o esforço em falar diretamente à sociedade se perderá no vazio, pela falta de audiência (SANTANA, 2006, p. 25).

¹¹ *O Jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia*, trabalho apresentado no VII Colóquio Brasil-França, Intercom, Porto Alegre, 2004.

As reflexões de Sant’Anna deram origem a um novo campo de pesquisa dentro da área da Comunicação que tem atraído a atenção de muitos pesquisadores. Como o fenômeno “mídias das fontes” é recente, ainda não há estudos e conclusões sólidas, por isso, é necessário estudá-lo melhor. Esse novo campo de estudo exige pesquisas com variados enfoques. Nesta pesquisa, aborda-se a credibilidade do conteúdo das “mídias das fontes” – representada pela agência de notícias do Senado – e a utilização desse conteúdo pelos veículos de comunicação online privados O Globo online e Folha Online.

4.3 O Jornalismo online

A internet é uma tecnologia relativamente nova no Brasil e mesmo no mundo, pois ela se desenvolveu somente na década de 1970¹². O termo foi cunhado a partir da associação das palavras em inglês *interaction* ou *interconnection* e *net*, referindo-se à expressão “interação (ou interconecção) entre rede de computadores” (PINHO, 2003, p. 41, tradução nossa)¹³.

Com ela, o jornalismo encontrou uma ferramenta importante para divulgar notícias. Para nos referirmos, nesta pesquisa, a esse jornalismo, adotamos o termo “jornalismo online” por entendermos que o conteúdo informativo encontra-se sempre à disposição do leitor, num sistema permanentemente ligado “em linha”. Como ressaltamos no capítulo “Metodologia”, usamos a forma “online”, sem hífen, por uma questão de simplificação desse anglicismo.

Outras nomenclaturas também definem a modalidade de jornalismo na internet: webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo digital, jornalismo em tempo real, entre outros. Marcos Palácios usa a expressão “jornalismo on-line” para falar desta modalidade de jornalismo. Segundo esse autor, o jornalismo desenvolvido na internet tem as características de multimídia, convergência, interatividade,

¹² O sistema internet foi concebido em 1969, quando a Advanced Research Projects Agency (Arpa – sigla em Inglês para Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), criou a Arpanet, uma rede nacional de computadores que garantia comunicação emergencial caso os Estados Unidos fossem atacados por outro país, especialmente pela União Soviética. A Arpa foi organizada no âmbito do Departamento de Defesa norte-americano com a finalidade de pesquisar informações para o serviço militar. A partir de 1975, a Arpa passou ao controle da Agência de Comunicações e Defesa dos Estados Unidos. Apesar de o objetivo da Arpanet ser o serviço de informação militar, a comunidade acadêmica usava a rede para transferir arquivos extensos por meio de e-mails.

¹³ “*Interaction* ou *interconnection between computer networks*.”

hipertextualidade, personalização e memória (PALÁCIOS, 2002, p. 2).

A multimídia é a convergência de mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico. Essa convergência torna-se possível pelo aprimoramento tecnológico do processo de digitalização da informação e posterior divulgação. De acordo com Bernardo Kucinski,

Na internet, e no seu instrumento de trabalho, o computador, combinam-se recursos quase infinitos da informática e da microeletrônica e o princípio da *digitalização*, que permite transformar todos os sinais gráficos e sonoros em sinais digitais básicos que, por sua vez, podem ser processados, combinados, manipulados, transmitidos e gravados nas mais diversas formas. A nova mídia sintetiza todas as anteriores, na forma de uma *multimídia* (KUCINSKI, 2005, P.72. Grifo do autor).

Assim, a internet representa a síntese de todas as mídias usadas anteriormente pelo jornalismo e acrescenta novas possibilidades ao desempenho da profissão. Essa tecnologia une áudio, vídeo, texto e imagens e permite o envio e recebimento de arquivos. Permite ainda acessar bancos de dados, digitar, fazer entrevistas, ler jornais e publicações de todo o mundo e trabalhar com base material disponível.

A rede mundial da internet (*world wide web*) exerce e combina quatro funções principais relativamente distintas. A função de *transmissão de dados*, ampliando o leque de instrumentos de meios de transmissão que compreende também o telefone, o telégrafo e o fax; a de *mídia*, a mais nova depois da invenção da TV nos anos 1950; a de *ferramenta de trabalho*, que permite acessar bancos de dados, fazer entrevistas, ler jornais e publicações de todo o mundo e trabalhar com base nesse material; a *memória* de toda a produção intelectual, artística e científica, na forma de arquivos digitalizados, acessíveis de qualquer parte do mundo (KUCINSKI, 2005,73).

Ainda podemos considerar a instantaneidade do acesso como outra característica do jornalismo online, que permite que o conteúdo seja permanentemente atualizado. Uma das principais mudanças que essa nova forma de fazer jornalismo apresenta quando comparada com a forma tradicional é a velocidade e, muitas vezes, a instantaneidade da emissão de informações. Essa característica trouxe, ainda, alterações na periodicidade com que os emissores levam informações a seus receptores. A contínua atualização dos conteúdos jornalístico da internet eliminou a noção de uma periodicidade definida. Porém, por outra característica do jornalismo online – a memória –, o leitor pode acessar seu conteúdo quando puder ou quiser.

4.3.1 O tempo e a velocidade

Com a inovação tecnológica, foi possível uma velocidade maior e, por conseguinte, um desenvolvimento mais dinâmico dos trabalhos jornalísticos, o que pôde aproximá-lo um pouco mais de um ideal sempre buscado – a instantaneidade das informações. Devido a essa tendência ao jornalismo em tempo real, a internet pode ser considerada uma nova e diferente agência de notícias, que alimenta tanto veículos de comunicação como também se conecta diretamente com a sociedade civil organizada. Também para Kucinski, o trabalho produzido por meio do jornalismo online assemelha-se às agências noticiosas. Segundo ele,

A internet como meio revolucionário de transmissão – é também um novo tipo de agência de notícias. Como tal, rompe a verticalidade e a concentração das agências tradicionais e alimenta não apenas jornais a escritório centrais, mas liga também ONGs, produtores independentes e movimento políticos e sociais (KUCINSKI, 2005, p.73).

Na opinião de Kucinski, o campo do jornalismo online e as atividades ligadas a ele não estão claramente definidos. Como as alterações começaram a acontecer há pouco tempo e de forma rápida e intensa, essa modalidade de jornalismo ainda está em processo de aprimoramento e definição. No entanto, esse autor reconheceu características de agência noticiosa no processo chamado jornalismo online, conforme destacamos a seguir:

O chamado *jornalismo online* é também um conceito-fetice, porque não explica o que mudou ou não na prática jornalística em função da internet. Esse jornalismo não se distingue do serviço tradicional de agência de notícias sob o aspecto da atualidade da informação, mas definiu-se um novo ritmo de abastecimento de notícias, nos quais os fatos vão sendo narrados continuamente, e não depois que aconteceram. (...) pauta os outros meios de comunicação, ao mesmo tempo que funciona como leitura final para o usuário da internet (KUCINSKI. 2005, p.77).

Assim, ao mesmo tempo em que o jornalismo online favoreceu o acesso mais democrático às informações, ele também fez com que as notícias se tornassem mais efêmeras. A idéia de que não existe nada mais velho do que o jornal de ontem, agora, é alterada: não existe nada mais velho do que a última notícia. No entanto, a atualidade também é relativa nesse novo meio, uma vez que, arquivadas, as notícias podem ser reconfiguradas e ganhar *status* de nova a cada acesso por parte de quem ainda não as havia lido.

Esse fenômeno que torna a notícia ao mesmo tempo efêmera e atual é observado por Carlos Eduardo Franciscato ao tratar da linearidade do jornalismo feito na internet.

O jornalismo em tempo real na internet afirma duas relações de temporalidade. Uma relação de linearidade do tempo (marca a hora de disponibilização do evento) – o leitor sabe o 'local' da matéria na linha do tempo; e a possibilidade de editar conteúdos e criar links estabelecendo uma não linearidade do tempo (FRANCISCATO, 2005, p.248).

4.3.2 A imprecisão da informação online

Com a necessidade de produzir mídias instantâneas, ocorre uma supervalorização do presente, pois o conteúdo se propaga e se consome em instantes, o que exige contínua atualização. Dessa forma, ressalta Franciscato (2005, p.246), as redações precisam produzir mais informações em que, muitas vezes, a qualidade fica para segundo plano.

A produção de notícia em tempo real sob um ritmo de atualização contínua é um dilema particular para jornalistas, pois este modelo impõe às novas redações uma produção que se baseia na disponibilização de um maior número de notícias para dar a idéia de continuidade de fluxo. Assim, compete ao jornalista multiplicar a sua produção, mesmo que ao custo de fragmentar a notícia em diversos relatos sucessivos. (FRANCISCATO, 2005, p.246).

O dinamismo é a característica do Jornalismo e a internet surgiu como aliada nesse processo. Porém, na busca pela proximidade da instantaneidade, a qualidade pode não ser a prioridade e as notícias passam a ser divulgadas, cada vez mais, com maior nível de superficialidade. Exemplo dessa necessidade de divulgação de informações quase ao mesmo tempo em que os fatos acontecem foi verificado no *site* de O Globo Online quando da decisão do Plenário do Senado em absolver Renan Calheiros do processo de quebra de decoro parlamentar aprovado pelo Conselho de Ética. O Globo Online divulgou seis notas em intervalos curtos de tempo, às quais novas informações eram acrescentadas, até que às 17h29min divulgou uma notícia mais completa do ponto de vista jornalístico. As três primeiras notas tiveram um intervalo de três minutos e as outras três, de dois minutos.

A primeira nota foi divulgada às 17h17min com um título que se repetia em uma linha de informação: "Plenário do Senado absolve Renan Calheiros" (figura 2). A segunda nota, divulgada três minutos depois, às 17h20min, continha três linhas, e o título "Plenário do Senado absolve Renan Calheiros por 40 a 35" (figura

3). Três minutos depois, às 17h23min, é divulgada a terceira nota com o título “Renan é absolvido de processo de cassação” e o texto diz apenas “Aguarde mais informações” (Figura 4). Dois minutos depois, às 17h25min, é divulgada a quarta nota, composta por três linhas com o título igual ao anterior com acréscimo do sobrenome do senador: “Renan Calheiros é absolvido de processo de cassação” (Figura 5). Às 17h27min, com o mesmo intervalo de dois minutos, nova nota é divulgada, agora, já com três parágrafos de informação (Figura 6) e, finalmente, às 17h29min O Globo Online divulga uma notícia completa sobre a absolvição do presidente do Senado Federal (Figuras 7 a 10).

Esse imediatismo gera sobrecarga de trabalho, uma vez que, atualmente, o mais importante é a velocidade em apresentar notícias e, se possível, com qualidade. Na hipótese de não haver possibilidade de apuração mais esmerada, a informação é divulgada, mesmo de forma superficial.

The screenshot shows the O Globo Online website interface. At the top, there is a navigation bar with the logo 'O GLOBO ONLINE' and 'PAÍS'. Below it, a search bar and a weather widget for Rio de Janeiro are visible. The main content area features a large headline: 'Plenário do Senado absolve Renan Calheiros'. To the right of the main article, there is a 'PLANTÃO' (Live) section with a timestamp of 17h17m and a sub-headline: 'Plenário do Senado absolve Renan Calheiros'. The sidebar on the right contains various multimedia links, including 'FOTOGALERIA', 'VÍDEO', and 'ÁUDIO'. The bottom of the page includes a 'LINKS PATROCINADOS' section.

Figura 2 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h17m

globo.com NOTÍCIAS ESPORTES ENTRETENIMENTO VÍDEOS ASSINE JÁ TODOS OS SITES

Além de débito e crédito, vem com vantagens e promoções exclusivas.

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH ASSINE O GLOBO

RIO DE JANEIRO Outras cidades: MIN.: 16° MÁX.: 33°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULC

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA

VIAGEM

Plantão | Publicada em 12/09/2007 às 17h20m

Plenário do Senado absolve Renan por 40 a 35
Alan Gripp - O Globo

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), foi absolvido por 40 votos. Outros 35 senadores votaram pela cassação do mandato, enquanto seis se absteram.

ASSINE O GLOBO E RECEBA TODO O CONTEÚDO DO JORNAL NA SUA CASA

VOLTAR TOPO RECOMENDE!

LINKS PATROCINADOS O que é?

imovel: Imóveis de 1 a 4 Dormitórios
Procure por tipo, tamanho e preço. Conheça cada detalhes da Rossi.
www.rossiresidencial.com.br

Ferramentas: Envie, Imprima, Recomende!, Corrija, Compre, Comente

Publicidade: RESERVA DO PARQUE

Plantão

17h25m Renan Calheiros é absolvido em processo de cassação

17h23m RENAN É ABSOLVIDO DE PROCESSO DE CASSAÇÃO

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

Eleições 2006 Vestibular

MULTIMÍDIA

FOTOGALERIA Renan na véspera da votação

CHARGE Charge animada - O caso Renan

VÍDEO

ÁUDIO Luíla comenta caso Renan

SITES DE COLUNISTAS

BLOG DO NOBLAT (Antes, aqui) O Senado acaba de ab [...]

COMPRAR BEM

Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:

Figura 3 - Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h20m

globo.com NOTÍCIAS ESPORTES ENTRETENIMENTO VÍDEOS ASSINE JÁ TODOS OS SITES

O Ourocard Empresarial está cheio de novidades.

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH ASSINE O GLOBO

RIO DE JANEIRO Outras cidades: MIN.: 16° MÁX.: 33°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULC

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA

VIAGEM

Plantão | Publicada em 12/09/2007 às 17h23m

RENAN É ABSOLVIDO DE PROCESSO DE CASSAÇÃO
Valor Online

Aguarde mais informações

ASSINE O GLOBO E RECEBA TODO O CONTEÚDO DO JORNAL NA SUA CASA

VOLTAR TOPO RECOMENDE!

LINKS PATROCINADOS O que é?

imovel: Imóveis de 1 a 4 Dormitórios
Procure por tipo, tamanho e preço. Conheça cada detalhes da Rossi.
www.rossiresidencial.com.br

Ferramentas: Envie, Imprima, Recomende!, Corrija, Compre, Comente

Publicidade: Apartamentos de várias medidas para famílias de vários tamanhos no Rio.

Plantão

17h25m Renan Calheiros é absolvido em processo de cassação

17h23m RENAN É ABSOLVIDO DE PROCESSO DE CASSAÇÃO

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

Eleições 2006 Vestibular

MULTIMÍDIA

FOTOGALERIA Renan na véspera da votação

CHARGE Charge animada - O caso Renan

VÍDEO

ÁUDIO Luíla comenta caso Renan

SITES DE COLUNISTAS

BLOG DO NOBLAT (Antes, aqui) O Senado acaba de ab [...]

COMPRAR BEM

Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:

Figura 4 - Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h23m

globo.com NOTÍCIAS ESPORTES ENTRETENIMENTO VÍDEOS ASSINE JÁ TODOS OS SITES

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH BUSCAR ASSINE O GLOBO

RIO DE JANEIRO Outras cidades MÍN.: 16° MÁX.: 33°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULC

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA VIAGEM

Plantão | Publicada em 12/09/2007 às 17h25m

Renan Calheiros é absolvido em processo de cassação

Valor Online

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), escapou da cassação. Em sessão fechada e com votação secreta, 40 senadores votaram pela absolvição no processo de perda de mandato, 35 optaram pela cassação e seis se abstiveram.

(Valor Online)

ASSINE O GLOBO E RECEBA TODO O CONTEÚDO DO JORNAL NA SUA CASA

VOLTAR TOPO RECOMENDE!

LINKS PATROCINADOS O que é?

Ferramentas: Envie, Imprima, Recomende!, Corrija, Compre, Comente

Publicidade: Imagem de paisagem

PLANTÃO

17h27m Senado absolve Renan com 40 votos a favor e 35 contra

17h25m Renan Calheiros é absolvido em processo de cassação

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

- Eleições 2006
- Vestibular

Figura 5 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h25m

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH BUSCAR ASSINE O GLOBO

RIO DE JANEIRO Outras cidades MÍN.: 16° MÁX.: 33°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULC

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA VIAGEM

Plantão | Publicada em 12/09/2007 às 17h27m

Senado absolve Renan com 40 votos a favor e 35 contra

Reuters/Brasil Online

Por Natuza Nery

BRASÍLIA (Reuters) - Os senadores decidiram nesta quarta-feira, por 40 votos a favor, 35 contra e 6 abstenções, absolver o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), da acusação de quebra de decoro parlamentar.

O senador era acusado de ter despesas pessoais pagas por um lobista da construtora Mendes Júnior. O Conselho de Ética do Senado aprovou o parecer que pedia a sua cassação, mas a maioria dos senadores a rejeitou em plenário.

Renan ainda terá pela frente mais três representações por quebra de decoro. Uma sobre suposto favorecimento à cervejaria Schincariol em negociação de dívidas com a Receita Federal e com o INSS, outra relativa ao uso de laranjas para a compra de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, e uma terceira referente à denúncia de desvio de dinheiro público junto a ministérios administrados pelo PMDB.

ASSINE O GLOBO E RECEBA TODO O CONTEÚDO DO JORNAL NA SUA CASA

VOLTAR TOPO RECOMENDE!

Ferramentas: Envie, Imprima, Recomende!, Corrija, Compre, Comente

Publicidade: Imagem com texto 'Lazer, segurança e qualidade de vida.'

Mais notícias: NO SUL PF prende quadrilha internacional de tráfico de...

PLANTÃO

17h31m Senado vai pagar por absolver Renan, diz Demóstenes

17h27m Senado absolve Renan com 40 votos a favor e 35 contra

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

- Eleições 2006
- Vestibular

LINKS ÚTEIS

- Loterias
- Governo do...

MULTIMÍDIA

- FOTOGALERIA: Renan na véspera da votação
- VÍDEO: Charge animada - O caso Renan
- ÁUDIO: Lula comenta caso Renan

SITES DE COLUNISTAS

BLOG DO NOBLAT: Parabéns ao senador Renan Calheiros [...]

COMPRAR BEM

Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:

CLASSIFICADOS 720

Figura 6 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h27m

O GLOBO PAIS

Publicada em 12/09/2007 às 20h55m

QUEBRA DE DECORO
Renan Calheiros é absolvido em sessão secreta do Senado

Ilmar Franco, Adriana Vasconcelos e Allan Grip - O Globo; O Globo Online

BRASÍLIA - Em votação secreta, o plenário do Senado absolveu no final da tarde desta quarta-feira o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), da acusação de quebra de decoro parlamentar. Por 40 votos contra a cassação, 35 a favor e seis abstenções, o mandato do senador foi preservado. Ele ainda responde, no entanto, a outras duas representações no Conselho de Ética. Após o resultado, Renan disse que iria para uma igreja rezar, mas foi para a casa da colega Roseana Sarney (PMDB-MA). Antes disso, fez uma rápida visita a seu advogado, Eduardo Ferrão.

Em seguida, o presidente do Senado [divulgou uma nota oficial, em que disse que sua absolvição foi "uma vitória da democracia"](#), e que não guardará mágoa dos senadores que vinham pedindo sua cassação nos últimos meses.

Antes mesmo de começar a sessão secreta, o clima ficou tenso no Senado, quando 13 deputados que tinham conseguido uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para assistir à sessão chegaram ao plenário. Informados que deveriam ir para a tribuna de honra da Casa, eles não aceitaram a determinação e [teve início a confusão, com um empurra-empurra entre parlamentares e seguranças](#). A Mesa do Senado ainda recorreu contra a

Ferramentas
 Envie | Imprima
 Recomele! | Corrija
 Compre | Comente

Mais notícias
 FIM DE ANO
 Aeroportos: Gol tem 40 % das partidas atrasadas neste sábado. Anac dá prazo e ameaça cancelar vôos

CHUVAS
 Deslizamento mata duas crianças em Muriá, na Zona da Mata Mineira

CONTINGENCIAMENTO
 Orçamento: Governo espera até fevereiro para decidir corte

PLANTÃO
 13h30m
 Acidentes já mataram 49 nas estradas mineiras desde o dia 20

12h34m
 Infraero: 40% dos vôos da Gol estavam atrasados até meio-dia

SAIBA MAIS
 Eleições 2006
 Vestibular

LINKS ÚTEIS
 Loterias
 Governo do Brasil
 Câmara dos Deputados
 Senado Federal
 Tribunal Superior Eleitoral
 Supremo Tribunal Federal

NOTÍCIAS NO CELULAR
 Receba notícias via SMS no seu celular
 Para assinar agora, informe a operadora e o número do celular (com DDD).

PREVISÃO DO TEMPO
 RIO DE JANEIRO
 Outras cidades
 MIN.: 19° MÁX.: 26°

MULTIMÍDIA
 VÍDEO
 Motoristas dizem que transportaram Lula e não receberam

FOTOGALERIA
 Movimentação nos aeroportos

AÚDIO
 Temporão fala sobre reajustes no SUS

SITES DE COLUMNISTAS
 BLOG DO NOBLAT
 Roda Viva de suspeitas

RÁDIO DO MORENO
 Moreno FM

BLOGS
 LUCIA HIPOLITO
 A política trocada em mídias

ADRIANA VASCONCELOS
 AMAZÔNIA SELVAGEM
 EDUCAÇÃO À BRASILEIRA
 ILMAR FRANCO
 LOGO
 RAFAEL SERRA

Figura 7 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m

[entre parlamentares e seguranças](#). A Mesa do Senado ainda recorreu contra a presença dos deputados, mas foi derrotada por seis votos a quatro. [A decisão do Supremo acende o debate sobre mudanças no regimento interno](#) da Casa.

Com os ânimos serenados e os deputados devidamente instalados no plenário, a sessão teve início, primeiro com uma curta parte aberta para logo depois passar a [ser secreta](#).

Renan foi o último a discursar aos senadores e, [segundo o Blog do Noblat, chegou a intimidar alguns adversários políticos](#). Ao concluir sua defesa, o presidente do Senado bateu boca com a ex-senadora Heloísa Helena (AL), que participou da sessão como representante da acusação, já que a representação foi protocolada por seu partido, o PSOL. Renan terminou seu discurso dizendo que, se fosse absolvido, não teria mágoa de ninguém e procuraria todos os líderes dos partidos para recompor o ambiente político na Casa, mas provocou Heloísa.

- Não tenho ressentimento nem contra a senadora Heloísa Helena. Se eu quisesse atacá-la, eu tornaria público esse documento do STF (Supremo Tribunal Federal) que diz que ela deve R\$ 980 mil para a Receita Federal. Ela perdeu esse processo em todas as instâncias, é uma sonegadora - disse Renan.

Heloísa Helena reagiu indignada:
 - É mentira, é mentira!
 - É verdade, está aqui o documento! - respondeu Renan, mostrando o papel.

O presidente do Senado então entregou o documento à Mesa Diretora e prosseguiu:
 - Vai lavar a boca com água oxigenada.
 - Vai lavar a boca com água sanitária - respondeu Heloísa Helena.

O clima já tinha esquentado um pouco antes. Defendendo a perda de mandato, Demóstenes Torres (DEM-GO) chamou a estratégia de defesa do senador de "burra", já que o peemedebista teria se auto-incriminado com as provas que apresentou. Irritado, Renan, que passou a maior parte da sessão sentado no lado esquerdo do plenário sem conversar com qualquer parlamentar, rompeu seu silêncio até então e pediu respeito. Em seguida, Demóstenes se desculpou e corrigiu a afirmação:
 - Não usarei a expressão popular, portanto. Direi, porém, que sua estratégia foi pouco inteligente - ironizou o opositorista.

Desde do início da sessão, sentia-se

corde

+ NOTÍCIAS
 ELEIÇÕES 2008
 O RESULTADO PELO PAÍS
 POR DENTRO DA CÂMARA
 LEIÇÕES 2008
 veja jogos e vídeo sobre o legislativo carloca
 CONGRESSO
 ASTIBORES
 Câmara e o Senado por trás dos holofotes
 ESCÂNDALOS EM SÉRIE
 OBREIOS E MENSALÃO
 crise política de um ato que você nunca viu
 A UNE VOLTAR PARA CASA
 ESTA NOS 70 ANOS
 o movimento estudantil faz história. Veja vídeo
 DESMATAMENTO
 INFOGRÁFICO
 devastação da Amazônia

BRadesco completo
 MOEDAS BOLSA
 16h40m 26.12.2008
 11h14m 12h55m 14h37m 16h19m
 DÓLAR VENDA COMPRA

DDD): Saiba como funciona
 Telefone celular:
 Escolha o canal:
 Canais
 ASSINAR

EDIÇÃO DE HOJE
 NOVA EDIÇÃO DIGITAL
 Capa de País
 Leia as colunas

O GLOBO 24H
 NEWSLETTER
 As principais notícias do dia no e-mail
 MOBILE
 As notícias do Globo no seu celular
 RSS
 Receba as notícias em tempo real
 PODCAST
 Boletins de notícias para ouvir no MP3 Player ou PC
 WIDGETS
 O Globo com você no seu Orkut
 CENTRAL DE RESERVAS
 Passagens aéreas
 Origem:
 [cidade/cód. do aereo]

RAZÃO SOCIAL
 TRADUZINDO O JURIDICQUES
 SOBREDROGAS

COMPRAR.BEM
 Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:
 OK

zap Classificados
 Procurando Imóveis?
 Eu quero:
 Seleção
 Tipo:
 Seleção
 Estado:
 Seleção
 Cidade/Localidade:
 Seleção
 anunciar buscar
 autos empregos mix

GUIAS E SERVIÇOS
 GUIA DE LAZER
 TEMPO
 GUIA DE SERVIÇOS

AS + COMENTADAS
 1 Aeroportos: Gol tem 40 % das p...
 2 Com atrasos em mais de 40% das...
 3 PF prende por grilagem acusado...
 4 O banho de mar de Carla Bruni...
 5 Justiça autorizou 224 mil gram...

AS + RECOMENDADAS
 Agente da Polícia Federal mata mulher e comete sui...
 MÉDIA: 3,7

Figura 8 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m, continuação 1

Desde o início da sessão, sentia-se um clima favorável à absolvição de Renan, de acordo com o relato de parlamentares que deixavam momentaneamente o plenário, entre eles os **deputados** que conseguiram no STF o direito de acompanhar a votação. Segundo eles, a maioria dos pronunciamentos defendia a preservação do mandato do presidente do Senado.



Clique para ampliar

Francisco Dornelles (PP-RJ), por exemplo, foi um dos que defenderam abertamente a absolvição de Renan. Ele alegou que não havia provas de que o presidente do Senado não arcava com recursos próprios o pagamento da pensão alimentícia para a filha que tem com a jornalista Monica Veloso.

- Entre as manifestações populares que pedem a cassação do presidente do Senado e a ordem jurídica, fico com a ordem jurídica - disse Francisco Dornelles, de acordo com esse deputado.

Já a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), encerrou seu pronunciamento comunicando que a bancada estava liberada. Em grande parte de seu tempo, ela falou sobre a dificuldade e o constrangimento de julgar um colega do Senado.

- Não fui programada para ser juiz - afirmou Ideli.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que 12 dos 13 senadores do partido votariam pela cassação. O tucano disse que apenas João Tenório, que é de Alagoas e assumiu a cadeira na condição de suplente do governador Teotônio Vilela, aliado de Renan, estaria liberado para mudar seu voto.

- A absolvição do senador Renan Calheiros seria uma hecatombe política contra o Senado - disse Virgílio.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), fez uma reconstituição dos fatos e afirmou que Renan já tinha sido julgado pela opinião pública e pelo próprio Senado, referindo-se à decisão do Conselho de Ética, que por 11 votos contra quatro, votou pela cassação do mandato.

- Há uma clara definição das ruas e do Senado. O Conselho de Ética já decidiu por 11 votos a quatro. Não foi por nove a seis nem por oito a sete, mas por 11 a quatro. O que está em julgamento hoje aqui é o Senado - afirmou José Agripino. [\(Leia: senadores que agora defendem o voto aberto rejeitaram a proposta em 2003\)](#)

Os relatores do processo no Conselho de Ética também se manifestaram. Os

“ **A absolvição do senador Renan Calheiros seria uma hecatombe política contra o Senado** ”

DOLAR	VENDA	COMPRA
Comercial	2,37	2,368
Ver histórico dos últimos três meses		
EURO	VENDA	COMPRA
Euro x Real	3,3229	3,3296
Euro x Dólar	1,4073	1,4071

>> PARTICIPE

Vote

Qual foi o projeto mais importante aprovado em 2008?

- > A Lei Seca
- > Fim do segundo julgamento para condenados a mais de 20 anos
- > Ampliação do conceito de estupro, tornando homens também vítimas
- > Interrogatório por videoconferência
- > Licença-maternidade de seis meses
- > Guarda compartilhada dos filhos
- > Adoção da filosofia e da sociologia no ensino médio
- > Piso nacional de R\$ 950 para os professores
- > Férias remuneradas para estagiários
- > Três fusos horários no Brasil

Resultado

[Pesquisa anterior](#)

Opine

Você já foi vítima de assalto ao volante?

Dê sua opinião

[Outras opiniões](#)

>> O TEMPO HOJE

	MÁX.	MIN.
BELO HORIZONTE	23°	19°
BRÁSILIA	26°	20°
CAMPO GRANDE	29°	20°
CUIABÁ	30°	24°

[cidade/cód. do aeroporto]

Destino: [cidade/cód. do aeroporto]

Data de Partida: 29 Dez

Data de Retorno: 30 Dez

Adultos: 01 Crianças: 00

Ida

Ida e Volta

ENVIAR

MÉDIA: 3,7

regerai mata muner e comete sui...

MÉDIA: 1,4

O banho de mar de Carla Bruni em Itacaré

Figura 9 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m, continuação 2

Os relatores do processo no Conselho de Ética também se manifestaram. Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentaram seus argumentos e o que consideraram provas de que houve quebra de decoro. O senador Almeida Lima (PMDB-SE) manteve seu ponto de vista de que não havia provas para cassar o mandato de Renan e fez uma advertência aos demais senadores.

- A cassação do presidente do Senado abre as portas para a cassação de mais dois ou três senadores. Há uma campanha da mídia contra o Senado - afirmou.

Após o resultado, senadores passaram a temer pelo futuro do Senado

[Senadores de oposição e da base aliada deixaram o plenário](#) na tarde desta quarta-feira preocupados com o futuro da instituição. Demóstenes Torres (DEM-GO) e Tasso Jereissatti (PSDB-CE) criticaram os colegas que, segundo eles, colocaram a credibilidade da Casa em xeque. O pedetista Cristovam Buarque (DF) foi mais longe e decretou a morte do Senado:

- O Brasil hoje é um país sem Senado. O Senado está morto. Vamos ver quanto tempo ele leva para renascer. Não há credibilidade no Senado nem nos senadores. Somos uma entidade desmoralizada junto à opinião pública hoje. E acho que o governo fica mais forte com o Congresso desmoralizado. Isso pesou no voto dos defensores do governo. Fica mais fácil para o governo aprovar o que precisa quando o Congresso está desmoralizado, quando a percepção da opinião pública é de que aqui só há corruptos.

Links patrocinados

CUIABÁ	30°	24°
CURITIBA	23°	13°
FLORIANÓPOLIS	29°	21°
FORTALEZA	32°	25°
MANAUS	31°	23°
PORTO ALEGRE	30°	18°
RIO DE JANEIRO	26°	19°
SALVADOR	31°	23°
SÃO PAULO	25°	18°
VITÓRIA	35°	24°

[Outras cidades](#)

Figura 10 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 17h29m, continuação 3

Para cumprir as atribuições dessa nova realidade profissional, o repórter online aprende a desmembrar uma mesma informação. Trata-se de algo similar ao trabalho realizado pelas antigas agências noticiosas, que enviavam aos jornais, por meio do telex, notas relativas a notícias de todo o mundo. Porém, essas notas eram reunidas e a informação era processada pelo jornal que recebia a informação, sempre sucinta, da agência de notícias. No caso das notícias online, as notas são enviadas a todos e, portanto, diretamente ao público leitor. Nessa nova abordagem, a notícia é um produto que, antes de ser bom, precisa ser rápido para chegar mais cedo do que os concorrentes na mão (ou olhos) do leitor.

A ditadura da velocidade, na opinião de Marcondes Filho (2000, p.147), pode ser entendida como uma nova forma de dominação, pois, segundo ele, não é possível democratizar o rápido. Dessa forma, é criada uma forma de segregação àqueles que são mais lentos, menos competitivos ou são profissionais mais reflexivos. Em relação a esse ponto, Marcondes Filho levanta a seguinte reflexão:

Até que ponto notícias produzidas em ritmo de alta velocidade ainda são confiáveis? Até que ponto pode-se depositar a mesma credibilidade que se tinha em relação aos antigos jornais, historicamente constituídos, socialmente muito mais enraizados, no noticiário da Net? Até que ponto o público está em condições, tem filtros, e mesmo interesse, para fazer uma seleção apurada das notícias que recebe? Como se pode evitar que, por força da velocidade e da incontabilidade da rede, pessoas, instituições, movimentos se “queimem” por efeito de notícias falsas? ... ou seja, como será a democracia sem a figura do crítico? (MARCONDES FILHO, 2000, p. 147).

Entre as transformações e aprimoramentos por que ainda precisa passar o jornalismo online está a ética. O profissional de Jornalismo deve aproveitar os recursos oferecidos pela internet para facilitar o exercício de sua atividade, mas ter o cuidado de não transformar a rotina profissional apenas na emissão de uma seqüência de notícias, sem reflexão, sem elaboração e sem checagem das fontes. É importante que os profissionais aproveitem os recursos tecnológicos para produzir não apenas conteúdo, mas conhecimento, informação e denúncias.

A sociedade também passou a viver num ritmo imediatista e efêmero e a consumir notícias nesse mesmo ritmo. Sylvia Moretzsohn reflete a esse respeito:

É em torno dessa idéia de dinamismo que a imagem da atividade jornalística se constrói. Admiramos a velocidade (que em um centésimo de segundo põe em jogo prestígio, dinheiro, interesses – já não sabemos viver a vida lenta e inexata). Vivemos a era dos ruídos e da fala

ininterrupta da televisão e do rádio (começamos a esquecer como é fecundar o silêncio, entendendo-o não como ausência da palavra, mas como condição de inexistência da própria palavra, pois é o intervalo entre as palavras – o silêncio – que dá sentido à linguagem). Vivemos ainda o excesso de imagens, mas vivemos principalmente a perda do sentimento do tempo ao considerarmos que as coisas são rápidas e muito lentas e que as próprias mensagens elétricas fazem morrer de tédio (MORETZSOHN, 2002, p.46).

Apesar de a sociedade moderna viver em ritmo acelerado, ela precisa de jornalistas que produzam informação apurada e de forma isenta. Se, por um lado, há a possibilidade de que a notícia esteja disponível em menor tempo desde a ocorrência do fato e sem intermediários, o que gera um grande número de informações, por outro, há preocupação com a qualidade dessa informação divulgada. Na avaliação de Marcos Palácios (2002, p.5), a quantidade de informação sem mediadores exige pessoas habilitadas para realizar a organização e priorização delas.

Comunicação direta, sem mediações, como uma mera performance técnica. Isso apela para sonhos de liberdade individual, mas é ilusório. A Rede pode dar acesso a uma massa de informações, mas ninguém é um cidadão do mundo, querendo saber tudo, sobre tudo, no mundo inteiro. Quanto mais informação há, maior é a necessidade de intermediários- jornalistas, arquivistas, editores, etc. – que filtrem, organizem, priorizem. Ninguém quer assumir o papel de editor chefe a cada manhã. A igualdade de acesso à informação não cria igualdade de uso da informação. Confundir uma coisa com a outra é tecno-ideologia (PALÁCIOS, 2002, p. 5).

Dentro das infinitas possibilidades de utilização da internet e diante do excesso de informação, Palácios (2002, não paginado) defende o direcionamento individualizado ou personalizado da informação como forma de oferecer qualidade ao leitor. Assim, a informação é enviada de acordo com os interesses pessoais do utente ¹⁴, ou usuário.

[...] individualização, a personalização ou customização consiste na opção oferecida ao utente para configurar os produtos jornalísticos de acordo com os seus interesses individuais. Há sites noticiosos que permitem a pré-seleção dos assuntos, bem como a sua hierarquização e escolha de formato de apresentação visual (diagramação). Assim, quando o site é acessado, a página de abertura é carregada na máquina do Utente atendendo a padrões previamente estabelecidos, de sua preferência (PALÁCIOS, 2002, p.8).

No que diz respeito à “mídia das fontes” Agência Senado, as notícias

¹⁴ Utente é um termo jurídico usado por Palácios, que designa a pessoa que é titular do direito de uso sobre uma coisa, ou seja, é o usuário de certa coisa.

são elaboradas de tal forma que poderá ser compreendida tanto pelo leitor comum como por jornalistas. No entanto, a mídia comercial costuma fazer relações entre os acontecimentos do Parlamento e escrever notícias, mesmo que utilizando as informações da Agência Senado, de forma a explicar e situar o seu leitor, o que pode ser entendido como manifestação de alguma medida de opinião.

Já a Agência Senado expõe os acontecimentos do Senado Federal de uma forma que poderíamos chamar de bruta, uma vez que não faz relações entre os acontecimentos, mas noticia apenas as decisões dos colegiados – Comissões e Plenário. Nesse sentido, pode-se cogitar que a Agência Senado difunde informações mais imparciais.

5 OS SITES NOTICIOSOS

Para realizar este estudo foram analisados os *sites* de notícias da Agência Senado, da Folha Online e de O Globo online. Vale ressaltar que no decorrer do estudo o *site* de notícias das Organizações Globo passou a chamar-se O Globo, fruto de parceria com o veículo impresso daquela empresa, e não mais O Globo Online, como era denominado quando da análise do Caso Renan Calheiros. Isso demonstra e reforça uma das características de veículos online – a mutabilidade. Na figuras abaixo, podemos ver os títulos que a página de notícias de O Globo teve quando pesquisamos o Caso Renan (figura 11) e durante o momento de atividade normal do Senado e no recesso parlamentar (figura 12).

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web Powered by YAHOO! SEARCH

RIO DE JANEIRO
Outras cidades: MÍN.: 16° MÁX.: 33°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULC

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA

VIAGEM

Plantão | Publicada em 12/09/2007 às 12h56m

Mercadante defende mudanças na legislação para que votos no Congresso sejam abertos

Agência Senado

BRASÍLIA - O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu, em discurso no Plenário, nesta quarta-feira, que todo e qualquer voto no Legislativo seja aberto, bem como as sessões plenárias.

Em discurso feito na sessão plenária destinada a decidir sobre a cassação ou absolvição do presidente da Casa, Renan Calheiros, o senador lamentou que essa legislação não tenha sido modificada e que os votos ainda sejam secretos, bem como a sessão plenária para decidir sobre decretação de perda de mandato.

Mercadante observou, contudo, que o processo legal precisou ser preservado, devido às regras do Regimento Interno do Senado e da Constituição e, por esse motivo, não poderiam ser acatadas as solicitações feitas pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para que mudassem o Regimento do Senado ainda nessa votação.

Mercadante disse que, no início da legislatura, a bancada do PT apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com todo e qualquer voto secreto. Observou que o senador Paulo Paim (PT-RS) reapresentou uma PEC nesse sentido.

- O eleitor deve saber o que acontece e é lamentável que as sessões sejam secretas. Temos que dar transparência absoluta às votações. Isso aprimora o processo democrático. Espero que este momento nos leve a uma reflexão efetiva sobre esse assunto - disse Mercadante.

Ferramentas

- Envie
- Imprima
- Recomende!
- Corrija
- Compre
- Comente

Publicidade

Participe!

Mais notícias

DECISÃO DO STF
Treze deputados assistem a sessão que decidirá futuro de Renan

DIA D
Caso Renan: após tumulto a entrada do plenário começa

PLANTÃO

12h59m
Chinaglia: 'Na Câmara, sempre vamos receber bem os senadores'

12h58m
Jarbas Vasconcelos defende reforma profunda do Regimento do Senado

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

- Eleições 2006
- Vestibular

LINKS ÚTEIS

- Loterias
- Governo do Brasil
- Câmara dos Deputados

MULTIMÍDIA

- FOTOGALERIA**
Renan na véspera da votação
- VIDEO**
Charge animada - O caso Renan
- ÁUDIO**
Lula comenta caso Renan

SITES DE COLUNISTAS

- RÁDIO DO MORENO**
De ontem para hoje o presidente do [...]

BLOGS

- AMAZÔNIA SELVAGEM**
Desmatamento, grilagem e crime na maior floresta do mundo
- BLOG GROG**
- ILIMAR FRANCO**
- RAZÃO SOCIAL**
- TEREZA CRUVINEL**

COMPRAR BEM

Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:

Figura 11 – Página de O Globo Online de 12/09/2007, às 12h56m

Figura 12 – Página de O Globo online de 18/07/2008, às 13h31m

A Agência Senado é uma “mídia das fontes” e O Globo online e Folha Online fazem parte de grupos de comunicação privados importantes no Brasil. Neste capítulo, falaremos um pouco de cada um dos *sites* de notícias.

5.1 Agência Senado

A Agência Senado foi o primeiro veículo criado dentro do sistema de comunicação do Senado, em 1995, com a finalidade de enviar aos jornais, emissoras de rádio e televisão de todo o país as notícias produzidas no Senado Federal. De acordo com Valéria Almeida¹⁵, esse objetivo está definido na página 83 do Levantamento de dados e sugestões para subsidiar o Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, de 1995, proposto pelo então presidente do Senado, senador José Sarney (ALMEIDA, 2007, p.118). Esse documento demonstra ainda a preocupação com a divulgação das atividades da

¹⁵ *A Tecnologia na Comunicação do Senado: do Papiro à Internet*, dissertação de Mestrado em Comunicação defendida na Universidade de Brasília, em 2007.

Casa, sem a intermediação da imprensa comercial:

O Senado Federal tem uma atuação destacada que muitas vezes não chega ao conhecimento da opinião pública. Como os jornais têm procurado noticiar apenas versões sensacionalistas, quase nunca condizentes com o que realmente ocorre no Legislativo, a Secretaria de Comunicação Social passa a ter um papel fundamental na divulgação dos trabalhos da Casa. (Levantamento de dados e sugestões para subsidiar o Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, 1995, p. 82, *in* ALMEIDA, 2007, p.118).

Mas só em 29 de janeiro de 1997, a Agência Senado passou a existir oficialmente, por meio da Resolução nº. 09/1997, que alterou o Regulamento Administrativo do Senado. De acordo com o artigo 67 da resolução, compete à coordenação da Agência Senado

Administrar, redigir e promover a divulgação em tempo real, mediante redes informatizadas, de textos jornalísticos sobre as atividades da Casa, informando o andamento dos trabalhos do Plenário e demais órgãos do Senado; transmitir o noticiário para as principais agências de notícias do país; e fornecer o material de divulgação aos jornalistas credenciados na Casa (RESOLUÇÃO nº 09/1997).

A agência Senado divulga no *site* do Senado Federal material jornalístico sobre todas as atividades da Casa – sessões Plenárias, deliberativas ou não; reuniões de comissões; entrevistas de corredores; bem como os acontecimentos relacionados a essa Casa legislativa. Como um sinal de convergência de mídias, o material elaborado pela TV Senado e Rádio Senado podem estar associados às matérias da Agência Senado. Assim, a sociedade pode ter acesso direto a informações sobre o que acontece no Senado e ter conhecimento do posicionamento, opiniões e interesses de cada senador, por meio de diferentes mídias, sem a intermediação da grande imprensa.

A missão da Agência, definida em 2006, durante oficina coordenada pela Secretaria Especial de Recursos Humanos da Casa, por intermédio do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, cujo relatório foi publicado 2007 é:

Informar a sociedade sobre as atividades legislativas do Senado e os fatos de interesse cultural e social relacionados à instituição, por meio da Internet, com ética e responsabilidade social, e tendo como princípios o interesse público e a democratização da informação (Relatório SERH, 2007, p. 23).

De acordo com o Manual de Redação – elaborado pela Agência Senado e Jornal do Senado a partir de abril de 2000 e publicado em 2001 –, a criação do sistema de comunicação do Senado, portanto da Agência Senado, teve como

motivação a falta de divulgação adequada, por meio dos veículos privados, das atividades da Casa.

(...) constatou-se que os veículos privados de comunicação dedicavam muito pouco espaço em seus noticiários para os trabalhos desenvolvidos no Parlamento. A cobertura dos jornais era direcionada, principalmente, para os eventos políticos. Uma vasta gama de atividades era ignorada, inclusive os debates e votação de temas que representavam importantes mudanças na vida dos cidadãos. (Manual de Redação, 2003, p.7).

O Manual de Redação apresenta ainda outras motivações que justificaram a criação das mídias do Senado. Uma delas é “fazer com que as informações relativas aos trabalhos do Senado chegassem diretamente à população”; e outra, diz respeito à “intenção de garantir transparência à atuação do Senado e de promover a democratização da informação produzida na Casa” (Manual de Redação, 2003, p. 7).

Têm prioridade de cobertura jornalística pela Agência Senado, segundo o Manual de Redação, “as sessões plenárias, as reuniões de comissões, as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e as atividades da Presidência do Senado Federal” (Manual de Redação, 2003, p. 8). O Senado se caracteriza por ser uma instituição plural, já que seus integrantes são oriundos de todos os estados da federação. Portanto, os senadores representam os variados interesses e segmentos sociais. Assim, a Agência Senado, ao informar sobre os acontecimentos da Casa, precisa contemplar essa diversidade e pluralidade de forma equânime, seguindo critérios jornalísticos para a divulgação de notícias, conforme determina o Manual de Redação da Agência Senado e Jornal do Senado:

Os veículos da Secretaria de Comunicação Social não privilegiam partidos políticos, estados da União ou determinados senadores em seu noticiário. A divulgação das notícias e os destaques na edição seguem padrões puramente jornalísticos. Têm maior destaque as notícias que se referem a decisões que afetem em maior grau a vida das pessoas e a um número maior de pessoas. As decisões de Plenário e das comissões têm precedência sobre discursos e projetos apresentados pelos senadores (Manual de Redação, 2003, p.9).

Essa forma de fazer jornalismo se reflete no número de acesso que a Agência Senado recebe. No período de um ano – entre junho de 2006 e junho de 2007 – a Agência Senado recebeu 111 mil referências em outros sites, excluindo o domínio Senado e os acessos internos (ALMEIDA, 2007, p. 138). São veículos que citaram a Agência Senado em seus conteúdos, o que mostra que o material

jornalístico produzido pelo sistema de comunicação do Senado possui credibilidade.

5.2 O Globo online

O Globo online é um *Site* de notícias integrante do jornal O Globo, pertencente às Organizações Globo – o maior grupo de comunicação do país – com sede no Rio de Janeiro. De acordo com informações do *site* da Globo¹⁶,

O site O GLOBO é o site de notícias do jornal O Globo, com a cobertura em tempo real das principais notícias do Brasil e do Mundo, e espaço para a interatividade dos leitores dos jornais O Globo, Extra e Diário de São Paulo. site O GLOBO se posiciona como um veículo capaz de atender às necessidades do mercado, como construção e consolidação de marca, geração de tráfego para sites, campanhas direcionadas por perfil de usuários, entre outros (<http://oglobo.globo.com/anuncie/>).

De acordo com informações do *site* da própria empresa, O Globo online divulga as principais notícias do Brasil e do mundo e é o *site* de jornal mais lido na internet no Rio de Janeiro e São Paulo. O Globo online reúne conteúdo das versões impressas dos três jornais do grupo – O Globo, Extra e Diário de São Paulo.

De acordo com o Instituto Marplan, 75% dos leitores que acessam o *site* pertencem às classes A e B. Desses, 65% acessam o *site* diariamente, enquanto que 30% o fazem de quatro a seis vezes por semana. O maior número de acessos a O Globo online é feito por pessoas da faixa etária de 30 a 39 anos (36%) e o público entre 20 a 29 anos representa 29% dos acessos ao site.

No que diz respeito à escolaridade, a maioria dos acessos a O Globo online é feito por pessoas com nível universitário (59%), e 38% cursaram o nível médio. Os homens acessam mais o *site* de O Globo online (51%) e as mulheres são 49% do total de acessos.

Apesar de fazer parte de um complexo empresarial que possui o monopólio da comunicação no Brasil, o *site* de O Globo online é mais procurado por pessoas da região Sudeste – Rio de Janeiro com 52% dos acessos e os demais estados (São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) com 24%. O acesso das demais regiões é bem menor: Nordeste, 9%; Sul, 7%; Centro-Oeste, 5%; e Norte, 2%.

O *Site* de O Globo online trabalha com as editorias de Economia, Política (País), Educação, Tecnologia, Ciência, Mundo, Esporte, Cultura, Local (Rio de

¹⁶ <http://oglobo.globo.com/anuncie/>, acessado em 23/03/2008.

Janeiro e São Paulo), Viagem, Viver Melhor. Ainda há o Plantão, que funciona como uma barra de notícias com matérias de todas as editorias, apresentada em ordem cronológica, em que a informação mais atual está no topo.

Nesta pesquisa, analisaremos o Plantão para verificar as matérias cuja fonte seja a Agência Senado, bem como a editoria País, no que se refere ao Caso Renan.

5.3 – Folha Online

A Folha Online, de acordo com informações do *site* da empresa¹⁷, é o primeiro jornal online brasileiro e o primeiro jornal em tempo real¹⁸ em língua portuguesa. Possui uma equipe de reportagem própria e tem por objetivo a criação, produção e desenvolvimento de conteúdo jornalístico online, além de produzir serviços com destaques para áreas de interatividade.

O *site* também declara seu compromisso que é o de “produzir conteúdo on-line com a mesma qualidade editorial e seguindo os princípios de pluralidade, independência e criticismo da Folha”.

Em 1996, Grupo Folha lança o Universo Online (Uol), segundo a empresa, o primeiro serviço online de grande porte no país. No mesmo ano, o Uol e o Brasil Online (Bol) do Grupo Abril, unem-se criando o Universo Online S.A. Em janeiro de 2000, o Bol lança a NetGratuita, um provedor de acesso gratuito à Internet.

Em 24 de fevereiro de 2000, o Uol anuncia duas novas parcerias com empresas de comunicação da América Latina. Na Venezuela, o Grupo El Universal adquiriu 40% do Uol-Venezuela e, na Colômbia, o grupo Bavária passa a ter participação de 33% no Uol-Colômbia. Além de fortalecer sua posição na América Latina, o Uol também iniciou suas operações no mercado espanhol, com o lançamento do Uol-Espanha.

¹⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/historia.shtml> e http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/ folha_online.shtml, acessados em 17/02/2008.

¹⁸ A expressão “tempo real”, utilizada pelo *site* do Uol para expressar o jornalismo feito pela internet, não é adotada nesta pesquisa. Entendemos que uma notícia não pode ser, cientificamente, divulgada em tempo real, pois a rotina jornalística exige um certo tempo para a coleta das informações, redação do texto e implantação no sistema. Portanto, falar em “tempo real” é uma incoerência lógica.

De acordo com pesquisa do Datafolha¹⁹, realizada de 10/11/2000 a 22/12/2000,

O leitor típico da **Folha** tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade. Se uma pessoa for escolhida ao acaso no universo de leitores do jornal, a probabilidade de que seja homem é idêntica à de que seja mulher. Sua faixa etária estará no intervalo que vai de 30 a 49 anos (a idade média é 40,3) (*Site da Folha*).

A pesquisa também aponta que o leitor da Folha tem formação superior (47%), é casado (52%), está empregado no setor formal da economia, com renda individual até 15 salários mínimos (53%) e familiar que ultrapassa os 30 mínimos (36%).

A Folha Online trabalha com as editorias de economia (Dinheiro), política (Brasil), Educação, Tecnologia (Informática), Ciência (Ciência e Saúde), Mundo, Esporte, Cultura, Local (Cotidiano), viagem (Turismo), Equilíbrio (que aborda temas sobre qualidade de vida), Comida e Ilustrada. A barra de notícias da Folha Online (Em cima da Hora) também apresenta matérias de todas as editorias, como em O Globo online e Agência Senado, em que a última notícia inserida no *site* ocupa o topo.

Para o presente estudo, analisaremos o Em Cima da Hora para conferir as matérias em que a Agência Senado foi utilizada como fonte. Já para o estudo do Caso Renan Calheiros, foi pesquisada a editoria Brasil.

¹⁹ http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml, acessado em 15/02/2008.

6 CASO RENAN CALHEIROS, PERÍODO NORMAL E RECESSO PARLAMENTAR

Com o objetivo de verificar se a “mídia das fontes” Agência Senado agendou os *sites* de jornalismo online Folha Online e O Globo online, estudamos três momentos da atividade do Senado. Um deles foi um estudo de caso do "escândalo" que envolveu o presidente do Senado – que é também o presidente do Congresso Nacional –, senador Renan Calheiros, em 2007. A proposta é examinar se nesse momento de crise da instituição os veículos privados enviaram equipe de repórteres própria para cobrir o acontecimento ou se utilizaram o conteúdo produzido pela “mídia das Fontes” Agência Senado.

Outro momento analisado foi um período, chamado neste estudo por período normal de atividade do Senado, no qual a Casa trabalha dentro de uma relativa normalidade – já que a normalidade no ambiente político é a ausência de uma rotina padronizada e a presença de fatos novos a cada dia. Então, examinamos as notícias veiculadas pelos três sites objetos desta pesquisa, durante o mês de agosto de 2008.

Fez-se necessário, ainda, analisar um terceiro momento – o recesso parlamentar. Nesse período, as atividades do Congresso Nacional são suspensas e os parlamentares trabalham em suas bases políticas, em seus estados. Os recessos parlamentares vigoram anualmente em dois períodos: entre 18 e 31 de julho e entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro. Para fins deste estudo, analisamos o recesso de julho de 2008.

6.1 Caso Renan – A denúncia e o trabalho do Legislativo

Em 180 anos de história do Senado Federal, apenas um senador, Luiz Estevam (PMDB-DF), foi cassado por quebra de decoro parlamentar, acusado de envolvimento no desvio de recursos públicos destinados à construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Renan Calheiros foi o primeiro presidente da Casa a enfrentar um processo de cassação que prosseguiu até ser decidido em Plenário, nesse caso pela não cassação.

Outro caso de processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra presidente do Senado foi contra o senador baiano Antônio Carlos Magalhães – conhecido como ACM. Em 23 de maio de 2001, o Conselho de Ética abriu

processo para apurar possível quebra de decoro de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, ambos do então PFL, hoje DEM, acusados de terem violado o painel eletrônico com o resultado da votação que levou à cassação de Luis Estevam. Admitindo ter visto a lista com os resultados, mas negando ter mandado violar o painel, ACM renunciou para que não perdesse os direitos políticos. A mesma decisão foi seguida por José Arruda²⁰.

Outros senadores, ameaçados de perderem o mandato em virtude de processo de quebra de decoro parlamentar, também renunciaram para não enfrentar processo de cassação: o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em 2001; e Joaquim Roriz (PMDB-DF), em 2007. Renan Calheiros poderia ter sido o primeiro presidente do Senado e o segundo senador a ser cassado. No entanto, em votação histórica no Plenário da Casa, os senadores entenderam que ele era inocente e preservaram seu mandato.

A crise ética que abalou o Congresso Nacional teve início no dia 26 de maio de 2007, um sábado, quando a revista *Veja* publicou denúncia pela qual presidente do Senado – que é também o presidente do Congresso Nacional –, senador Renan Calheiros, "teve algumas de suas despesas pessoais pagas pelo lobista da Construtora Mendes Júnior, Cláudio Gontijo" (VEJA, 2007, p. 85 a 92). Segundo a revista, Renan pagava, através de Gontijo, à Mônica Veloso pensão para a filha que teve com a jornalista em uma relação extraconjugal, bem como o aluguel do apartamento em que a filha morava com a mãe.

A revista também havia publicado em 23 de maio daquele ano, reportagem sobre suportas ligações entre o senador Renan Calheiros e o empresário Zuleido Veras, proprietário da empresa Gautama – acusada de liderar o esquema de fraudes em vários estados, com envolvimento de autoridades, funcionários públicos e políticos.

Na segunda-feira imediatamente posterior, dia 28 de maio, Renan Calheiros sobe à tribuna para se defender “das acusações por omissão patrimonial de imposto de renda ao pagamento de pensão alimentícia de sua filha” (CALHEIROS, Renan, 2007, não paginado). Em seu pronunciamento²¹ (ver anexo 1), ele se

²⁰ Em 2002, ACM reelegeu-se para o Senado e Arruda para a Câmara dos Deputados. Depois, em 2006, Arruda foi eleito para o governo do Distrito Federal.

²¹ Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=368606>

defendeu das acusações e assegurou que os recursos que custearam tais despesas são próprios, e apresentou comprovantes do imposto de renda. Renan afirmou ainda que Cláudio Gontijo serviu de intermediário para entregar o pagamento da pensão à mãe de sua filha por ser seu amigo há mais de 20 anos, e por conhecer a jornalista.

Renan argumentou que a denúncia da revista *Veja* é um pseudo-escândalo e disse tratar-se de questões pessoais. Ele confessou na tribuna ter tido a relação extraconjugal que lhe deu uma filha, cuja paternidade assumiu. No discurso, o senador pediu desculpas a sua esposa, Verônica Calheiros – que, segundo Renan, fez questão de assistir ao pronunciamento –, bem como a sua família e também a Gontijo por expor seu nome. Renan Calheiros, naquele pronunciamento de defesa, reconheceu que a situação que enfrenta atinge também o Senado Federal.

O então presidente do Senado também criticou a imprensa. Em sua opinião, parte da mídia “constrói, deforma e expõe pseudofatos como verdades definitivas”, de forma irresponsável. Em seu pronunciamento, Renan Calheiros cita o ex-deputado e filósofo brasileiro Roland Corbusier:

Essa mania de denunciar, de acusar, de julgar e de condenar antes de ouvir a defesa dos acusados; essa obsessão do inquirido, da devassa; essa complacência do escândalo, na publicação do escândalo, esse gosto de comprometer e desmoralizar o Poder Público, os homens que o exercem ou que aspiram a exercê-lo; essa precipitação, essa leviandade em atacar e condenar sem o menor respeito pela justiça e pela verdade; essa sofreguidão, essa impaciência em fazer justiça com as próprias mãos, em dizer a última palavra a respeito de pessoas e de assuntos em debate; essa atitude moralista e farisaica, pretenciosa e auto-suficiente é uma atitude que, a longo prazo, se revela nociva à formação política e mesmo à formação moral do País, porque é impossível - Srs. Senadores, continuava o Deputado citado - dissociar, na acusação, na agressão aos homens públicos, aos homens que exercem o poder, os próprios homens enquanto indivíduos dos cargos que ocupam e da função que exercem (CALHEIROS, 2007, não paginado).

Com base na denúncia da revista *Veja*, o Partido Solidariedade e Liberdade (PSOL) encaminhou, no dia 29 de maio de 2007, representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado (daqui em diante denominado simplesmente Conselho de Ética) contra o então presidente da Casa. A representação solicitava apuração da suposta relação do presidente do Congresso Nacional com a empreiteira Mendes Júnior e com a Construtora Gautama. Outras representações também exigiram processo contra Renan Calheiros por quebra de decoro parlamentar – ao total, foram seis.

O relator do caso, senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA), apresentou seu parecer no dia 13 de junho de 2007 pelo arquivamento do processo, afirmando não haver provas contra Renan Calheiros. A votação do relatório, no entanto, foi adiada por decisão do presidente do Conselho de Ética, o então senador Siba Machado (PT-AC), e a Oposição pediu vistas ao relatório. Em 18 de junho, Cafeteira pede afastamento da relatoria, que é assumida, em 19 de junho, pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG) e renunciada por ele no dia seguinte, 20 de junho de 2007.

Os senadores Jefferson Peres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) pediram, em 19 de junho de 2007, que Renan Calheiros se afastasse da presidência do Senado, e, portanto, do Congresso Nacional. Apesar de pressionado pela Oposição, a sugestão não foi aceita por Renan Calheiros, que afirmava ser perseguido pelo usineiro João Lyra, assim como pelo PSOL, cuja presidenta é a ex-senadora Heloísa Helena, considerada por Renan inimiga política em Alagoas. Renan também se dizia perseguido pela revista *Veja* devido à acusação de Renan de que a revista teria vendido a concessão de um canal de televisão de propriedade do Grupo Abril – ao qual a *Veja* pertence – a uma empresa estrangeira, o que não é permitido pela norma brasileira.

A partir desse fato, o Senado passou a ter uma atividade intensa, com disputas entre os parlamentares e partidos que apoiavam a permanência de Renan Calheiros e aqueles que eram contrários a isso.

Sibá Machado, no dia 26 de junho de 2007, renuncia à presidência do Conselho de Ética e, no dia seguinte, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) assume a presidência do colegiado. A relatoria passa, então, aos senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE).

Para esta pesquisa, foram analisadas todas as notícias divulgadas pela Agência Senado, O Globo Online e Folha Online nos dois dias mais importantes do Caso Renan, na nossa visão. O primeiro foi o dia 5 de setembro de 2007, quando o processo de quebra de decoro parlamentar foi examinado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, que aprovou a cassação do senador. O outro foi o dia 12 do mesmo mês, quando o parecer do Conselho de Ética foi ao Plenário da Casa para ser ratificado pelos senadores, o que não aconteceu e o senador Renan Calheiros foi considerado inocente pelos senadores. Nesse dia, houve grande

tumulto nas dependências do Senado porque os deputados foram impedidos de participar da sessão que poderia cassar o presidente do Senado e, portanto, do Congresso. Tal impedimento é estabelecido pelo Regimento Interno do Senado Federal, que determina sessão secreta e presença apenas dos senadores em caso de votação de processo que vise à cassação do presidente do Senado. No entanto, apesar de secreta, os parlamentares saíam do Plenário e informavam aos jornalistas o que acontecia lá dentro.

A partir das 481 páginas noticiosas coletadas inicialmente (figura 1), chegou-se a 455 após a seleção e eliminação das que não apresentavam interesse. Dessas, 160 são referentes ao Conselho de Ética e 295 com relação ao Plenário (Gráfico 8).

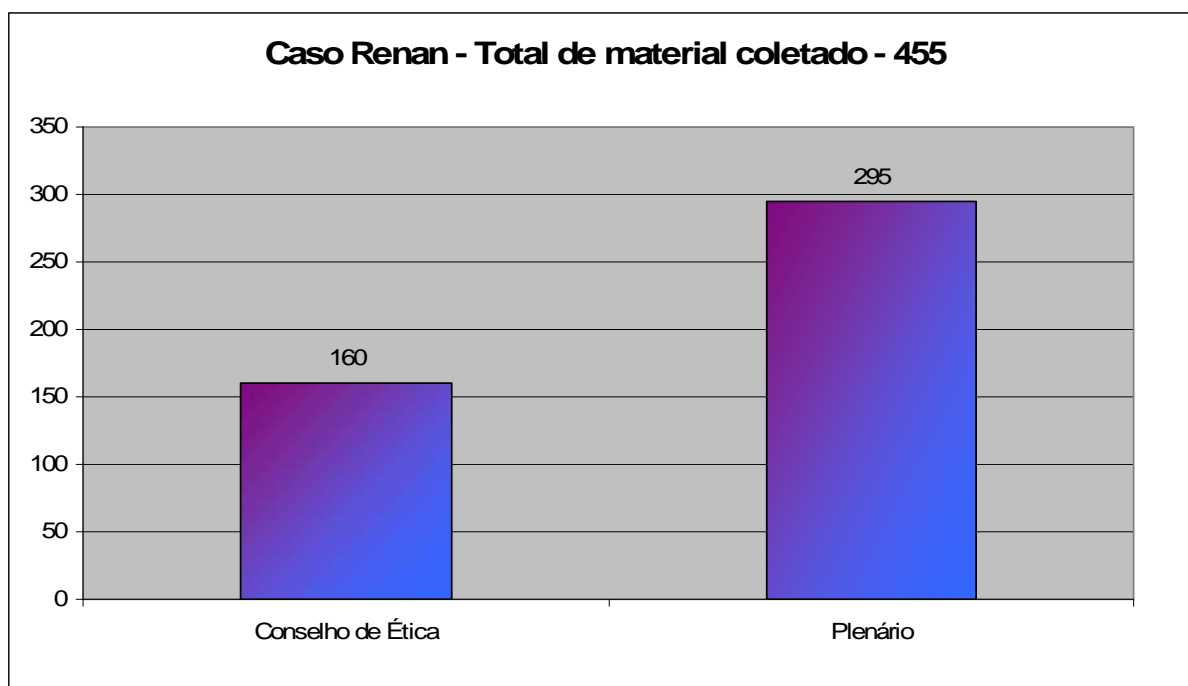


Gráfico 8 – Total de notícias coletadas e analisadas no Caso Renan

6.1.1 Conselho de Ética

Em 5 de setembro de 2007, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal aprovou, por 11 votos favoráveis e cinco contrários, o relatório dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE), que considerou procedente a representação do PSOL e pediu a

decretação de perda do mandato do senador Renan Calheiros. O Conselho de Ética então, fundamentado no relatório, apresentou um projeto de resolução pela cassação de Renan Calheiros.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa examinou a matéria e aprovou, por vinte votos a um, o relatório do senador Tasso Jereissati (PDSB-CE), que considerou não haver vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade na proposição do Conselho de Ética.

A matéria precisava ainda ser examinada e aprovada em sessão secreta no Plenário, que foi realizada em 12 de setembro de 2007. Para ser aprovada, a proposta deveria receber o voto favorável da maioria dos senadores – pelo menos 41 dos 81 senadores da Casa, o que não aconteceu.

A cobertura jornalística dessa primeira fase do processo enfrentado por Renan Calheiros gerou um *corpus* de 160 páginas de *sites* noticiosos, referentes aos três veículos de comunicação online estudados nesta pesquisa. Dessas, 82 foram relativas à Agência Senado; 44 a O Globo Online; e 34 à Folha Online (Gráfico 9). O material coletado foi ordenado por categorias e arquivado em pastas digitais nomeadas conforme a categoria ou editora a que pertença.

Vale ressaltar que uma das principais características do jornalismo online é a atualização constante, tanto dos sites como das informações ali divulgadas. No caso da presente pesquisa, observamos no decorrer da coleta de notícias que os *sites* foram modificados, tanto na aparência como na denominação dos locais destinados aos conteúdos (editorias). Recursos tecnológicos também foram acrescentados aos *sites* ao longo da observação empírica. Tais mudanças serão ressaltadas quando forem importantes para o resultado do estudo.

O conteúdo elaborado pela Agência Senado e coletado para fins deste estudo foi categorizado e arquivado de acordo com a editoria pela qual foi divulgado. Referentes à página principal do *Site* do Senado foram coletadas 25 páginas e destinadas à pasta “Capa Senado”. O conteúdo da página inicial da Agência Senado foi armazenado na pasta “Agência Principal”, com seis páginas. A página inicial da Agência Senado teve a característica de manter uma chamada, com alteração apenas das fotos que a ilustram, bem como dos links para as notas de Últimas Notícias. A editoria Últimas Notícias divulgava, no momento da pesquisa empírica,

notas curtas sobre os acontecimentos importantes da Casa, e gerou 32 notas, armazenadas na pasta “Últimas Notícias”. Hoje essa editoria foi substituída pela barra de notícias Últimas.

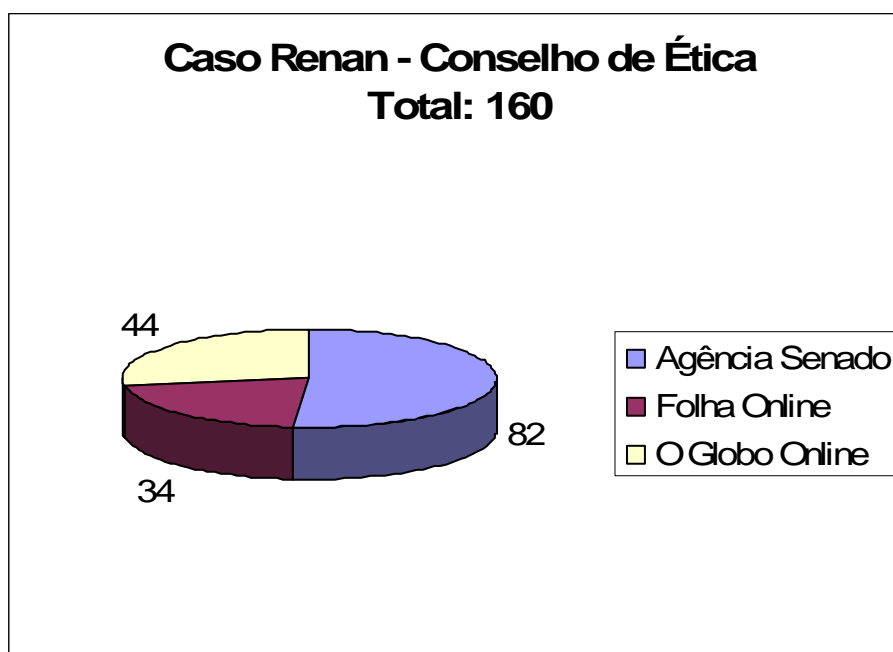


Gráfico 9 – Total de notícias coletadas no Caso Renan durante o Conselho de Ética

Em “Notícias”, foram armazenadas as 16 páginas coletadas da editoria Notícias, na qual eram divulgadas as matérias consolidadas. Atualmente as matérias de Notícias também fazem parte da barra de notícias, bem como estão disponíveis numa diagramação especial por editoria (Página Inicial, Agenda do Senado, Últimas, Imagens do Senado, Pronunciamentos, Plenário, Comissões, CPIs, Projetos, Presidência, Institucional, Congresso, Câmara e Especial).

Uma categoria “Véspera” também foi criada para as notícias que, apesar de estarem disponíveis no *site* do Senado no dia 5 de setembro de 2007, haviam sido elaboradas no dia anterior, 4 de setembro de 2005. O gráfico 10 apresenta o total de matéria coletado em cada categoria.

Em relação à cobertura de O Globo Online, foram coletadas 44 páginas relacionadas à reunião do Conselho de Ética que tinha a finalidade de votar o relatório sobre o Caso Renan Calheiros. O material coletado também foi separado

por categorias. A Página inicial de O Globo Online, neste estudo chamado simplesmente “Capa”, teve duas notícias; a página inicial da editoria País (aqui, “Capa País”) teve duas páginas arquivadas; e a editoria País produziu 40 notícias, guardadas em “País”. O gráfico 11 mostra a distribuição do material de O Globo Online nas categorias.

Já a cobertura da Folha Online gerou um volume de 34 páginas coletadas, distribuídas nas categorias “Capa”, com três páginas coletadas da página inicial da Folha Online; “Brasil”, com 19 notícias oriundas da editoria Brasil; e “Em Cima da Hora”, com material recolhido da página inicial da barra de notícias Em Cima da Hora, que teve um total de 12 páginas. Interessante observar que a notícia que a Folha Online deixou durante o dia 5 de setembro de 2007 na página principal de Em Cima da Hora sobre o caso Renan foi elaborada no dia anterior, 4 de setembro, às 18h31. No decorrer do dia, apenas a foto da matéria secundária foi mudando. A distribuição do material coletado nas diferentes categorias pode ser mais bem observada no gráfico 12.

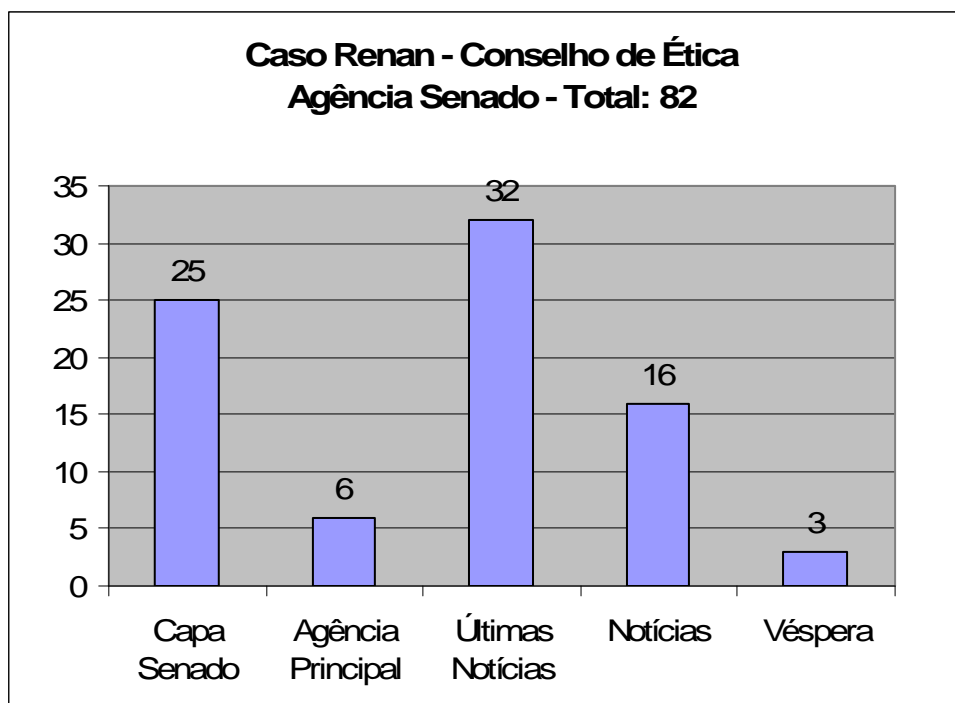


Gráfico 10 – Notícias coletadas na Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética, por editoria

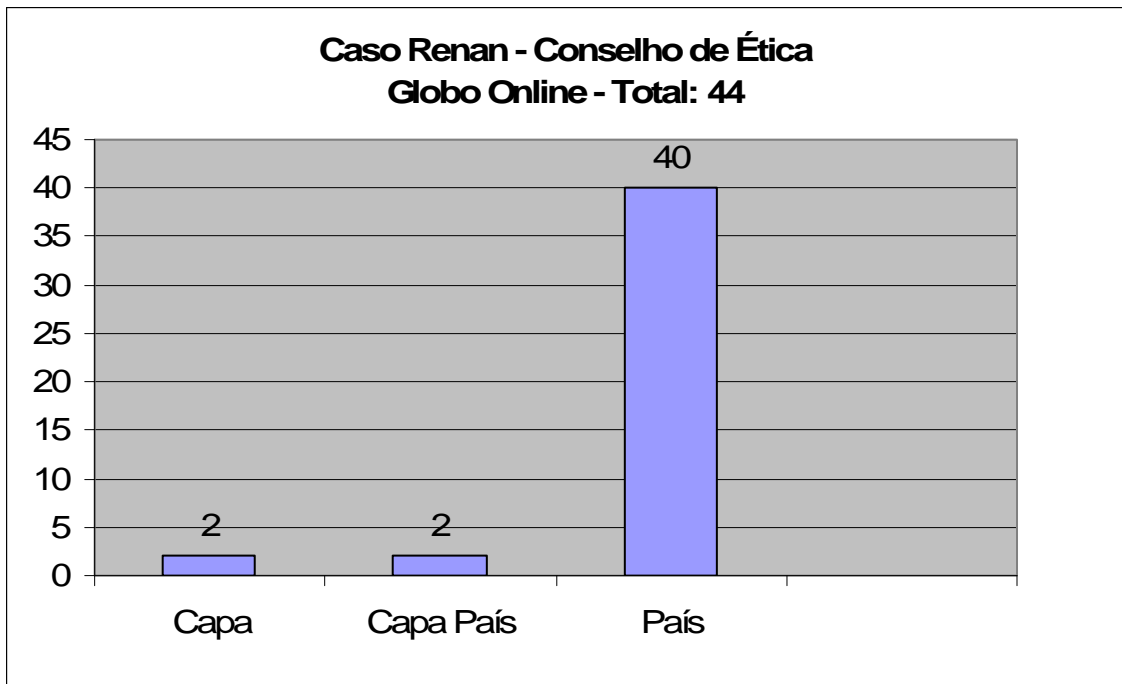


Gráfico 11 – Notícias coletadas em O Globo Online, Caso Renan, Conselho de Ética, por editoria

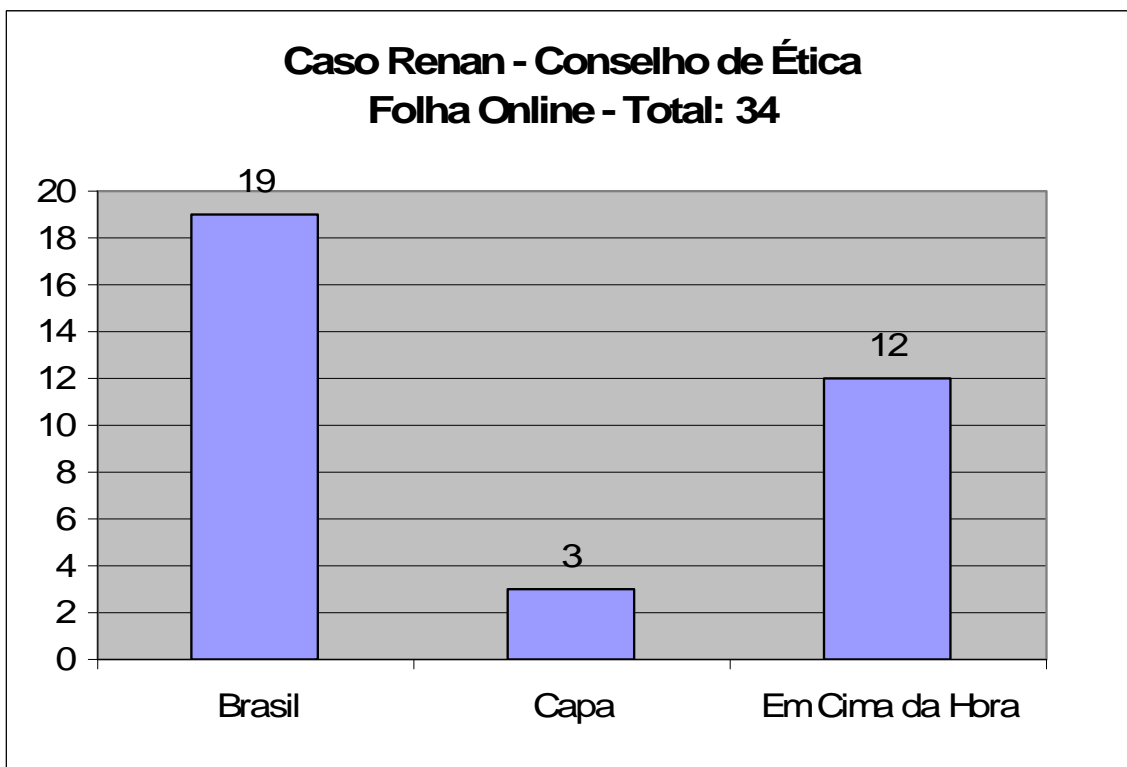


Gráfico 12 – Notícias coletadas na Folha Online, Caso Renan, Conselho de Ética, por editoria

De acordo com a análise feita no material recolhido no *site* de O Globo Online, constatou-se que esse *site* divulgou 40 notícias sobre a votação do processo de cassação de Renan Calheiros no Conselho de Ética na editoria País. Desse total, em 11 matérias a Agência Senado foi citada (ver figuras 13, 14) e 15). Já a Folha Online não citou a Agência Senado em nenhuma das 19 notícias divulgadas sobre esse acontecimento na editoria Brasil.

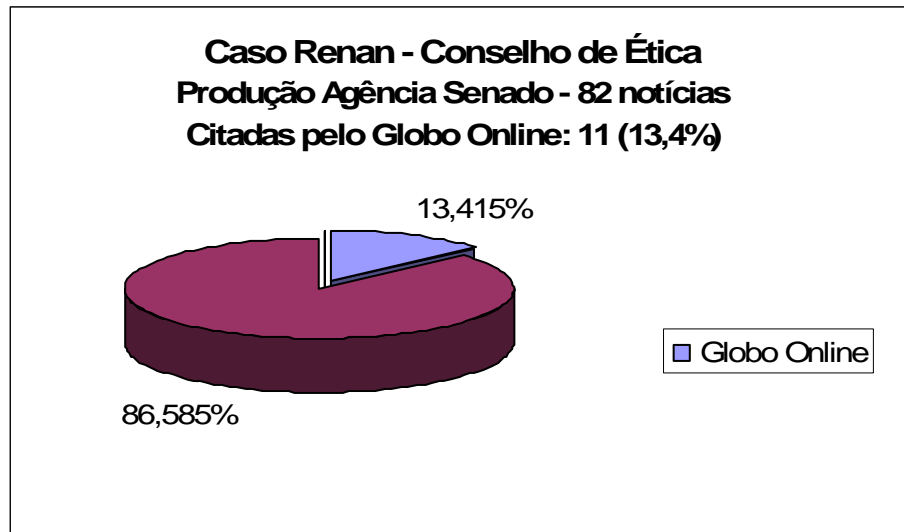


Gráfico 13 – Notícias de O Globo Online que citam Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética

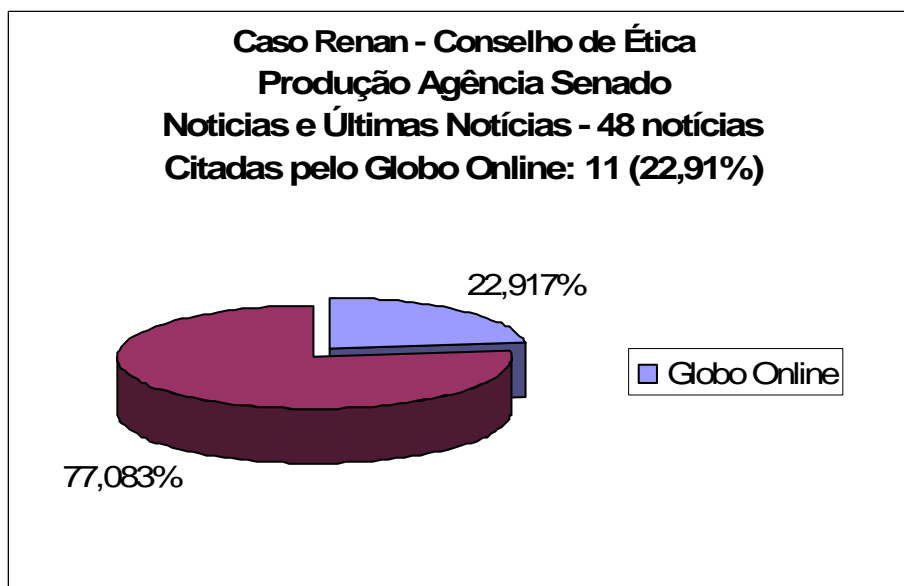


Gráfico 14 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Conselho de Ética, considerando as editoriais Notícias e Últimas Notícias

Isso significa que das 82 matérias publicas pela Agência Senado, das quais as figuras 13 e 14 são exemplos, 11 foram aproveitadas por meios de comunicação privados, nesse caso, O Globo Online (figura 15), o que representou um total de 13,4% de aproveitamento das matérias da Agência Senado (Gráfico 13). No entanto, se considerarmos apenas as editorias Notícias, que teve 16 matérias, e Últimas Notícias, que divulgou 32 notas rápidas, o que dá um total de 48 matérias, o percentual de aproveitamento por parte de O Globo Online sobe para 22,9% (Gráfico 14).

The screenshot shows the 'noticias' section of the Agência Senado website. The date is 5 de setembro de 2007. The main headline is 'Conselhos 05/09/2007 - 14h Aprovado parecer que recomenda decretação de perda do mandato do presidente Renan'. Below the headline is a photograph of a meeting in a conference room with several people seated around a long table. The text below the photo states that the Council of Ethics and Parliamentary Decorum approved a report from senators Renato Casagrande (PSB-ES) and Marisa Serrano (PSDB-MS) recommending the loss of mandate for Senator Renan Calheiros. It also mentions that the report will be voted on by the Plenary in a secret ballot. A sidebar on the left contains various navigation links like 'Página Principal', 'Últimas Notícias', and 'Pesquisa de Notícias'. At the bottom, there are logos for 'Parceiros: Agência Xinhua'.

Figura 13 – Agência Senado – Resultado do Caso Renan no Conselho de Ética

Início O Senado Senadores Atividade Legislativa Legislação Notícias Publicações Biblioteca Orçamento

noticias

5 de setembro de 2007

Agência SENADO

Notícia

Selecionar a editoria

voltar imprimir enviar

Conselhos
05/09/2007 - 14h
Aprovado relatório que sugere cassação de mandato de Renan Calheiros



Foto: Célso Azevedo

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou nesta quarta-feira (5), por 11 votos a 4, relatório pela procedência da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, e consequente pedido de decretação de perda do mandato do senador. O conselho, com base no relatório, apresentou um projeto de resolução de perda de mandato, a ser votado em Plenário, em votação secreta e por maioria absoluta de votos, ou seja, pelo menos 41 dos 81 senadores. Antes, porém, a matéria será encaminhada à **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**, que tem um prazo de cinco sessões ordinárias para examinar os aspectos constitucional, legal e jurídico da matéria.

Segundo informações da secretaria da CCJ, a proposta será examinada ainda nesta quarta-feira e, se for solicitado regime de urgência, encaminhada ao Plenário também nesta quarta.

A representação do PSOL que esteve na pauta da reunião do conselho é a primeira das três representações a que Renan responde por quebra de decoro parlamentar, todas com base em denúncias publicadas pela revista *Veja*. Segundo o periódico, Renan tinha parte de suas despesas particulares pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da Construtora Mendes Júnior. A revista referiu-se especificamente a uma pensão alimentícia paga à jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de três anos.

Glossário Legislativo

Mercosul

Entrevistas

Senadores da atual Legislatura

Especial Cidadania

Manual de redação

Parceiros: Agência Xinhua

Figura 14 – Agência Senado – Resultado do Caso Renan no Conselho de Ética

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH

RIO DE JANEIRO Outras cidades

MÍN.: 16° MÁX.: 31°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULC

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA

VIAGEM

Plantão | Publicada em 05/09/2007 às 14h29m

Conselho de Ética do Senado recomenda perda de mandato de Renan Calheiros

Votor Online

BRASÍLIA - Por 11 votos a quatro, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou, nesta quarta-feira (5), relatório dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) que considera procedente representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, e sugere a perda de mandato do senador por meio de projeto de resolução, conforme prevê o Código de Ética e Decoro Parlamentar. O parecer do conselho segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para verificação da sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Se a CCJ confirmar o parecer, este será votado pelo Plenário, por voto secreto.

A representação contra Renan foi protocolada pelo PSOL com base em denúncias publicadas em maio pela revista Veja. Segundo a revista, Renan teria tido parte de suas contas particulares pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. De acordo com o periódico, o funcionário seria o responsável pelo pagamento de pensão alimentícia à filha de três anos que Renan tem com a jornalista Mônica Veloso.

O relatório de Casagrande e Marisa Serrano tem 70 páginas. Já o terceiro relator da matéria no conselho, senador Almeida Lima (PMDB-SE), apresentou relatório com 46 páginas concluindo pela inocência de Renan e pedindo o arquivamento do processo. Também o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou voto em separado em favor de Renan.

A votação do relatório foi aberta, conforme decisão adotada pela maioria dos integrantes do Conselho de Ética na semana passada. Assim que foi anunciado o resultado da votação, o presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), declarou encerrada a reunião.

(Agência Senado)

Ferramentas

Envie Imprima

Recomende! Corrija

Compre Comente

Publicidade

O desafio está lançado!

Mais notícias

AUDIÊNCIA NA CÂMARA
Paulo Bernardo defende CP
contratação de servidores

QUEBRA DE DECORO
Conselho de Ética aprova
relatório que pede a cassação
de Renan

PELA CASSAÇÃO
Líder do PPS diz que placar

PLANTÃO

16h43m
Mares: Guia diz que governo não pode interferir a favor de Renan

16h31m
Presidente do PSDB vai relatar caso Renan na CCJ do Senado

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

» Eleições 2006

» Vestibular

LINKS ÚTEIS

» Loterias

» Governo do Brasil

» Câmara dos Deputados

» Senado Federal

» Tribunal Superior

MULTIMÍDIA

FOTOGALERIA
Goteira interdita
Câmara

VÍDEO
Charge animada - O caso Renan

ÁUDIO
Renan: As acusações viraram pó

SITES DE COLUNISTAS

RÁDIO DO MORENO
Depôs de perder por 11 a 4 no Cons [...]

BLOGS

RAZÃO SOCIAL
O espaço da empresa cidadã

AMAZÔNIA SELVAGEM

BLOG GROG

ILIMAR FRANCO

TEREZA CRUVINEL

COMPRAR BEM

Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:

OK

Figura 15 – Página de O Globo Online – Resultado da votação do Caso Renan no Conselho de Ética

6.1.2 Plenário

Após quase quatro meses de processo, que provocou desgaste tanto à imagem dos parlamentares como à do Parlamento, no dia 12 de setembro de 2007, Renan Calheiros foi absolvido em Plenário da acusação de quebra de decoro parlamentar. Foram 35 votos pela perda do mandato, 40 pela absolvição e seis abstenções. Assim, Renan Calheiros manteve o mandato de senador e continuou na presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional.

No entanto, devido a outros processos que o presidente do Senado teria de enfrentar, Renan Calheiros renunciou à presidência da Casa no dia 4 de dezembro de 2007. Nesse mesmo dia – por 48 votos contrários ao relatório do senador Jefferson Péres, que pedia a cassação do senador pela suposta utilização de laranjas para comprar um grupo de comunicação em Alagoas – o senador Renan

Calheiros foi absolvido pela segunda vez pelos senadores no Plenário do Senado. Houve ainda 29 votos favoráveis ao relatório de Péres e três abstenções.

Para essa segunda fase do processo contra Renan Calheiros, 295 páginas de notícias foram coletadas, catalogadas e analisadas. Dessas, 121 foram da Agência Senado, 91 de O Globo Online e 83 da Folha Online. O material foi categorizado de acordo com as mesmas denominações utilizadas durante a cobertura no Conselho de Ética. O gráfico 15 mostra a quantidade de matéria produzida em cada um dos veículos de comunicação estudados.

As 121 páginas de notícias coletadas da Agência Senado foram arquivadas nas respectivas pastas, de acordo com a editoria de proveniência. Assim, o material proveniente da página principal do Senado (20 páginas de notícias) foi arquivado na pasta “Capa” e as seis páginas de notícias captadas na página inicial da Agência Senado foram armazenadas em “Agência Principal”. As 49 notícias consolidadas foram inseridas em “Notícias”, e as 42 notas foram para “Últimas Notícias”. Ainda foram recolhidas quatro páginas de notícias, arquivadas na pasta “Véspera”, que, como na cobertura do caso Renan Calheiros no Conselho de Ética, traz notícias a respeito do assunto, mas elaboradas no dia anterior. O gráfico 16 mostra quantas páginas de notícias ficaram em cada pasta.

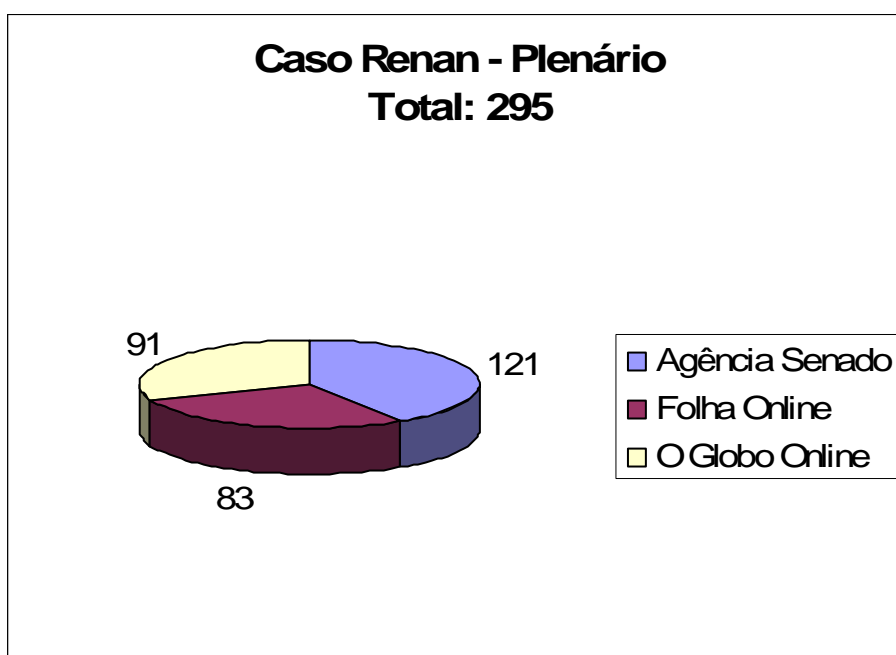


Gráfico 15 – Total de notícias coletadas no Caso Renan durante o Plenário

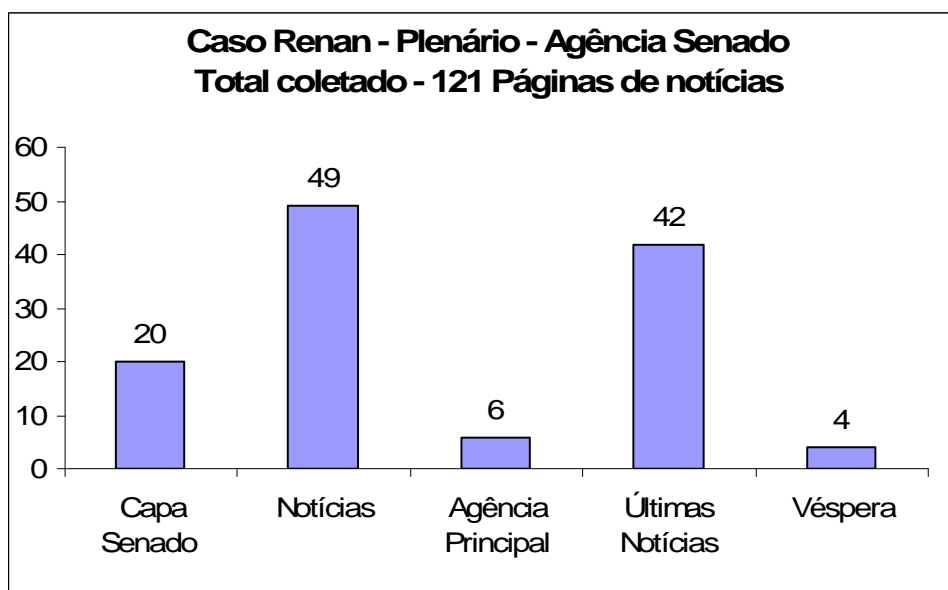


Gráfico 16 – Total de notícias coletadas na Agência Senado, Caso Renan, Plenário

A Folha Online produziu 88 páginas de notícias sobre a votação no Plenário do Senado do relatório do Conselho de Ética que pedia a cassação de Renan Calheiros. Desse total, 5 foram da capa da Folha Online, arquivadas na pasta “Capa” e 18 foram da capa de Em Cima da hora. A editoria Brasil gerou 58 notícias, armazenadas na pasta “Brasil” e, ainda, duas matérias disponíveis no *site* da Folha Online, produzidas no dia 11 de setembro de 2007, dia anterior, foram separadas na pasta “Véspera”. O gráfico 17 apresenta a distribuição das matérias produzidas pela Folha Online nesse caso.

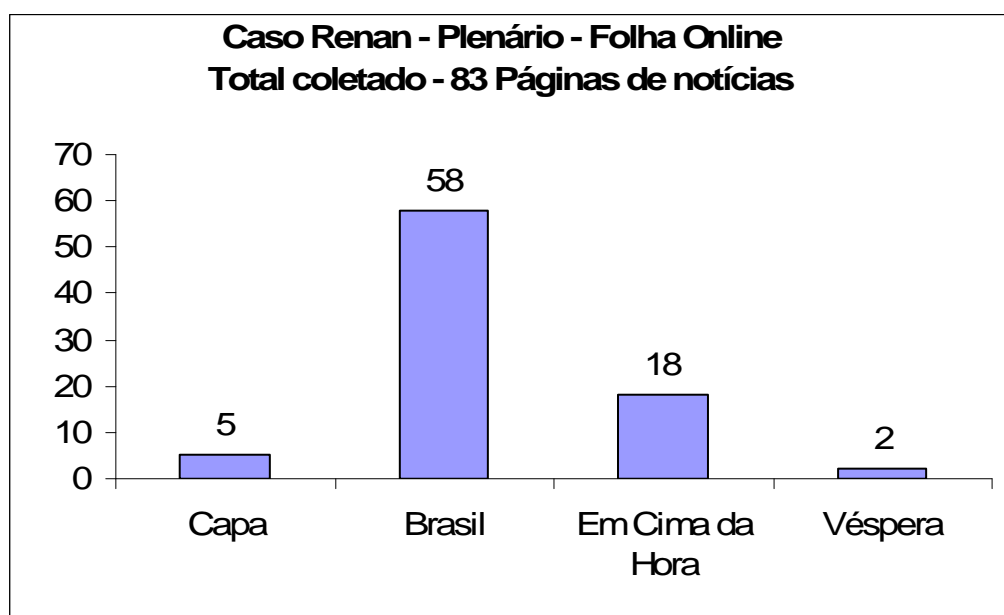


Gráfico 17 – Total de notícias coletadas na Folha Online, Caso Renan, Plenário

No que diz respeito a O Globo Online, foram produzidas 91 páginas de notícias, das quais três eram da página inicial de O Globo Online e foram arquivadas na pasta “Capa”, nove da página inicial da editoria País, armazenadas em “Capa País”; 78 eram da editoria País e arquivadas em “País”; e uma na categoria “Véspera”. Esses dados estão representados no gráfico 18.

O exame feito no material coletado no site de O Globo Online constatou que esse site divulgou na editoria País 78 notícias sobre a votação do processo de cassação de Renan Calheiros no Plenário do Senado Federal. Desse total, citou a Agência Senado em quatro matérias – o que representa que 5,1% das matérias que produziu –, O Globo Online recorreu à “mídia das fontes” Agência Senado. Como a Agência Senado produziu, nessa segunda fase do caso Renan, 121 matérias, significa que 3,3% do conteúdo da Agência Senado foi usado pelo O Globo Online (gráfico 19), um veículo de comunicação privado. Se considerarmos apenas as 49 matérias publicadas em Notícias e as 42 em Últimas Notícias, o que dá um total de 91 matérias nessas duas editorias, o percentual fica em 4,4% (Gráfico 20). As figuras 16 e 17 mostram as páginas de O Globo Online e Agência Senado, respectivamente.

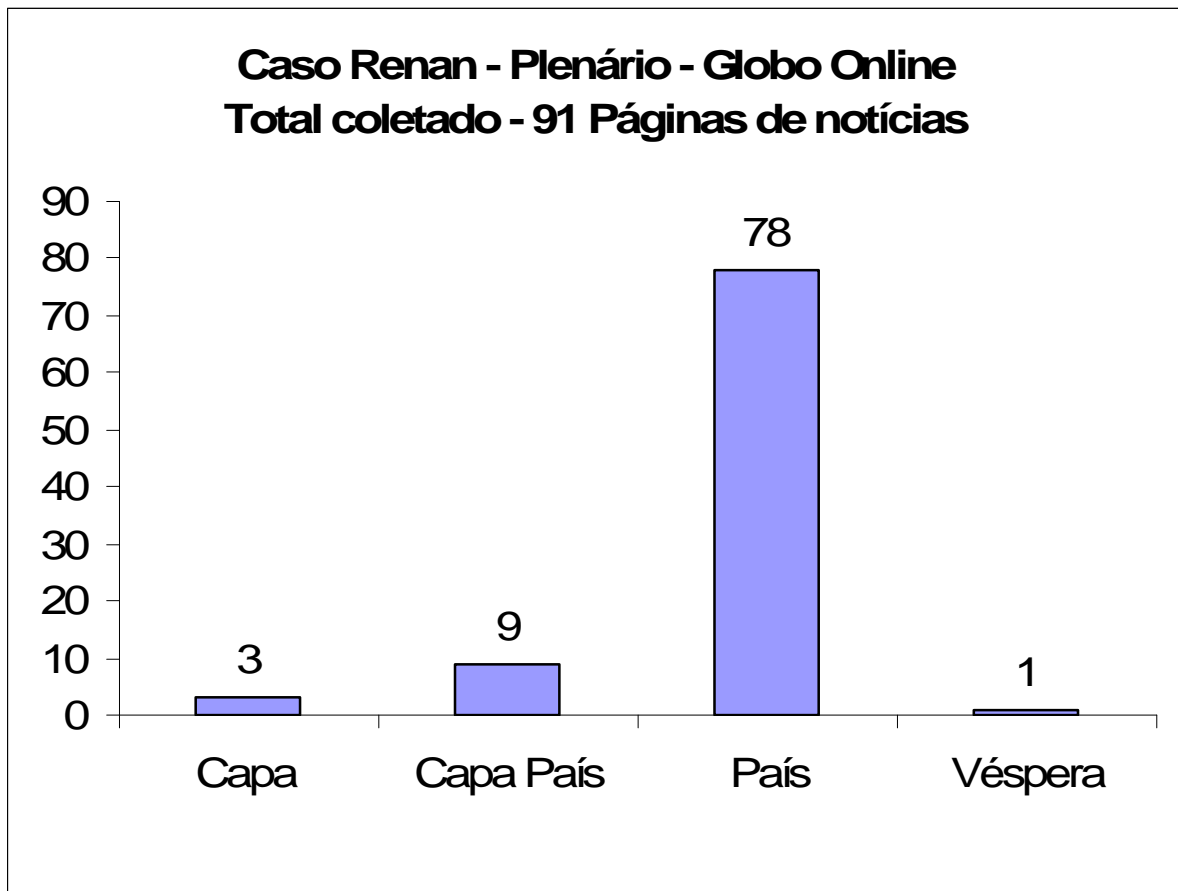


Gráfico 18 – Total de notícias coletadas em O Globo Online, Caso Renan, Plenário

Já a Folha Online, igualmente como na cobertura do processo de Renan Calheiros no Conselho de Ética, não citou a Agência Senado em nenhuma de suas notícias sobre esse acontecimento.

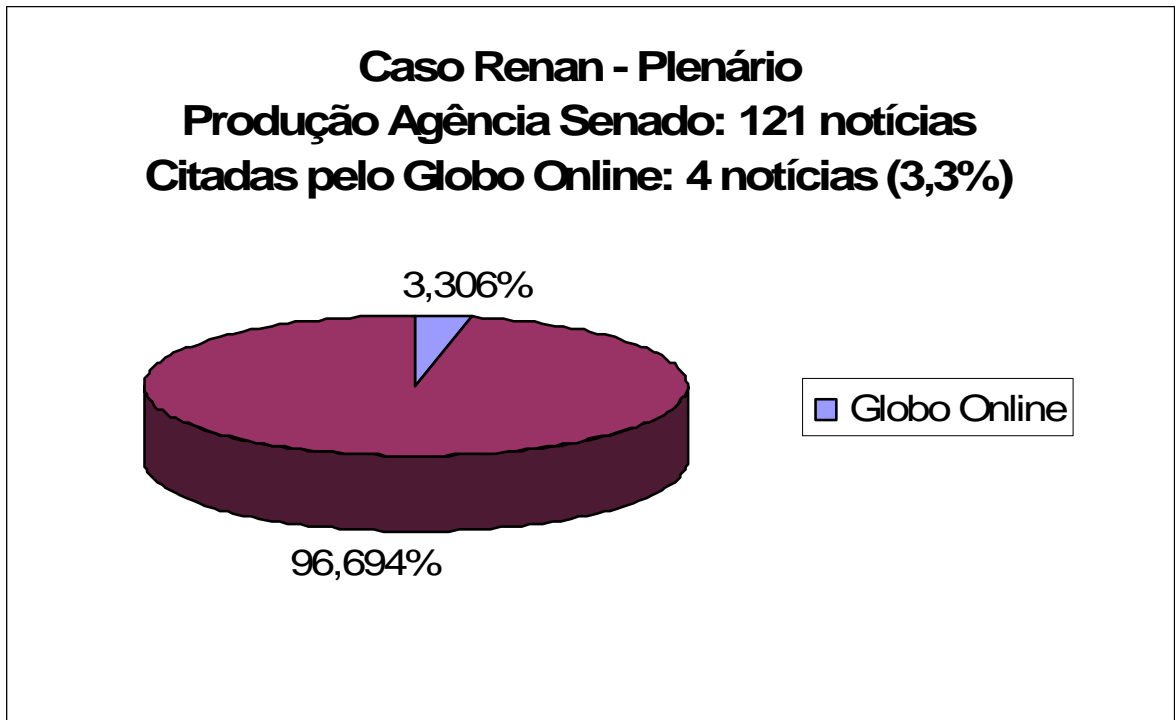


Gráfico 19 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Plenário

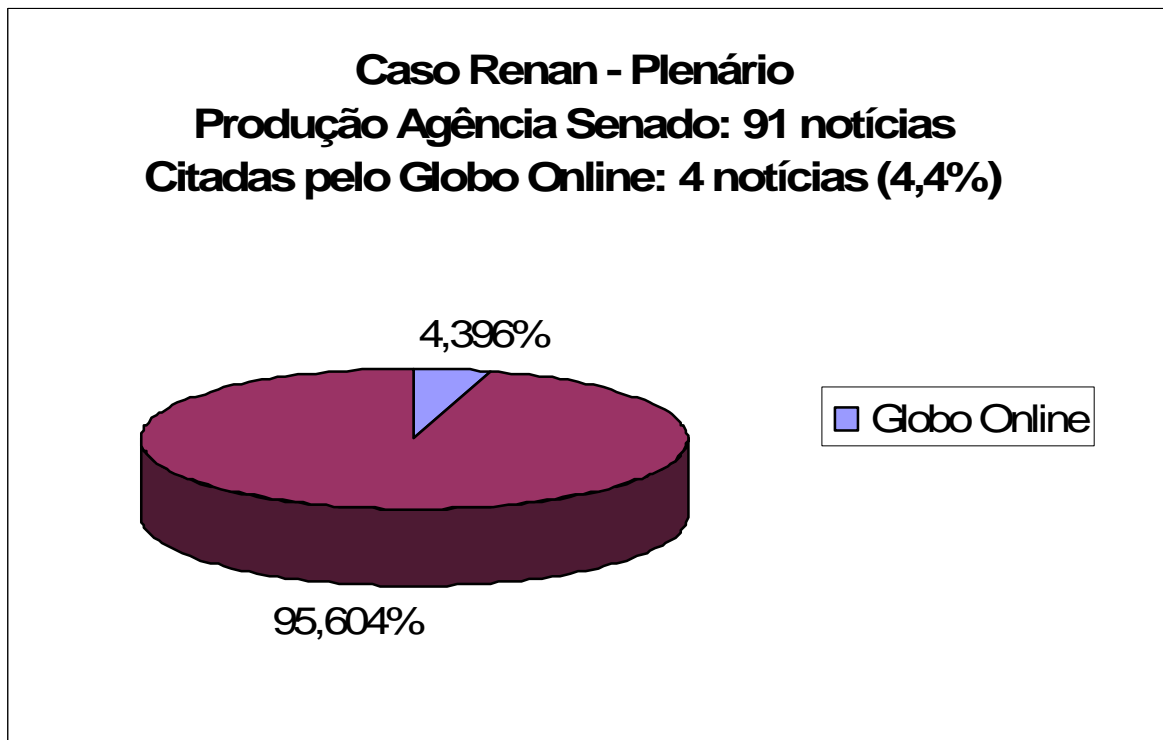


Gráfico 20 – Notícias de O Globo Online que citam a Agência Senado, Caso Renan, Plenário, das editorias Notícias e Últimas Notícias

O GLOBO ONLINE PAÍS

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH

RIO DE JANEIRO Outras cidades

WIND: 16° MÁX.: 33°

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUMNISTAS COMUNIDADES EU-REPÓR OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA VIAGEM

Plantão | Publicada em 12/09/2007 às 12h56m

Mercadante defende mudanças na legislação para que votos no Congresso sejam abertos

Agência Senado

BRASÍLIA - O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu, em discurso no Plenário, nesta quarta-feira, que todo e qualquer voto no Legislativo seja aberto, bem como as sessões plenárias.

Em discurso feito na sessão plenária destinada a decidir sobre a cassação ou absolvição do presidente da Casa, Renan Calheiros, o senador lamentou que essa legislação não tenha sido modificada e que os votos ainda sejam secretos, bem como a sessão plenária para decidir sobre decretação de perda de mandato.

Mercadante observou, contudo, que o processo legal precisou ser preservado, devido às regras do Regimento Interno do Senado e da Constituição e, por esse motivo, não poderiam ser acatadas as solicitações feitas pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para que mudassem o Regimento do Senado ainda nessa votação.

Mercadante disse que, no início da legislatura, a bancada do PT apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com todo e qualquer voto secreto. Observou que o senador Paulo Paim (PT-RS) reapresentou uma PEC nesse sentido.

- O eleitor deve saber o que acontece e é lamentável que as sessões sejam secretas. Temos que dar transparência absoluta às votações. Isso aprimora o processo democrático. Espero que este momento nos leve a uma reflexão efetiva sobre esse assunto - disse Mercadante.

Ferramentas

Envie Imprima

Recomende! Corrija

Compre Comente

Publicidade

Imóveis em lançamentos e prontos para morar.

Mais notícias

DECISÃO DO STF
Treze deputados assistem sessão que decidirá futuro: Renan

DIA D
Caso Renan: após tumulto f

PLANTÃO

12h59m
Chinaglia: 'Na Câmara, sempre vamos receber bem os senadores'

12h58m
Jarbas Vasconcelos defende reforma profunda do Regimento do Senado

SAIBA MAIS

Eleições 2006

Vestibular

LINKS ÚTEIS

Loterias

Governo do Brasil

Câmara dos

MULTIMÍDIA

FOTOGALERIA
Renan na véspera da votação

VIDEO
Charge animada - O caso Renan

AUDIO
Lula comenta caso Renan

SITES DE COLUMNISTAS

RÁDIO DO MORENO
De ontem para hoje o presidente do [...]

BLOGS

AMAZÔNIA SELVAGEM
Desmatamento, grilagem e crime na maior floresta do mundo

BLOG GROG

ILIMAR FRANCO

RAZÃO SOCIAL

TEREZA CRUVINEL

COMPRAR BEM

Figura 16 – O Globo Online – Caso Renan no Plenário

Início O Senado Senadores Atividade Legislativa Legislação Notícias Publicações Biblioteca Orçamento

Senado Federal notícias

12 de setembro de 2007

Agência SENADO

Notícia

Selecionar editoria

voltar imprimir enviar

Plenário
12/09/2007 - 12h44

Mercadante sugere mudanças na legislação para que votos no Congresso sejam abertos

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu, em discurso no Plenário nesta quarta-feira (12), que todo e qualquer voto no Legislativo seja aberto, bem como as sessões plenárias.

Em discurso feito na sessão plenária destinada a decidir sobre a cassação ou absolvição do presidente da Casa, Renan Calheiros, o senador lamentou que essa legislação não tenha sido modificada e que os votos ainda sejam secretos, bem como a sessão plenária para decidir sobre decretação de perda de mandato.

Mercadante observou, contudo, que o processo legal precisou ser preservado, devido às regras do Regimento Interno do Senado e da Constituição e, por esse motivo, não poderiam ser acatadas as solicitações feitas pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para que mudassem o Regimento do Senado ainda nessa votação.

Mercadante disse que, no início da legislatura, a bancada do PT apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com todo e qualquer voto secreto. Observou que o senador Paulo Paim (PT-RS) reapresentou uma PEC nesse sentido.

- O eleitor deve saber o que acontece e é lamentável que as sessões sejam secretas. Temos que dar transparência absoluta às votações. Isso aprimora o processo democrático. Espero que este momento nos leve a uma reflexão efetiva sobre esse assunto - disse Mercadante.

Helena Daltro Pontual / Agência Senado
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Página Principal

Últimas Notícias

Pesquisa de Notícias

Fale Conosco

Expediente

IMAGENS DO DIA

INTERNACIONAL

AGENDA

BOLETIM DE NOTÍCIAS
Assine aqui

SUPLEMENTOS

Glossário Legislativo

Mercosul

Entrevistas

Senadores da atual Legislatura

Figura 17– Agência Senado Caso Renan no Plenário

Em resumo, durante a cobertura do caso Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (em 5 de setembro de 2007) e no Plenário do Senado Federal (em 12 de setembro de 2007), a Agência Senado, a Folha Online e O Globo Online divulgaram juntos 455 matérias – 203 pela Agência Senado, 117 pela Folha Online e 135 por O Globo Online, como mostra o quadro 1.

	Conselho de Ética	Plenário	Total
Agência Senado	82	121	203
O Globo Online	44	91	135
Folha Online	34	83	117
Total	160	295	455

Quadro 1 - Total de páginas noticiosas produzidas

Nos dois momentos de análise (Conselho de Ética e Plenário), a Agência Senado foi quem mais produziu matérias sobre o Caso Renan, o que podemos considerar normal, uma vez que o fato se referia ao presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e a Agência Senado é uma mídia desta fonte. Em segundo lugar, O Globo Online teve a maior produção de conteúdos e a Folha Online, dos três veículos de comunicação online analisados, foi o que menos produziu matérias sobre o caso Renan, tanto durante a análise do processo de quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética, como na votação em Plenário do relatório daquele conselho (Gráfico 21).

É interessante observar que o número de informações divulgadas aumentou muito do primeiro momento para o segundo. De um total de 160 matérias emitidas pelos três veículos relativas ao Conselho de Ética, passou para 295, quando o assunto chegou ao Plenário, o que representou um crescimento de 84,37% (gráficos 22 e 23). Podemos notar ainda que, apesar de a Folha Online ter produzido menos notícias em termos numéricos em comparação aos outros dois veículos estudados, teve, proporcionalmente, maior crescimento na produção de informação do momento em que o Caso Renan foi examinado pelo Conselho de Ética para quando foi a Plenário. (Gráfico 24).

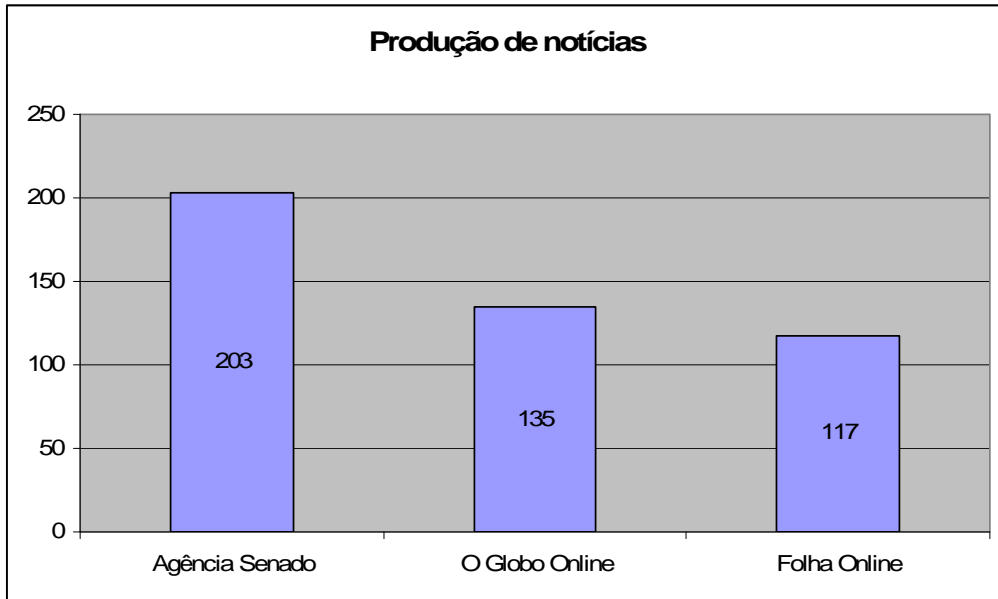


Gráfico 21 – Produção de notícias total de cada veículo

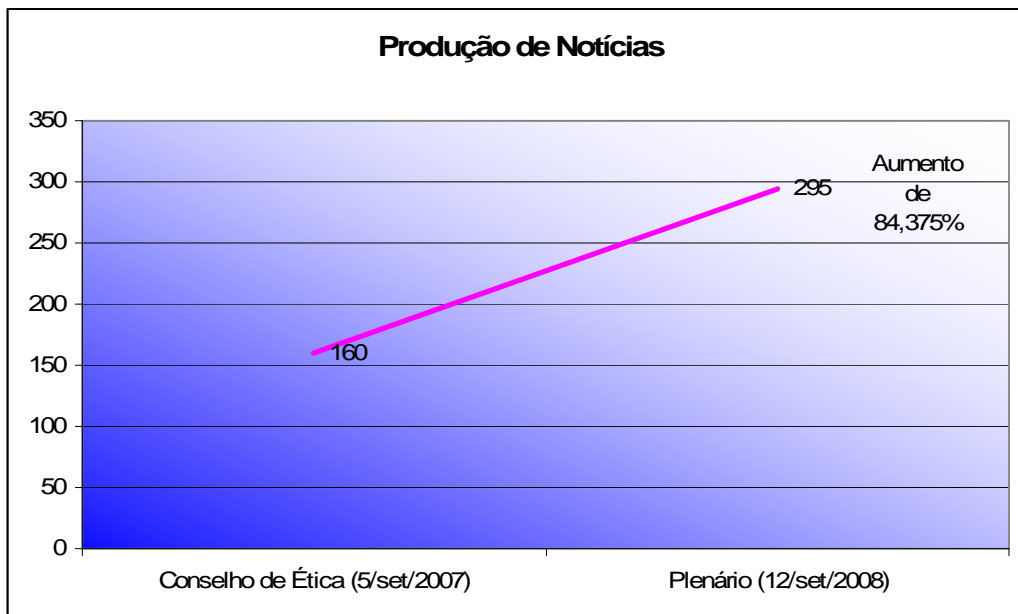


Gráfico 22 – Crescimento da produção de notícias do Conselho de Ética para o Plenário

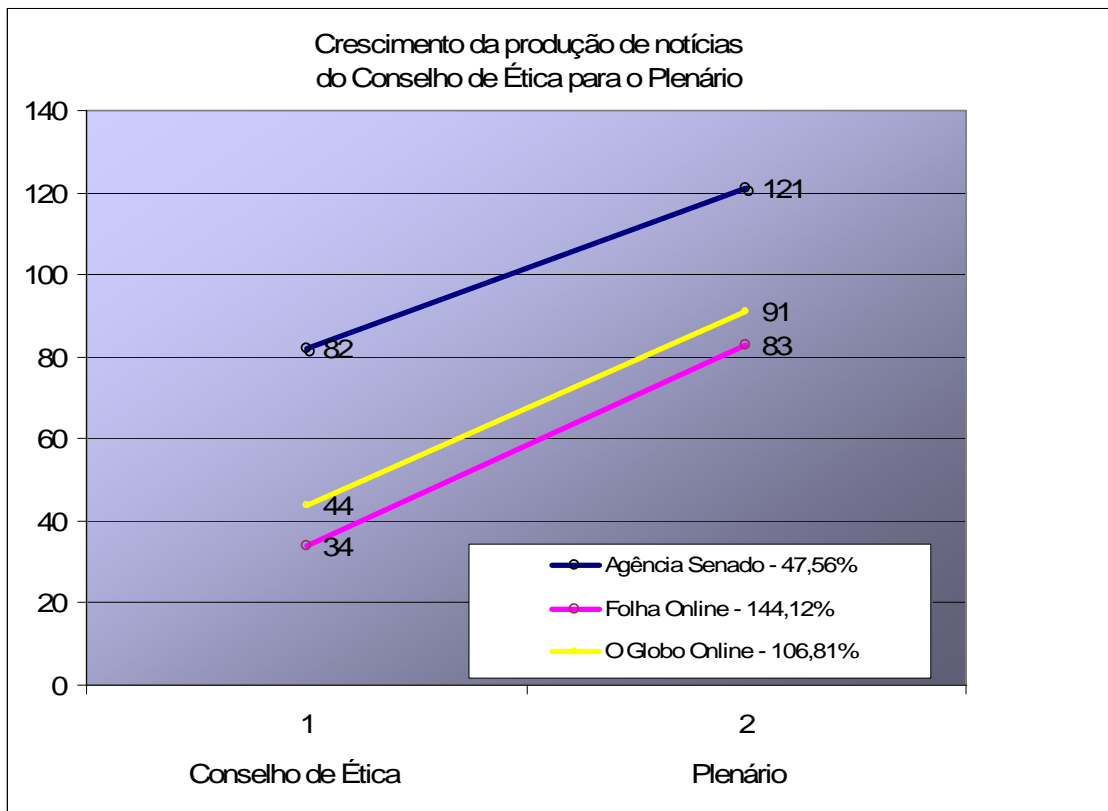


Gráfico 23 – Crescimento da produção de notícias de cada veículo (por unidade)

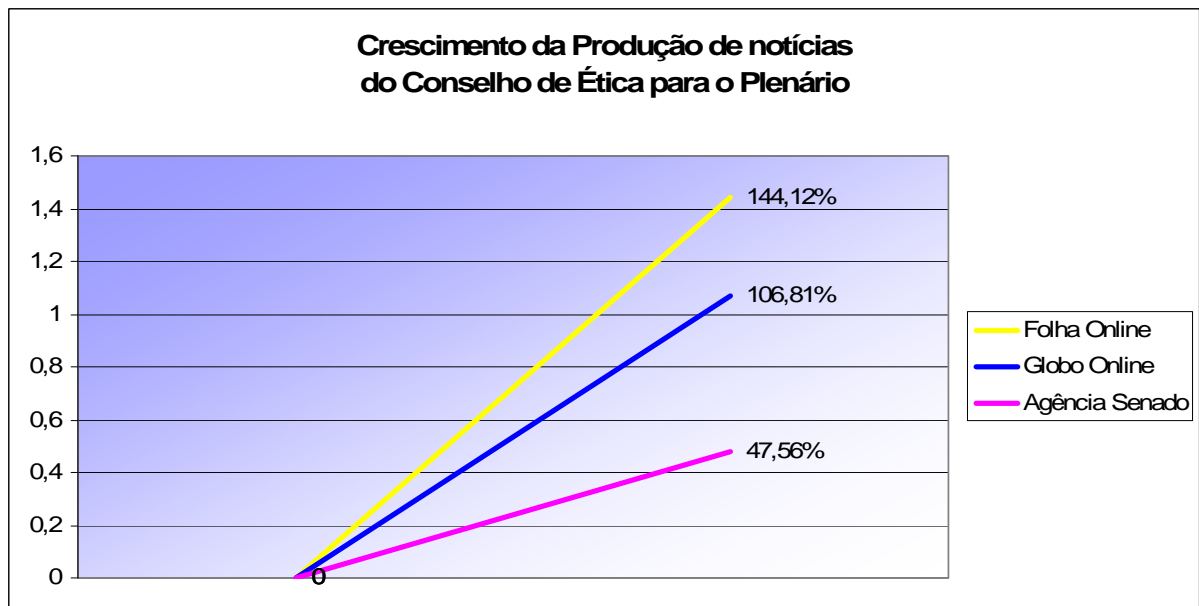


Gráfico 24 – Crescimento da produção de notícias de cada veículo (em %)

6.2 Período de atividade normal do Senado Federal

O artigo 57 da Constituição Federal estabelece o período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro para que as Casas que compõem o Poder Legislativo brasileiro – Câmara dos Deputados e Senado Federal – desempenhem suas atividades.

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>).

Para essa fase da pesquisa empírica, examinamos diariamente os *Sites* de O Globo e da Folha Online durante o mês de agosto de 2008, um mês de atividade normal do Congresso Nacional e de suas Casas.

Examinamos as notícias veiculadas em todas as editorias e não apenas a de País, na Folha Online, e a de Brasil, em O Globo, como aconteceu em relação ao do Caso Renan, em que analisamos apenas as capas e a editoria de País e Brasil.

Durante os 31 dias de agosto de 2008 em que os parlamentares desempenharam suas atividades políticas no Parlamento, examinou-se todas as editorias dos dois *sítes* estudados. No entanto, não armazenamos todas as notícias analisadas, nem foi feita a contagem do material observado. A proposta foi armazenar apenas as notícias em que a “mídia das fontes” Agência Senado fosse citada.

Apesar de o mês de agosto estar dentro de um período de atividade normal Congresso e, por isso, denominamos assim esse momento, ressaltamos que “normalidade” é um conceito relativo. Para esta pesquisa, entendemos como normalidade o período definido pela constituição, em que a Casa realiza seus trabalhos nas comissões temáticas e no Plenário. No entanto, observamos que, no ambiente político, a normalidade contém o elemento da ausência de uma rotina padronizada e a presença de fatos novos a cada dia.

Nesse período de atividade normal, são votadas matérias tanto nas comissões temáticas como em Plenário; são feitos pronunciamentos da tribuna do Plenário; acontecem audiências públicas sobre temas relevantes, com a presença de ministros de Estado e outras autoridades, bem como de especialistas no tema; a Casa recebe visita de delegações estrangeiras, assim como de representantes da

sociedade civil que buscam apoio a suas causas, entre outros eventos.

O mês de agosto de 2008, apesar de fazer parte do período de atividades do Congresso Nacional e de suas Casas, não foi um mês típico em que o Parlamento funcionou dentro do que poderíamos considerar normalidade. Isso se deveu ao fato de que em 2008 foram realizadas eleições para as prefeituras e câmaras de vereadores de todos os 5564 municípios brasileiros e os deputados federais e senadores passaram a desempenhar atividades políticas em suas bases eleitorais com a finalidade de apoiar a campanha eleitoral de seus aliados, ou, até mesmo de participar como candidatos.

Neste pleito, 88 parlamentares – 85 deputados e três senadores – foram candidatos. Assim, para cumprir com a pauta de votações das duas Casas e, ao mesmo tempo, estarem presentes nas campanhas eleitorais dos municípios, os parlamentares realizaram os chamados “esforços concentrados”, períodos acordados entre as lideranças para que sejam votadas matérias importantes. Considerando que as eleições foram realizadas no mês de outubro e que o auge das campanhas eleitorais acontece nos dias que antecedem o pleito, no mês de agosto ainda houve atividade parlamentar regular.

No mês de agosto, que é uma amostra de um mês de atividade normal do Senado Federal, a pesquisa constatou que a Folha Online citou a “mídia das fontes” Agência Senado em sete matérias jornalísticas (figura 18), enquanto que O Globo citou em três (gráfico 25).

UOL ASSINE BUSCA Web Notícias DK ÍNDICE PRINCIPAL

Folha Online

Quinta-feira, 13 de novembro de 2008

Quer investir em fundos?

Notícias Especial Serviço Galeria Erramos Colunas Fale conosco Atendimento ao assinante Grupo Folha Assine Folha O que é isso?

Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência e Saúde | Comida | Cotidiano | Dinheiro | Educação | Equilíbrio | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Turismo

cotidiano

Comunicar erros Enviar por e-mail Imprimir

06/08/2008 - 17h46

Comissão do Senado aprova proposta que desburocratiza certidão de nascimento

da Agência Senado PUBLICIDADE

A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado aprovou nesta quarta-feira parecer favorável a projeto do Executivo que altera a lei sobre registros públicos, permitindo que o registro de nascimento de pessoas maiores de 12 anos e menores de 18 seja realizado diretamente nos cartórios de registro civil. Atualmente, a lei nº 6.015 de 1973 exige a autorização de um juiz.

O projeto, relatado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem como objetivo desburocratizar os serviços judiciários. Caso o oficial de registro civil suspeite de falsidade da declaração do nascimento, de acordo com o projeto, poderá exigir provas para pôr fim às dúvidas. O projeto segue agora para votação do Plenário do Senado.

Antenas

A CCJ também aprovou ainda parecer do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) ao projeto da Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que proíbe a instalação de antenas de transmissores de celulares e fontes emissoras de radiação eletromagnética, a menos de 30 metros de edifícios de clínicas médicas, centros de saúde, hospitais, escolas e residências.

A proposta também proíbe a instalação de antenas perto de centros comunitários, áreas de lazer, centros culturais, museus, teatros, entorno de praças de esporte e em equipamentos de interesse sociocultural e paisagístico.

A proposta será analisada ainda por quatro comissões permanentes do Senado, recebendo decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Leia mais

- [Certidão de nascimento deve ter padrão único até 2010](#)
- [CPF deverá ser emitido junto com certidão de nascimento](#)

busca

Folha Online Folha de S.Paulo

Buscar

+lidas +curiosas +enviadas

1. Três são presos suspeitos de estupro em Joaçaba (SC); vídeo foi divulgado na internet
2. Mineiro ganhador da Mega-Sena retira prêmio de quase R\$ 18 milhões
3. Supervisor de ensino é morto a tiros em frente ao trabalho na zona leste de SP
4. Governador Serra sanciona projetos que reajustam salários dos policiais
5. Defesa Civil alerta para chuvas fortes em oito Estados

folhashop
Digite produto ou marca
Compare preços

Eztec
More no melhor do Ipiranga. 2 e 3 dorms

Folha de S. Paulo
Receba 15 dias de Folha grátis. Assine Já!

Alert Contrata
Comercial de Software clínico

Tecnisa
Morumbi, 4 dorms, 199 a 315m².

IUB - Cursos

Brasil Telecom
Orgulho de ir além.

Figura 18 – Página da Folha Online de 06/08/2008, 17h46min – Período de atividade normal do Senado

O GLOBO PAÍS

BUSCAR OK

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH Edição digital No celular No e-mail ASSINE

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS COMUNIDADES EU-REPORTER OPINIÃO MULTIMÍDIA EXTRA ONLINE

GUIAS E SERVIÇOS DIÁRIO DE S. PAULO

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA CLASSIFICADOS ZAP

VIAGEM AGÊNCIA O GLOBO

Plantão | Publicada em 21/08/2008 às 08h21m

Cadastre-se | Login

CCJ do Senado aprova com mudanças projeto sobre uso de algemas

Votor Online

BRASÍLIA - Os senadores que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa, mudanças ao projeto de lei que regulamenta o uso de algemas pelas autoridades policiais. As alterações, sugeridas pelo autor da matéria, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), disciplinam os casos de abuso na utilização de algemas para contenção de presos e, segundo Demóstenes, estão adequadas ao conteúdo da 11ª Súmula Vinculante, aprovada na quarta-feira passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o estabelecido pela Suprema Corte, o uso de algemas ficará restrito a casos de resistência, de risco de fuga do preso e de ameaça à integridade física dos envolvidos na operação policial.

Conforme lembrou Demóstenes, o projeto original (PLS 185/04) e o substitutivo oferecido por José Maranhão (PMDB-PB) detalhavam casos em que o uso de algemas era permitido, mas apresentavam lacunas que poderiam ser usadas contra a ação da autoridade policial, o que gerou diversas manifestações de membros do Ministério Público, da magistratura e da Polícia Federal. Para atender aos apelos desses setores e evitar o problema, explicou o senador por Goiás, o texto aprovado pela CCJ suprime o artigo que trata das situações em que o emprego de algemas é autorizado.

Em vez de disciplinarmos as situações em que o preso pode ser algemado, especificamos os casos de abuso. Em vez de dizermos quando a algema pode ser usada, dizemos quando não pode ser usada. Dessa forma, estamos mantendo o espírito original, que se coaduna com a súmula do STF, frisou ele.

O texto aprovado veda o emprego de algemas como forma de castigo; quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial; e por tempo excessivo. Os senadores também acolheram a recomendação de que as algemas sejam usadas preferencialmente nos punhos e que outras formas de contenção de presos sejam adotadas apenas em situações excepcionais.

As mudanças propostas por Demóstenes receberam a aprovação do relator ad hoc na CCJ, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Conforme ressaltou o parlamentar por Sergipe, o projeto aprovado pela CCJ e a súmula aprovada pelo Supremo Tribunal Federal têm objetivos semelhantes: evitar o uso abusivo das algemas.

A intenção é acabar com a pirotécnia em torno das operações de prisão. O acusado, quando for o caso, deve ser algemado, mas isso deve ser feito dentro das regras estabelecidas em lei, afirmou Valadares.

No mesmo sentido, os senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) manifestaram apoio ao texto aprovado.

(Agência Senado)

ASSINE O GLOBO. RECEBA NA SUA CASA AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS. CLIQUE AQUI

COMPARTILHE: ENVIAR IMPRIMA CORRIGIR COMPRE

LINKS PATROCINADOS O que é?

Mestrado FGV 2009

Ferramentas

- Envie
- Imprima
- Recomende!
- Corrija
- Compre
- Comente

Publicidade

O BRASIL SEMPRE FOI SINÔNIMO DE SAMBA E ALEGRIA

PARSE O MOUSE

Mais notícias

INFIÉIS
DEM vai obstruir votações: que decisão do STF sobre fidelidade partidária seja cumprida

CONTRATO DE R\$ 15 MILHÕES
CDN vence licitação e vence imagem do Brasil no exterior

PEDEM NOVA INVESTIGAÇÃO
Freiras esperam reviravolta em caso Dorothy Stang

+ NOTÍCIAS

ELEIÇÕES 2008

O RESULTADO PELO PAÍS

POR DENTRO DA CÂMARA

ELEIÇÕES 2008
Veja jogos e vídeo sobre o legislativo carioca

CONGRESSO

BASTIDORES
A Câmara e o Senado por trás dos holofotes

ESCÂNDALOS EM SÉRIE

CORREIOS E MENSALÃO
A crise política de um jetto que você nunca viu

A LÍNEA VOLTAR PARA CASA

FESTA NOS 70 ANOS
O movimento estudantil faz história. Veja vídeo

PLANTÃO

22h23m
Vázquez veta legalização do aborto no Uruguai

21h27m
Brasil pode se tornar exportador de gás natural, diz Lobão

+ NOTÍCIAS

SAIBA MAIS

- Eleições 2006
- Vestibular

LINKS ÚTEIS

- Loterias
- Governo do Brasil
- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Tribunal Superior Eleitoral
- Supremo Tribunal Federal

EDIÇÃO DE HOJE

NOVA EDIÇÃO DIGITAL

- Capa de País
- Leia as colunas

O GLOBO 24H

NEWSLETTER
As principais notícias do dia no seu e-mail

MOBILE
As notícias do Globo no seu celular

PREVISÃO DO TEMPO

RIO DE JANEIRO
Outras cidades
MÍN.: 22° MÁX.: 32°

MULTIMÍDIA

- VÍDEO
Tom da Caatinga em Juazeiro
- FOTOGALERIA
O encontro de Lula com o Papa
- ÁUDIO
Chinaglia fala sobre a fidelidade partidária

SITES DE COLUNISTAS

- BLOG DO NOBLAT
Sintaxe - Ronaldo de Castro
- RÁDIO DO MORENO
Principais notícias desta quinta-feira

BLOGS

- EDUCAÇÃO À BRASILEIRA
Tudo sobre ensino no país
- DIÁRIO DE UMA REPÓRTER
- AMAZÔNIA SELVAGEM
- ILIMAR FRANCO
- LOGO
- LUCIA HIPOLITO
- RAZÃO SOCIAL
- TRADUZINDO O JURIDÍQUÊS
- CONFERÊNCIAS

COMPRAR BEM

Quer comprar na internet? Pesquise o melhor preço:

OK

Classificados

Procurando Imóveis?

Eu quero: Seleção

Tipo: Seleção

Estado: Seleção

Cidade: Seleção

Figura 19 – Página de O Globo Online de 21/08/2008, 08h21min – Período de atividade normal do Senado

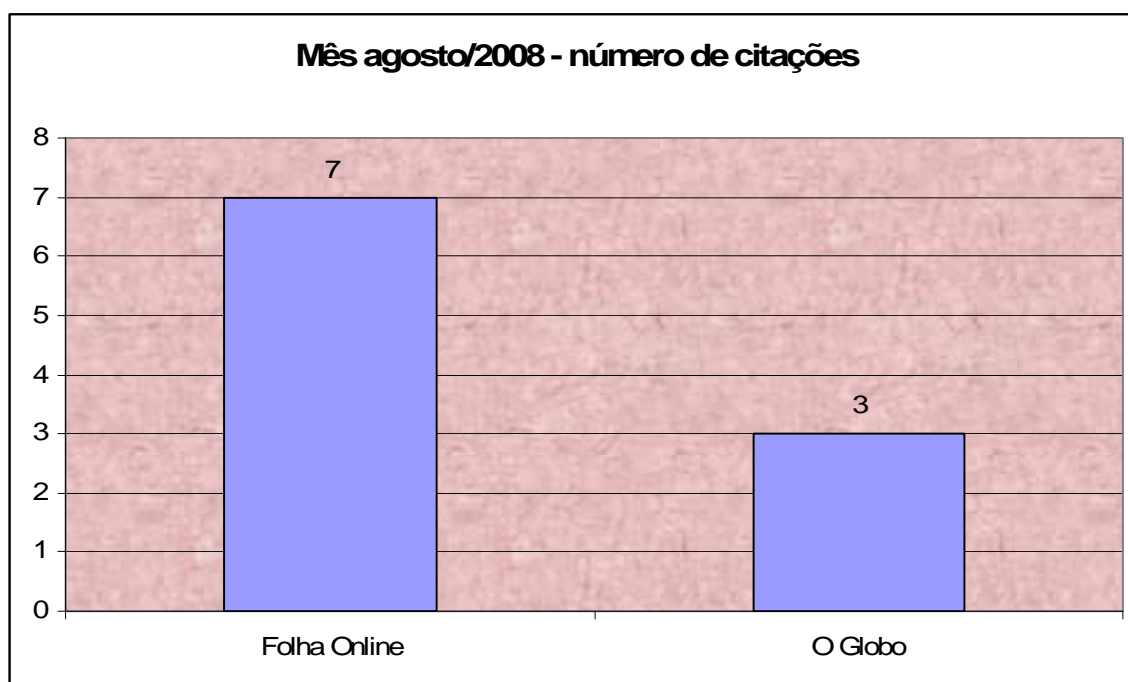


Gráfico 25 – Número de matérias em que Folha Online e O Globo citam a Agência Senado

6.3 Recesso Parlamentar de Julho/2008

Fora dos períodos determinados constitucionalmente para as atividades parlamentares, o Congresso Nacional suspende suas atividades e entra no chamado recesso parlamentar. Esse período, então, acontece em dois momentos anuais: 1) de 18 a 31 de julho e 2) entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro.

Para representar o Congresso brasileiro durante o recesso parlamentar, é instalada a Comissão Representativa do Congresso Nacional. Essa comissão é composta por oito senadores e 17 deputados, com igual número de suplentes. O funcionamento da Comissão Representativa do Congresso Nacional também está previsto na Constituição, em seu artigo 58, parágrafo 4º:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

(...)

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária (<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>).

A Comissão Representativa é integrada por parlamentares indicados

pelos líderes partidários e é constituída de acordo com a proporcionalidade da representação partidária verificada no Congresso. A presidência do colegiado é exercida por um membro da Mesa do Senado Federal e a vice-presidência fica com um membro da Mesa da Câmara dos Deputados. As reuniões da Comissão Representativa acontecem por convocação de seu presidente e se realizam com a presença mínima de um terço dos senadores e mesmo percentual dos deputados que a compõem. As deliberações são feitas por maioria simples e a reunião deve contar com a presença da maioria absoluta tanto dos deputados como dos senadores que a integram. A Comissão Representativa permanece em funcionamento mesmo quando há convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Para a presente pesquisa analisamos o período de 18 a 31 de julho de 2008, examinando todas as páginas de notícias de O Globo e da Folha Online.

Para a etapa final da pesquisa empírica, também analisamos diariamente os *Sites* de O Globo e da Folha Online durante os 14 dias em que os parlamentares não desempenharam suas atividades políticas no Parlamento. Todas as editoriais dos dois veículos foram examinadas nesta fase, como aconteceu com a análise do período de atividade normal. No entanto, da mesma forma como foi feito em relação ao período de atividade normal, não armazenamos todas as notícias analisadas, nem foi feita a contagem do material analisado. A proposta foi armazenar apenas as notícias em que a “mídia das fontes” Agência Senado fosse citada. Com essa finalidade, duas pastas digitais foram abertas dentro da pasta “Recesso” – uma para O Globo e outra para a Folha Online.

Depois dos 14 dias de análise diária, verificou-se que a Folha Online não citou a “mídia das fontes” Agência Senado em nenhuma de suas notícias. Já O Globo citou essa fonte em apenas uma notícia (mostrada na figura 16).

Apesar de o recorte temporal desta pesquisa estar definido para o recesso de julho de 2008, surgiu a curiosidade sobre qual teria sido o resultado se fosse analisado o segundo recesso de 2007 – os 41 dias do período que vai de 23 de dezembro de 2007 a 1º de fevereiro de 2008. Então, fez-se uma busca no *site* de O Globo e da Folha Online pelas notícias divulgadas nesse período em que a “mídia das fontes” Agência Senado fosse citada.

O resultado da busca no *site* de O Globo só apresentou notícias até 21 de fevereiro de 2008, e os dias anteriores a esse estavam indisponíveis, o que impossibilitou que fosse verificado o período de recesso do final de 2007 e início de 2008. Desta forma, para se analisar um período de recesso com maior número de dias, como é o caso do recesso de verão, a análise do *site* de O Globo deve ser feita diariamente, como foi feito em relação ao Caso Renan e ao período de recesso de julho.

Já as notícias da Folha Online ficam à disposição do público e a verificação das matérias que citam a “mídia das fontes” Agência Senado foi possível de ser realizada. A busca no *site* da Folha Online mostrou que durante os 41 dias do recesso parlamentar de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, esse veículo de comunicação citou a Agência Senado em 13 notícias, desconsiderando as citações quando se referiam à imagem. Isso significa que, em média, a cada três dias (3,15) uma notícia da Folha Online citou a “mídia das Fontes” Agência Senado (Figuras 17 e 18).

Sexta-feira, 14 de novembro de 2008

Notícias | Especial | Serviço | Galeria | Ffamosas | Colunas | Fale conosco | Atendimento ao assinante | Grupo Folha | Assine Folha

Em cima da hora | Ambiente | Biotos | Brasil | Ciência e Saúde | Comida | Cotidiano | Direito | Educação | Equilíbrio | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Turismo

brasil

Comunicar erro | Enviar por e-mail | Imprimir

14/01/2008 - 16h49

Senador quer obrigar divulgação de gastos com cartões corporativos

da Agência Senado

O senador Ezequiel Júnior (PR-RO) apresentou um projeto que, se aprovado, pode obrigar a divulgação dos gastos com os chamados cartões corporativos. Pelo projeto, as Mesas do Senado e da Câmara, o presidente da República e os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público devem "determinar providências" para que sejam divulgados todo mês, pela internet, os gastos desses cartões.

Os cartões corporativos são distribuídos a pessoas que ocupam postos-chave da administração pública e que fazem pagamentos de urgência ---pela compra de algum produto ou serviço ou cobertura de gastos de viagens não-programadas.

As informações sobre quem tem esses cartões e o que essas pessoas compram não são divulgadas, sob a alegação de que isso poderia ferir até mesmo o sigilo bancário dos envolvidos.

O senador argumenta que falta transparência na divulgação desses gastos. Além disso, ele diz que os gastos com esses cartões subiu de R\$ 14,1 milhões em 2004 para R\$ 33 milhões em 2006.

A proposta encontra-se na CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) à espera da indicação do relator. O presidente da comissão é o senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Leia mais

- [Receita inicia devassa no uso de cartões corporativos](#)
- [Despesa com cartão corporativo chega a R\\$ 33 mi: gastos sigilosos são R\\$ 10 mi](#)
- [Oposição cobra explicações do governo sobre uso do cartão corporativo](#)
- [TCU deve concluir investigação parcial sobre cartões corporativos na quarta](#)

Especial

- [Leia mais sobre cartões corporativos](#)
- [Leia cobertura completa sobre o segundo mandato de Lula](#)

Livraria da Folha

- [Série com CDs: ensino inglês, francês e mais 5 idiomas em 15 minutos ao dia](#)
- [Aprenda os ramos rogas da LÍNGUA PORTUGUESA, com livro do Instituto Mau Mau](#)
- [Mais de 100 livros de R\\$ 1,99 a R\\$ 9,99: há viagens, filhos, carreira e receitas](#)

busca

Folha Online | Folha de S.Paulo

Buscar

1. Félix indica equipe da Abin que vai acompanhar abertura de arquivos sigilosos
2. CPI recebe mais de mil denúncias sobre atuação de milícias no Rio
3. É necessário "reabrir tendas para lav-las", diz Yannuchi sobre punição a torturadores
4. Governo quer derrubar no plenário do Senado proposta que reajusta aposentadorias do INSS
5. Governo nega que MP represente anistia para entidades filantrópicas

folha-shop

Digite produto ou marca

Compare preços

PUBLICIDADE

CURSOS ONLINE

[EnglishTown](#)

[Deutsche](#)

[Web](#)

Figura 20 – Página da Folha Online de 14/01/2008, 16h49min – Período de recesso parlamentar

27/01/2008 - 19h35

Mau tempo prende comitiva de parlamentares brasileiros em base na Antártida

CAROLINA FARIAS
da Folha Online

Uma comitiva formada por 12 deputados federais e pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) está presa na base chilena na Antártida desde sábado (26), por conta do mau tempo na região. O grupo, que partiu no dia 22 do Rio, deveria retornar ao Brasil na sexta-feira (25), mas desde então o avião da FAB (Força Aérea Brasileira) que sairá de Punta Arenas, no Chile, não consegue decolar por causa de nevascas.

De acordo com a FAB, há problemas de visibilidade também na base chilena do continente onde está o grupo. O avião que fará a viagem, um Hércules C-130, está na última base usada para escala antes de chegar à Antártida, Punta Arenas, onde a previsão é que o tempo ofereça condições de voo somente nesta segunda-feira (28).

A assessoria do senador Casagrande informou que ele telefonou ontem para avisar que a volta do grupo ao Brasil poderia atrasar. Ele chegou a pedir para que seus compromissos amanhã fossem cancelados.

Os parlamentares foram para a Antártida em uma expedição oficial a convite da Marinha do Brasil, para conhecer os trabalhos na Estação Comandante Ferraz, a base brasileira no continente.

A comitiva partiu do Rio no dia 22 e realizou uma escala em Pelotas (RS), onde os parlamentares receberam roupas especiais. O grupo então se dirigiu à base aérea chilena Presidente Eduardo Frei, já na Antártida, chegando na quinta-feira (24) à estação brasileira. O retorno à base chilena ocorreu na sexta, onde o mau tempo impede o retorno.

Segundo a agência Senado, é o quinto voo de apoio à Operação Antártica, cujo objetivo é divulgar os trabalhos de pesquisa do Brasil na região. Os parlamentares que viajaram integram a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Além do senador Casagrande, integram o grupo os deputados Ricardo Trípoli (PSDB-SP), Moreira Mendes (PPS-RJ), Wellington Coimbra (PMDB-ES), Colbert Martins (PMDB-BA), Edmilson Valentin (PC do B-RJ), Paulo Teixeira (PT-SP), Jorge Maluly (DEM-SP), Maria Helena (PSB-RR), Fábio Ramalho (PV-MG), Luciano Pizzato (DEM-PR), Fernando Chucre (PSDB-SP) e Vinícius Carvalho (PT do B-RJ).

Com informações da agência Senado

busca
Folha Online Folha de S.Paulo
[input type="text"] [button type="button" value="Buscar"]

1. Félix indica equipe da Abin que vai acompanhar abertura de arquivos sigilosos
2. CPI recebe mais de mil denúncias sobre atuação de milícias no Rio
3. Governo quer derrubar no plenário do Senado proposta que reajusta aposentadorias do INSS
4. É necessário "reabrir feridas para lavá-las", diz Yannuchi sobre punição a torturadores
5. Governo nega que MP represente anistia para entidades filantrópicas

folha shop
Digite produto ou marca
[input type="text"]
[button type="button" value="Compare preços"]

PUBLICIDADE

CURSOS ONLINE
[English/Port](#)
[Deutsch](#)
[Wiele](#)

Figura 21 – Página da Folha Online de 27/01/2008, 19h35min – Período de recesso parlamentar

7 DIREITO À INFORMAÇÃO E CIDADANIA

A idéia de transparência é relativamente nova na esfera pública. Esse conceito demonstra que, por um lado, o Estado é responsável e toma decisões pautado pela ética e, por outro, a população tem acesso a informações pertinentes à administração pública, como resultante do exercício da cidadania.

Com as informações sobre a gestão pública acessíveis, a sociedade pode fiscalizar e buscar impedir que os atos da administração estejam comprometidos com a pessoalidade de seus executores – autoridades públicas ou servidores. Portanto, é dada à sociedade a possibilidade de conhecer a forma pela qual seus representantes estão operando a "coisa pública" – que, Segundo Aristóteles, é o que está no âmbito da política, da cidadania e da promoção do bem comum (ARISTÓTELES, s/d) – e verificar se suas decisões obedecem aos princípios básicos da Administração Pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecidos pelo artigo 37 da Constituição brasileira. Isso significa que, com a socialização da informação, a sociedade pode verificar o desempenho do poder público e de seus executores, bem como se os recursos estão sendo usados de maneira correta, de forma que vise ao bem público.

A imagem da classe política, bem como as instituições que representam, está desgastada e desacreditada pela sociedade. No que se refere ao Congresso Nacional, essa situação é intensificada, pois as pessoas não vêem seriedade e honestidade na atuação de deputados e senadores. De acordo com estudo realizado, em 2006, pelo curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), “90,1% dos entrevistados afirmaram não confiar nos políticos em geral” (UNB, 2007, p.2)²². No que diz respeito ao trabalho dos senadores, mais de 73% disseram não confiar, enquanto que 85,7% não confiam nos deputados federais.

Apesar da desconfiança nos políticos brasileiros, a pesquisa mostrou ainda que 86,2% das pessoas acreditam que o uso ilícito dos recursos públicos pode ser combatido. Para desempenhar a tarefa de combater a corrupção, 24,4% dos entrevistados indicaram o Ministério Público, 22,8% sugeriram a atuação da Polícia Federal e 22,7% afirmou ser esse um trabalho para a própria sociedade civil (UNB,

²² Pesquisa realizada por alunos da disciplina Teoria e Análise da Corrupção, do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), coordenados pelos professores Ricardo Caldas e Robson Pereira. Disponível em <http://www.secom.unb.br/bcopauta/politica5.htm>.

2007, p.3)..

A prática política, em alguns casos, está atrelada a atos ímprobos. Por isso, assistimos, diariamente, manchetes na mídia sobre episódios de escândalos, corrupção, fraudes e subornos. Essa pauta tem se mostrado repetida e, às vezes, cansativa, mas demonstra que os meios de comunicação têm um papel importante na divulgação dos fatos políticos e, assim, manter a sociedade informada. No entanto, corrupção também existe entre os meios de comunicação.

A corrupção é uma prática sedutora na indústria de comunicação pelo fato de nela se combinar o poder de influenciar politicamente a opinião pública com o poder econômico. É prática também entre os próprios jornalistas, por sua proximidade do poder e do jogo de influência dos poderosos. Assim, a corrupção na mídia se manifesta em dois níveis: na relação dos jornalistas com os fatos e fontes e na relação da empresa com o poder (KUCINSKI, 2005, p.48).

O acesso à informação é um direito constitucional previsto no artigo 5º da Carta Magna brasileira. Portanto, as informações que interessam à sociedade devem estar acessíveis para que as pessoas exerçam esse direito e, assim, possam fiscalizar as ações dos gestores públicos.

O cidadão tem direito a uma informação pública isenta de manipulação. De acordo com a Constituição de 1988, a Administração Pública tem o dever de garantir esse direito, proporcionando os meios adequados para que a sociedade tenha acesso às informações. As decisões e atividades dos administradores públicos devem ser comunicadas, bem como o reflexo de tais ações na sociedade, salvo, de acordo com a norma constitucional, informações que possam interferir na segurança do Estado, da sociedade e da vida privada.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (CONSTITUIÇÃO, disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>)

Kucinski (2005, p.128) salienta que é preciso haver acesso às informações sobre as questões que interessam à opinião pública, isto é, os atos do

governo não podem ser mantidos em segredo e sim devem ter plena publicidade. O acesso à informação contribui para garantir a democracia de um Estado, pois, na falta de tal acesso, os detentores dos meios de comunicação fazem uso das informações para se perpetuarem no poder. Assim, a democracia dos Estados está relacionada ao acesso à informação. Durante o Fórum Internacional sobre Responsabilização e Transparência no Setor Público, realizado no Palácio do Itamaraty, em dezembro de 2001, o diretor da Escola de Justiça da Costa Rica, Alfredo Chirino Sánchez, salientou:

Os direitos constitucionais mencionados anteriormente requerem, cada vez mais, um amplo acesso a todo tipo de informações, públicas e privadas, a tal ponto que se pode concordar com alguns autores contemporâneos que o grau de democracia de um país deve se medir agora a partir do número e da qualidade das informações que circulam (Sanches, 2001, na paginado)²³.

Nesse sentido, as tecnologias da informação e da comunicação permitem que os cidadãos tenham acesso rápido às informações das quais necessitam. Segundo Kucinski,

A internet também deu viabilidade técnica ao exercício da democracia direta e acesso direto do cidadão aos serviços do Estado. Definiu-se mesmo, em função dessas novas tecnologias, um novo tipo de organização do Estado, chamado “sociedade da informação”, no qual o Estado adota políticas ativas de transparência e estímulo ao diálogo (KUCINSKI, 2005, p.76).

No entanto, em muitos países, inclusive no Brasil, o acesso a essas tecnologias também não está democratizado devido à exclusão digital. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apenas 21% da população brasileira com idade superior a 10 anos têm acesso à internet (IBGE, 2005, não paginado)²⁴, o que significa uma exclusão de 79%. Com tal número de excluídos, o exercício do direito de acesso à informação estará prejudicado. Apesar de a tendência atual ser a de que as informações estejam, cada vez mais, à disposição em meio digital e online, as pessoas podem ter acesso à informação por meio de outras formas de

²³ Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/24/2/2670567.pdf>.

²⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2005 sobre acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. O levantamento foi realizado pelo IBGE, em parceria com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIbr). http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=846

mídias, como os canais de televisão aberto, rádio, jornal impresso e revistas.

A facilidade de acesso a informações de todo o mundo, via internet, levam os meios de comunicação, o que inclui as grandes organizações, como constatamos nesta pesquisa, a consultar as “mídias das fontes”. As mídias das fontes nem sempre são consultadas como meras fontes de informação, mas, muitas vezes, seus conteúdos são utilizados de forma integral pela mídia comercial.

Como em qualquer ambiente de que o homem participe, também na internet encontramos todas as variantes da personalidade humana. Ao mesmo tempo em que esse meio veio facilitar a manifestação de atos de transparência e disponibilizar a informação de forma mais ampla, também contribuiu para a proliferação de ações danosas, como a atividade dos *hackers*, que se especializam em invadir por meio da internet os computadores alheios para danificar arquivos ou ter acesso às informações. A esse respeito, destaca Kucinski:

A internet é o espaço paradoxal em que melhor se manifesta a fragmentação ética e o individualismo de nosso tempo, ao mesmo tempo que é uma nova e poderosa ferramenta dos libertários, dos que não se resignaram ao triunfo do neoliberalismo. ... as novas tecnologias levaram a organização da produção a uma direção oposta à da Revolução Industrial. ... grupos amplos de trabalhadores, em especial os intelectuais, recuperaram uma autonomia relativa que havia sido destruída impiedosamente pelo capital intensivo da revolução industrial do século XVIII (KUCINSKI, 2005, P.71).

As mídias anteriores foram se aprimorando para incluir o uso de mais sentidos humanos em sua captação: o jornal priorizou a visão, enquanto que o rádio, a audição, e a televisão associou os dois, visão e audição. No entanto as mensagens ainda eram produzidas pelos emissores e os receptores não podiam interferir na produção da notícia. Segundo Kucinski (2005, p.81), a revolução advinda com a internet é a possibilidade de se trabalhar com texto, imagem, som, vídeo, bem como divulgar informações livremente ou até mesmo interferir na propagação de mensagens. Para esse autor,

A devolução da autonomia de produção, a fragmentação das mídias e a destruição de possibilidade de censura ou controle da informação são a essência da revolução atual (KUCINSKI, 2005, p.81).

Marcondes Filho (2000, p.159) também discute o fenômeno internet como meio de interação que poderia favorecer a criação de uma esfera pública mais ampla

e conectada. No entanto, em sua opinião, isso pode não acontecer.

Com a internet, a fantasia de uma esfera pública ressurgiu, pois o sistema construído em rede e com ligações em tempo real com qualquer parte do mundo viabilizaria aquilo que o movimento anterior não havia conseguido, a esfera pública eletrônica é radicalmente diferente da anterior. Ela não é unitária em torno de temas aglutinantes, mas, ao contrário, difusa, com ampla e variada oferta. Ela é pulverizada em milhares de microgrupos que não conseguem e nem pretendem fundir-se como grande movimento de pressão. ... a esfera pública eletrônica, por isso, não é exatamente uma esfera pública, pois não junta pessoas “enquanto público”. Apesar das aparências, é um colossal sistema de poucas trocas (MARCONDES FILHO, 2000, p.159).

Na reflexão sobre ética no Jornalismo, surgem questões como a falta de limites definidos entre o que é pessoal e o que é coletivo, entre o público e o privado. Também não está claro o limite entre meio de informação e mercado, bem como o conceito de autoria e limitação de campos profissionais.

A pergunta que se faz em tempos de jornalismo on-line é: “O que aconteceu com os jornalistas?” se percebe que a revolução nos meios tecnológicos alterou o ofício do jornalista. Menos do que as mudanças trazidas pela invenção da estenografia, que deu origem à reportagem política dos debates parlamentares, ou pelo telégrafo, que criou o estilo sintético do jornalismo noticioso de poucas palavras. Nas empresas jornalísticas, o fazer tornou-se mais importante do que o saber fazer. A quantidade tornou-se o critério de aprovação do trabalho, e as pautas deixaram de ser um exercício de criatividade tornando-se ordem de trabalho. O jornalista comum hoje é um operário, montador, cuja esteira corre com velocidade cada vez maior, não deixando tempo nenhum para a individualização (KUCINSKI, 2005, p.110).

Essas mudanças que aconteceram no campo do Jornalismo geraram um ambiente, no qual as relações éticas também se alteraram.

Nesse novo ambiente, as éticas socialmente constituídas cederam espaço a uma ética definida em torno de cada indivíduo. ... É também uma ética de muitos direitos e poucos deveres. ... Uma ética em que o dever é definido como negação do social, como celebração da individualização ética. ... Não se trata da morte de valores, mas da prevalência de determinados valores como tolerância, pluralismo, sucesso pessoal e liberdade individual, que, no seu conjunto e, principalmente na forma como se articulam, definem uma matriz ética perversa pelos critérios de virtuosidade de nossa ética agora ultrapassada. Talvez devamos dizer que a ética da pós-modernidade é marcada também pelo declínio dos valores *solidariedade e compaixão*, que marcaram a humanidade no pós-guerra, e pelo predomínio de *valores não-valores*, como o *ceticismo*, o *cinismo*, a negação da *utopia* e da *justiça social* (KUCINSKI, 2005, p.24).

Ainda refletindo sobre valores éticos no campo do Jornalismo, Kucinski ressalta:

No dia-a-dia das redações, o vazio ético é reforçado por

mecanismos diversos entre os quais o fim da demarcação entre jornalismo e assessoria de imprensa; a fusão mercadológica de notícia, entretenimento e consumo; a concentração de propriedade na indústria da comunicação; a crescente manipulação da informação por grupos de interesse e, principalmente, a mentalidade pós-moderna que celebra o individualismo e o sucesso pessoal (KUCINSKI, 2005, p.18).

As mudanças que fizeram com que o Jornalismo passasse a desempenhar atividades de outras áreas, como a de relações públicas – situação definida por Adghirni como hibridização do jornalismo –, também já foram observadas por Jürgen Habermas. Segundo ele, os jornais tornaram-se a ‘instituição por excelência’ da esfera pública porque executavam uma função híbrida de municiar o público com conteúdos sobre questões de Estado e da sociedade, bem como de ser um espaço para debates de idéias e ações (HABERMAS, 1984, p.213). Esse autor ressalta que a imprensa começou a desempenhar o papel de publicização dos atos do Estado e a oferecer transparência pública aos seus atos, possibilitando, assim, “a problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis” (HABERMAS, 1984: 41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito constitucional de acesso à informação pressupõe que a sociedade tenha acesso às informações também sobre as atividades do Poder Legislativo e saiba o que acontece em suas Casas, uma vez que as decisões tomadas pelo Parlamento dizem respeito a todos os brasileiros e geram reflexos na vida de cada um deles. Os parlamentares desempenham funções no Congresso Nacional por meio de um mandato delegado pela sociedade que o elegeu. Portanto, com base nessas duas premissas, a sociedade precisa acompanhar o trabalho dos parlamentares.

Nesse sentido, os meios de comunicação exercem o papel de intermediário – uma espécie de porta-voz – entre o Parlamento e a sociedade. Com o surgimento das “mídias das fontes” – conceito cunhado por Francisco Sant’Anna para definir a mídia de instituições que sempre desempenharam o papel de fonte – e no caso desta pesquisa, da “mídia das fontes” Agência Senado, a sociedade tem mais alternativas para se informar sobre o Legislativo, o que inclui, o Senado.

Esse fato – um jornalismo feito pelo próprio Poder Legislativo – pode contribuir para a efetivação do princípio da transparência na administração pública e, assim, possibilitar o exercício da cidadania. Na opinião de Hans Speier,

Para que a opinião pública funcione, é necessário haver acesso às informações sobre as questões que interessam à opinião pública, isto é, os atos do governo não podem ser mantidos em segredo e sim devem ter plena publicidade (SPEIER, 1966, não paginado, *in* Steinberg, 1970, p. 128).

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se as notícias veiculadas pela “mídia das fontes” Agência Senado foram citadas pelos *sites* noticiosos online do Grupo Folha e O Globo na elaboração de suas matérias sobre os acontecimentos do Senado. Na análise do *corpus* empírico, este estudo constatou que as mídias online dessas importantes empresas de comunicação privadas brasileiras utilizam algumas informações da “mídia das fontes” Agência Senado e rejeitam outras, o que não impede que, ao mesmo tempo, esses veículos mantenham equipe de setoristas cobrindo o Congresso Nacional.

A pesquisa analisou três momentos da atividade do Senado Federal entre 2007 e 2008. O primeiro foi um momento de escândalo que envolveu o então presidente do Senado Federal e, portanto, o presidente do Congresso Nacional, o

que levou a instituição a enfrentar uma importante crise ética, senão a maior de sua história. Acusado de ter contas pessoais pagas por um lobista da Construtora Mendes Júnior, Cláudio Gontijo, em reportagem da revista *Veja* do dia 26 de maio de 2007, Renan Calheiros teve de enfrentar processo de quebra de decoro parlamentar iniciado pelo Partido Solidariedade e Liberdade (PSOL). A pesquisa examinou as matérias divulgadas, no dia 5 de setembro de 2007, quando o processo foi analisado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, e em 12 de setembro daquele ano, quando a decisão do Conselho de Ética pela cassação de Renan Calheiros foi examinada em Plenário e os senadores o absolveram.

Para contrapor esse momento de crise, analisou-se também um período de atividade normal do Senado. O adjetivo “normal” parece não ser muito adequado às atividades do Parlamento, sempre imprevisíveis, porém, como havíamos salientado, tratamos como “momento de atividade normal” o período em que o Congresso Nacional e suas Casas exercem atividades – previsto na Constituição como o período entre 2 de fevereiro e 17 de julho e de 1º de agosto e 22 de dezembro de cada ano.

No ano de 2008 houve eleições para as prefeituras e câmara de vereadores e, assim, o período de atividade normal ficou prejudicado pelo processo eleitoral, uma vez que os parlamentares ficaram mais em suas bases eleitorais para apoiarem seus candidatos ou mesmo para concorrerem como candidatos. Como as eleições aconteceram em outubro e as semanas que as antecedem normalmente exigem maior envolvimento dos políticos nas campanhas, analisou-se o mês de agosto de 2008 porque as Casas do Parlamento ainda trabalhavam dentro de uma relativa normalidade. Já o terceiro momento estudado foi o recesso parlamentar do meio do ano, período que vai de 18 a 31 de julho de 2008.

Assim, por esta amostra, a pesquisa constatou que as mídias comerciais buscam informações na página da Agência Senado e utilizam as informações das “mídias das fontes” para produzirem seus próprios conteúdos. Estamos conscientes que generalizar um estudo de caso pode ocasionar equívocos. No entanto, um estudo de caso pode ser um indicador da ocorrência de determinado fenômeno. Também consideramos que se determinado fenômeno aconteceu, mesmo que uma

única vez, isso significa que, dadas as condições semelhantes, é passível que ele se repita.

A pesquisa demonstrou que a “mídia das fontes” Agência Senado agenda os temas que os sites noticiosos comerciais Folha Online e O Globo vão abordar em suas próprias notícias, uma vez essas mídias buscam informações entre as notícias que a “mídia das fontes” Agência Senado coloca à disposição em sua página na internet, de forma gratuita, com a condição de que a fonte seja citada. Porém, simultaneamente, constatou-se que essas mídias privadas, apesar de buscarem informações na página da internet da “mídia das fontes” Agência Senado, aproveitam apenas o que interessa a elas, ou seja, praticam o *gatekeeping* ao eleger algumas notícias que consideram possuir valor-notícia e ignorar outras.

As “mídias das fontes” podem não ser consideradas meios jornalísticos, mas sim prestadoras de serviço de relações públicas ou um misto de outras atividades da área da Comunicação. Este fato foi observado por Francisco Sant’Anna, que o explica na passagem a seguir:

Nossa pesquisa junto aos profissionais da imprensa tradicional que cobrem o Parlamento, os *setoristas* – e que formam o grupo controle – demonstrou que em cada três jornalistas desse segmento, um não considera a informação difundida pelas MFSF [Mídias das Fontes do Senado Federal] como sendo jornalística. Dos dois que tiveram uma percepção diferente, quase a metade (32%) estima que a informação difundida tem uma composição híbrida, mistura relações públicas, jornalismo, propaganda e publicidade, ou simplesmente jornalismo associado às relações públicas (14%) (SANT’ANNA, 2007, p. 557)²⁵.

Apesar de os jornalistas que cobrem o Congresso não considerarem jornalístico o conteúdo difundido pela “Mídia das Fontes” Agência Senado, as empresas para as quais trabalham não devem pensar desta forma, uma vez que colocam em suas páginas jornalísticas as notícias elaboradas por aquela fonte.

Pelo fato de inserirem as notícias da Agência Senado entre as suas matérias jornalísticas, pode-se concluir que os veículos privados consideram, sim, a

²⁵ Tradução livre para “Notre recherche auprès des professionnels de l’apresse traditionnelle qui couvrent le Parlement, les *setoristas* – et qui formaient le *groupe contrôle* – a démontré qu’un journaliste de ce segment sur trois ne considère pas l’information diffusée par les MSSF comme étant journalistique. Chez les deux tiers ayant une perception différente, environ la moitié (32%) estime que l’information diffusée a une composition hybride, mêlant relations publiques, journalisme, propaganda et publicité, ou simplement le journalisme associé aux relations publiques (14%)”.

produção da Agência Senado como conteúdo jornalístico. Também os jornalistas que cobrem o Senado Federal admitem consultarem a página da Agência Senado como um “apoio, um facilitador, uma fonte complementar nos processos cotidianos de coleta de informações” (SANT’ANNA, 2007, p. 558)²⁶. Em seu trabalho, Francisco Sant’Anna relata o depoimento de duas jornalistas das Organizações Globo que afirmam adotar tal prática.

Uma vez que inserem informações da Agência Senado em seus próprios conteúdos, pode-se inferir que os grandes grupos de comunicação brasileiros confiam nessa mídia, o que significa que a “mídia das fontes” Agência Senado tem credibilidade. A pesquisa realizada por Valéria Almeida (2007, p.237) apontou que, em 2006, 12 veículos de comunicação brasileiros citaram a Agência Senado em quase 2.000 matérias por eles divulgadas. O quadro 2 mostra o nome de cada veículo e o número de suas matérias creditadas à Agência Senado.

Veículo de comunicação	Número de matérias creditadas à Agência Senado
O Globo	937
Terra	303
Portal G1	219
UOL /Folha online/Folha de São Paulo	161
IG (Último Segundo)	139
JB on line	62
Valor on line	56
Estadão/Agência Estado	41
Revista Época	21
Info Abril	04
Gazeta Mercantil	03
Portal Exame Abril	02
Total	1948

Quadro 2 – Número de matérias creditadas à Agência Senado, em 2006

Almeida (2007, p. 251) ressalta, ainda, que o número de referências à Agência Senado em outros *sites*, entre 5 de junho de 2006 e 6 de junho de 2007, chegou a 111.000 de acordo com busca avançada realizada na página de pesquisa

²⁶ Tradução livre para “um appui, um facilitateur, une source complémentaire dans le processus quotidien de collecte d’information”.

do *Google*, excluindo o domínio do Senado, e os acessos internos da casa, e que citam a Agência Senado. Para a pesquisadora, esses dados demonstram a credibilidade e isenção da Agência Senado. Segundo ela,

O noticiário elaborado por esse órgão de imprensa não visa à construção de uma imagem positiva dos parlamentares, mas sim a informar, de maneira objetiva e imparcial os fatos que ocorrem no Senado; as matérias produzidas têm um número elevado de aproveitamento pela imprensa privada, ainda que muitas vezes tal aconteça sem que se conceda o devido crédito, mas o que de toda maneira demonstra o grau de confiabilidade e de utilidade que o serviço representa para os demais veículos de jornalismo; a existência de um ambiente de produção que apresenta condições propícias, apesar de não totalmente autônomas, para a publicização dos acontecimentos, especialmente pela independência e liberdade dos repórteres que trabalham no veículo; a capacidade intrínseca e de baixo custo do meio, que consegue levar com instantaneidade e por uma multiplicidade de canais de comunicação a notícia de interesse do leitor (ALMEIDA, 2007, p. 221).

Não apenas os meios de comunicação estão atentos ao que acontece no Parlamento, mas também a própria sociedade. Isso foi percebido quando o senador Renan Calheiros, então presidente do Senado, foi absolvido pelos seus colegas, no Plenário da Casa, do processo de quebra de decoro parlamentar que enfrentou em 2007, examinado neste estudo. Logo após a divulgação do resultado da votação, feita em sessão secreta, os telefones de atendimento ao cidadão do Senado (0800-612211) receberam milhares de ligações de pessoas que protestavam contra tal resultado ou, segundo informações da página de Renan Calheiros, para felicitar o senador por sua absolvição.

Da mesma forma, as pessoas acessaram ao *Alô Senado* do site do Senado Federal para registrar sua opinião a respeito da absolvição de Renan Calheiros, bem como às páginas dos senadores e a de Renan Calheiros para se manifestarem sobre o resultado da votação. Com esse volume de acessos, ambos os sistemas entraram em pane e ficaram fora do ar por cerca de cinco horas, apesar de os técnicos da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) terem trabalhado para que o sistema voltasse a funcionar. O problema impediu que mais pessoas pudessem também se manifestar. No dia seguinte, a imprensa noticiou que as páginas do Senado ficaram fora do ar depois da votação em Plenário, o que pode ter deixado as pessoas pensando tratar-se de um ato deliberado por parte do Senado para que a sociedade não pudesse se manifestar (Figuras 20 e 21).

FOLHA ONLINE
www.folha.com.br
Quinta-feira, 20 de novembro de 2008

Entre no EnglishTown Private Teacher™ hoje mesmo
flexível, rápido, sucesso garantido [Clique aqui para uma consultoria grátis](#)

Notícias | Especial | Serviço | Galeria | Erramos | Colunas | Fale conosco | Atendimento ao assinante | Grupo Folha | Assine Folha | [O que é isso?](#)

Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência e Saúde | Comida | Cotidiano | Dinheiro | Educação | Equilíbrio | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Turismo

brasil

[Comunicar erros](#) | [Enviar por e-mail](#) | [Imprimir](#)

13/09/2007 - 13h18

Página do Senado sai do ar um dia após absolvição de Renan

RENATA GIRALDI
GABRIELA GUERREIRO
da **Folha Online**, em Brasília

A página do Senado na [internet](#) saiu do ar um dia após a sessão secreta do plenário, que livrou ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), da cassação do mandato. Com 40 votos favoráveis, 35 pela cassação e seis abstenções, o plenário mandou arquivar o projeto de resolução que pedia a retirada do mandato de Renan por quebra de decoro.

Segundo o Senado, a página saiu fora do ar por conta de um problema nos servidores da instituição. A instituição não informou a causa do problema --como excesso de acessos de internautas ou de mensagens para os senadores. Não há previsão para o Senado normalizar o acesso à página.

A assessoria do Senado negou ainda que o problema tenha sido motivado por uma invasão de piratas virtuais.



Processos contra Renan

Na sessão secreta de ontem, Renan foi absolvido no processo que o acusava de quebrar o decoro parlamentar por receber recursos da Mendes Júnior para pagar despesas pessoais, como pensão e aluguel à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

Ele é alvo de outros processos por quebra de decoro parlamentar. Dois já foram abertos pelo Conselho de Ética e o PSOL pediu a instalação de um terceiro para a Mesa Diretora do Senado.

busca

Folha Online Folha de S.Paulo

+lidas | **+curiosas** | **+enviadas**

1. PF desmoralizou Abin, diz general em carta a Tarsó
2. Blog do Josias: Comissão rejeita emenda que reduzia carga tributária
3. Banqueiro enfrenta De Sanctis com ao menos 9 advogados e recebe intimação
4. Comissão da Câmara aprova texto principal da reforma tributária
5. Brasil era visto como "laboratório racial" e autores apontavam "perigos da miscigenação" no século 19

folhashop
Digite produto ou marca

FOLHA
Mais de 15 dias de
Folha grátis. Assine já!

iMac em 12x
O melhor computador
você encontra aqui.

Folha de S.Paulo
Receba 15 dias de
Folha grátis. Assine já!

www.gafisa.com.br
Acesse já.

Figura 22 – Página da Folha Online de 13/09/2007, 13h18min

The screenshot shows the G1 website interface. At the top left is the G1 logo. The main navigation bar includes the text "/política / caso renan" and icons for "celular" and "rss". Below the navigation bar, the article title is "Após absolvição de Renan, site do Senado fica fora do ar". The sub-headline reads: "Senado diz que problema não está relacionado com excesso de visitas ao site. Segundo assessoria, previsão é que o site vai ficar fora o dia todo." The author is "André Luis Ibery" from São Paulo. The article text states that the Senate website is offline due to a link problem with Brazil Telecom. A sidebar on the left lists various news categories like "Primeira Página", "Brasil", and "Esporte". On the right, there are sections for "publicidade" (advertising) and "plantão" (live news), with the latter listing several news items with timestamps.

Figura 23 – Página G1 de 13/09/2007, às 17h26

A Agência Senado trabalha com uma postura objetiva e jornalística, expressa no Manual de Redação da Agência Senado e do Jornal do Senado. De acordo com o Manual, a produção de matérias é feita com obediência a critérios jornalísticos, como fidelidade aos fatos, objetividade, clareza, simplicidade, tradução dos termos técnicos, correção e sem juízo de valor.

O noticiário da Agência Senado, ainda segundo o Manual de Redação, não privilegia partido político, unidades da federação ou determinados senadores, o que nem sempre pode ser observado pelas empresas de comunicação comerciais, dependentes de relações políticas ou econômicas. Neste aspecto, o jornalista da Agência Senado, um funcionário do quadro do Senado Federal, que ingressou por meio de concurso público, pode trabalhar com maior isenção se comparado ao seu colega da iniciativa privada, pois não está comprometido com uma visão específica, além de ter estabilidade no emprego. Já os jornalistas das mídias comerciais não possuem estabilidade no emprego e precisam seguir uma pauta previamente

estipulada, de acordo com a linha editorial da empresa para a qual trabalham.

O foco desta pesquisa pousou apenas sobre três veículos online – Agência Senado, Folha Online e O Globo – em três momentos específicos no que se refere à utilização das notícias da Agência Online, com citação da fonte. No entanto, no decorrer do estudo, percebeu-se que o campo de pesquisa deste tema é amplo e fascinante, o que levou, muitas vezes, a pesquisadora a sair do recorte da pesquisa e a se aventurar a espiar noutras direções, sem esquecer de sempre retornar ao foco.

Observou-se, por exemplo, que algumas mídias fazem uso do material jornalístico da Agência Senado, sem creditar a fonte. Assim, será interessante analisar, em pesquisa futura, a utilização do conteúdo da “mídia das fontes” Agência Senado pelos veículos de comunicação sem a citação da fonte. É também interessante examinar noutra pesquisa o aproveitamento das imagens produzidas pela “mídia das fontes” Agência Senado, com ou sem o crédito da fonte. Sugerimos ainda a realização de um estudo de recepção, para examinar o acesso direto do público às notícias da Agência Senado, bem como por parte de outras entidades da sociedade civil.

O material empírico da presente pesquisa é rico e presta-se a inúmeras outras considerações, não realizadas neste momento. Com base no material coletado e catalogado, é possível perceber outras nuances e chegar a outras conclusões, aqui ignoradas em razão da limitação temporal da pesquisa. Isso, no entanto, não impede que outros pesquisadores façam uso deste *corpus* em futuras análises, sob outros e diversos enfoques. O conhecimento científico vai se enriquecendo pelas análises parciais e complementares dos fenômenos realizadas pelos sucessivos pesquisadores de um tema.

Os eventuais méritos conferidos a esta pesquisa são decorrentes das valiosas orientações e discussões com várias pessoas e, portanto, atribuo a elas o seu valor. Já as imperfeições verificadas ao longo do estudo, as omissões ou incorreções que certamente possua, são de responsabilidade da pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ADGHIRNI, Zélia Leal. *Jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 151-179.

_____, Zélia Leal. *Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília*. In MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 449-468.

_____, Zélia Leal. *Jornalismo on-line: em busca do tempo real*. In: HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva. (org). *Jornalismo no século XXI: A cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 304-317.

_____. Zélia Leal. *O Jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia*. In Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e VII Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação e da Informação (Intercom). Porto Alegre. 2004. Também disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18480/1/R2453-1.pdf> e <http://www.bocc.ubi.pt/pag/adghirni-zelia-jornalismo-informacao-comunicacao.pdf>

_____. Zélia Leal. *O lugar do Jornalismo na comunicação*. VIII Colóquio Internacional Brasil-França de Ciências da Comunicação e da Informação (Intercom). Université Stendhal-Grenoble III - Echirolles – France. In Líbero (FACASPER), v. 9, p. 51-62, 2006.

_____. Zélia Leal; MORAES, Francilene de. *Instantaneidade e memória na pesquisa sobre jornalismo*. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes. 2007. p.237-250.

_____. Zélia Leal. *Informação online: Jornalismo ou produtor de conteúdos? Mudanças estruturais no Jornalismo*. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação, Campo Grande - MS. Intercom. 2001. Também disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4345/1/NP2ADGHIRNI.pdf>

_____. Zélia Leal. PEREIRA, Fábio Henrique. *Dez anos de jornalismo on-line: Um modelo de produção de notícias para a Web*. In III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2005, Florianópolis. Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2005.

_____. Zélia Leal. RIBEIRO, Gilson de Souza Nunes. *Jornalismo online e identidade profissional do jornalista*. Trabalho apresentado no GT de Jornalismo do X Encontro Anual da Associação Nacional de programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compôs). Brasília, 2001. Disponível em <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/leal2001.rtf>

ALFARO, Carlos J. *El problema de las fronteras entre las ciencias sociales desde la perspectiva de la comunicación*. In FERNÁNDEZ, Fátima; YEPÉZ, Margarita. *Comunicación y teoría social*. México: UNAM, 1984. p.115-124.

ALMEIDA. Valéria Ribeiro da Silva Franklin. *A comunicação do Senado e o direito à informação*. Revista de Informação Legislativa. Brasília: Senado Federal. Ano 42 número 166 abr./jun.. 2005. p. 347 a 364.

_____. Valéria Ribeiro da Silva Franklin. *A Tecnologia na Comunicação do Senado: Do papiro à internet*. Tese de mestrado em Comunicação Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2007.

AMORIM. José Salomão David. *A proteção do interesse público na televisão de sinal aberto – a experiência da Europa ocidental*. In MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 541-550.

ARAÚJO, Carlos Alberto. *A Pesquisa Norte-americana*. in "HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, Vera V. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis :Vozes, 2001, pp.119-130.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. Intr. Ivan Lins. São Paulo: Editora Tecnoprint, s/d.

BACHELARD, G. *A noção do obstáculo epistemológico*. In *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.17-28.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica - As técnicas do Jornalismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BALLE, Francis. *Historia de los estudios sobre medios*, in *Comunicación y Sociedad*. Bogotá: TM Editores, 1994, pp.20-47.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1977.

_____. Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1988.

BASTOS, Helder. *Jornalismo Electrónico: Internet e Reconfiguração de Práticas nas Redações*. Coimbra: Minerva, 2000.

BERGER, Charles R. *Chautauqua: Porque existem tão poucas Teorias da Comunicação?: teorias da comunicação e outras curiosidades*. Trad. Martino, Luiz C.; Huxton Jr, David Page de *Chautauqua: Why Are There So Few Communication Theories?: communication theories and other curios*. in *Communication Monographs*. Vol.58, march 1991, pp.101-113. Brasília, 2004.

BERGER, Christa. *Crítica, Perplexa, de Intervenção e de Denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina*. in *Intertexto*, n.6, 1999.

BLUMER, Hebert *A Massa, o público e a Opinião Pública*. in Gabriel Cohn (org.)

Comunicação e Indústria Cultural. Cia Editoria Nacional. São Paulo, 1971. pp.177-186.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

BONIN, Jiani A. *Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e processualidades de construção de um projeto*. In: MALDONADO, A. E. *Et al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulinas, 2006. p.21-40.

BOORSTIN, Daniel. *L'Image*. Union Générale d'Éditions, Col. 10/78. Paris, 1971. Trad. MARTINO, L. C. Brasília: Fotocópia, 2003.

BOURDIEU, P. *A Construção do Objeto*. In: BOURDIEU, P. *Et alli. Ofício de Sociólogo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.45-63.

BRAGA, José Luiz. *Questões Metodológicas na Leitura de um jornal*. In: *O Jornal, da forma ao sentido*. MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2002. p.321-334.

BRIN, Colette; CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Nature et Transformation du Journalisme – Théorie et recherches empiriques*. Canadá: Presses de l'université Laval, 2004.

BRUYNE, Paul. *Et al. Metodologia e prática da pesquisa em ciências sociais*. In: *Dinâmica da pesquisa em ciências sócias: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F.Alves, 1991. p.23-38.

CALDAS, Ricardo; PEREIRA, Robson *Quem Fiscaliza o País?* Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Também disponível em <http://www.secom.unb.br/bcopauta/politica5.htm>

CALHEIROS, Renan. Pronunciamento em sua defesa das acusações da revista *Veja*. 28 de maio de 2007. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=368606>. Acessado em 13/10/2007.

COHEN, B. C. *The Press and Foreign Policy*. Princeton University Press, 1963.

COMBS, E. Maxwell; SHAW, Donald L. *A Função do Agendamento dos Media*. In TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo - Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva. 2000.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988).. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>)

CRAIG, Robert T. *Porque Existem Tantas Teorias da Comunicação?*. Trad. MARTINO, Luiz C.; HUXTON, David Page Jr. de "Why are There So Many Communication Theories?" in *Journal of Communication*. Summer 1993, vol. 43, n.º 3. Brasília, 2004, fotocópia.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação das Massas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DEMO, Pedro. *Neutralidade científica*. In: *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995. p.70-85.

DUARTE, Jorge Antonio Menna. *Assessoria de imprensa: o caso brasileiro*. Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/outrasareas/jornalismo/0123.htm>

DURKHEIM, E. *Suicídio*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p.11-24.

DUTRA, Délia. *Reflexões sobre a construção de um problema e objeto*. In: MALDONADO, A. E. *Et al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulinas, 2006. p.217-234.

ECO Umberto. *Que é a cientificidade*. In: *Como se faz uma tese*. São Paulo: perspectiva, 1998.p.21-25.

_____, Umberto. *Cultura de Massas e 'níveis' de Cultura: Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva. pp.33-54.

ENTEL, Alicia; LENARDUZZI, Victor; GERZOVICH, Diego. *La Escuela de Frankfurt en América Latina*. in ENTEL, Alicia y otros. *Escuela de Frankfurt. Razón, arte y libertad*. Buenos Aires : Eudeba, 1999.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo Digital*. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA , Vânia Regina Barcellos. *Vida Cotidiana e o Novo Espaço Social: transparência, visibilidade, privacidade e controle*. Disponível em <http://www.cibersocietat.net/congres2006/gts/comunicacio.php?llengua=ga&id=498>. Acesso em 10/02/2008, 20h07min.

FOUCAULT, M. *Las Meninas*. In: *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 3-21.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Construção jornalística e dizer social*. In MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 483-497.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A Construção do Presente, como o Jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2005. 274 p.

FREITAS, Luiz Carlos Santana. *Midiatização do Parlamento: A TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado Federal*. Tese de mestrado em Comunicação Social, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2004.

GADINI, Sérgio Luiz, *Grandes estruturas editoriais dos cadernos culturais - principais características do jornalismo cultural nos diários brasileiros*, revista Fronteiras. estudos midiáticos VIII (3): 233-240, set/dez 2006

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIOVANNINI, Giovani (coord.). *Evolução na Comunicação: do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GLOBO NEWS Especial. *Como os jornais convivem com as novas mídias?* Vídeo disponível em <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM886283-7823-A+REVOLUCAO+DAS+NOVAS+MIDIAS,00.html>

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEILBRONER, R. L. *Introdução às Histórias das Idéias Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 3. ed. 1969. pp.6-29.

HOHLFELDT, A. *Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação*, in HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, Vera V. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Vozes. Petrópolis, 2001, pp. 187-203.

_____, Antônio. *Os estudos sobre a hipótese do agendamento*. Revista Famecos, 7, 1997: 42-51.

INNIS, Harold A. *Los Medios de Comunicación en los Imperios Antiguos*, in CROWLEY, David; HEYER, Paul. *Communication en la Historia: tecnologia, cultura, sociedad*. Barcelona: Bosch. 1997, pp.51-59.

JAPIASSU, Hilton. *Objetividade científica e pressupostos axiológicos. O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p.19-47.

JENSEN, Klaus B. *Introducción: El cambio cualitativo*. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (Eds). *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosh, 1993. p.9-20.

KAPLAN, Abraham. *Lógica em Uso e Lógica Reconstruída: Lógica e Psicologia*. In: *A conduta na pesquisa. Metodologia para as Ciências do Comportamento*. São Paulo: EPU, USP, 1975. p.5-20.

KATZ, E. *A propos des médias et de leurs effets*. in SFEZ, L. (org.), *Technologies et Symboliques de la Communication*. PUG, 1990, pp. 275-282. Trad. de MARTINO, L. C. Brasília: fotocópia, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na Era Virtual: Ensaio sobre o Colapso da Razão Ética*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Editora Unesp, 2005.

_____, Bernardo. *Jornalismo na Era Virtual: Ensaio sobre o Colapso da Razão Ética*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Editora Unesp, 2005.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo norte e sul: manual de comunicação*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2002. p.415.

LAGO, Claudia e BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. *A Construção do Saber – Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG: BH, 1999, reimpressão 2007.

LIMA, Gerson Moreira. *Muito Além da Releasmania* in BARROS FILHO, Clóvis de (org). *Comunicação na Polis*. (p.297 a 311)

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2001.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. Nova York: Macmillan, 1922.

LITTLEJOHN, Stephens W. *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Zahar. Rio de Janeiro, 1982, pp.17-38.

LOPES, Boanerges. VIEIRA, Roberto Fonseca (org). *Jornalismo e Relações Públicas: Ação e Reação – Uma perspectiva conciliatória possível*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LOPES, Maria Immacolata V. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001.

MACHADO, Elias. *Ciberespaço como Fonte para os Jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003.

SECRETARIA AGÊNCIA SENADO – SECRETARIA JORNAL DO SENADO. *Manual de Redação*. Brasília: Senado Federal, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: A saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hackers Editores, 2000. p.171.

MARTINO, Luiz C. *As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação*, in LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.) *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003, pp. 69-101.

_____. Luiz C. *Ceticismo e Inteligibilidade do Saber Comunicacional*, in *Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura*. n. 5. São Paulo: Educ. Brasília: CNPq, 2003.

_____. Luiz C. *De Qual Comunicação Estamos Falando?*, in HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.; FRANÇA, V. (orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Luiz C. *Elementos para um Epistemologia da Comunicação*, in FAUSTO

NETO, A.; PORTO, S.D.; PRADO, J. L. Aidar (coord.). *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2001.

_____. Luiz C. *Globalização e Sociedade Mediática*, in FAUSTO NETO, A. et al. (orgs.), *Práticas Midiáticas e Espaço Público*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 2001.

MATTELART, Armand. *Comunicação no Mundo: História das Idéias e das Estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MCLHUAN, M. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.

MELO, José Marques de. *Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

MIÈGE, Bernard. *O pensamento Comunicacional*. Petrópolis:Vozes, 2000.

MIRCEA, Eliade. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972 .

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em Tempo Real: O fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo*. São Paulo: Forense. s.d.

_____. Edgar. *O Método*. São Paulo: Forense. s.d.

NEVEU, Eric. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa Social. Introdução às suas técnicas*. São Paulo: Nacional e USP, 1968.

ORTEGA Y GASSET, José. *A Chegada das Massas*, in ROSENBERG, Bernard e WHITE, David Manning. *Cultura de Massas*. São Paulo: Cultrix, 1973. pp.57-62.

ORTIZ, Renato. *A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura de Massas*. in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.º 1, v. 1.

PALÁCIOS, Marcos. *Jornalismo on-line, Informação e Memória: apontamentos para debate*. Jornadas de Jornalismo on-line, 21 e 22 de junho de 2002. Disponível em http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_informacaomemoria.pdf

_____. Marcos. *O que há de (realmente) novo no Jornalismo Online?* Conferência proferida por ocasião do concurso público para Professor Titular na FCOM/UFBA, Salvador, Bahia, em 21.09.1999.

PARK, Robert Ezra. *A Notícia como Forma de Conhecimento*. in STEINBERG, Charles (org.). *Meios de Comunicação de Massas*. São Paulo: Cultrix, 1970.

PEIRCE, Charles Sanders. *A fixação da Crença*. Trad. ALVES, Anabela Gradim a partir da versão inglesa de *Popular Science Monthly* 12, November 1877, pp. 1-15.

PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique. *O Jornalista Sentado e a Produção da Notícia on-line no CorreioWEB*. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 95-108, jan./jun. 2004. Disponível em http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2004_v10_n1/EmQuestaoV10_N1_2004_art06.pdf acessado em 19/02/2008.

_____. Fábio Henrique. *As rotinas produtivas na cobertura jornalística da Presidência no Brasil*. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 95-108, jan./jun. 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-henrique-rotinas-produtivas.pdf> e http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2004_v10_n1/EmQuestaoV10_N1_2004_art06.pdf acessado em 23/05/2008.

PINHO, J. B. *Jornalismo na Internet: Planejamento e Produção da Informação Online*. São Paulo: Summus, 2003.

POPPER, Karl R. *A Lógica das Ciências Sociais*. In: *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.92-115.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do Jornalismo no Brasil – 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-papers. 2004.

RIOUX, Jean Pierre. *A Revolução Industrial: 1780-1880*. São Paulo: Pioneira, 1975.

ROCHA, J. A. M. *Entendendo o Jornalismo Online*. In: Ivan Pinheiro Machado. (Org.). *Tendências na Comunicação*. 1 ed. Porto Alegre, 2000, v. 3, p. 84-94.

ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, 1971, tomo 3, cap.7.

ROSSY, Elizena, *Contra-agendamento: Mídia e Terceiro Setor: Como as ONGs promovem a cultura da paz*. Tese de mestrado em Comunicação Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2006. Disponível em http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=685

ROSSY, Elizena, *Contra-agendamento: o Terceiro Setor pautando a mídia*. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_jmp-elizena.pdf.

RUELLAN, Denis, *Le professionnalisme du flou*. França: Presses Université de Grenoble, 1993.

_____. Denis. *Corte e Costura do Jornalismo*. in *Libero*, ano IX, nº 18, p. 31. 2006. Também disponível em http://www.facasper.com.br/pos/libero/index_libero16.php

SANTAELLA, Lucia. *A pesquisa: seus métodos e seus tipos*. In: *Comunicação e Pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001. p.103-150.

SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das Musas, 2005.

_____. Francisco. *Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das Musas, 2. ed. 2008.

_____. Francisco. *Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Artigo apresentado no 8º Colóquio Brasil-França, no Institut de la Communication et des Médias (Université Stendhal), em 29 e 30 de setembro de 2006. Disponível em www.bocc.ubi.pt.

_____. Francisco. *Media de Source: un nouvel acteur sur la scene journalistique bresilienne*. Tese de doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação pelo Centre de Recherches sur l'Action Politique em Europe (Crape) da Universidade de Rennes-1, França. Disponível em <http://www.crape.univ-rennes1.fr/documents/theses/theseSant%27Anna.pdf>.

SAPERAS, Enric. *Los Efectos Cognitivos de la Comunicaciones de Masas: las recientes investigaciones en torno a los efectos de la comunicación de masas: 1970-1986*. Barcelona: Editorial Ariel, 1987.

SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo. *Jornalismo Político – Teorias, Histórias e Técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____, Roberto. *Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 31-46.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO SENADO FEDERAL. *A experiência da pesquisa do serviço de qualidade de vida e reabilitação funcional na Secretaria Agência Senado da SECS (Relatório)*. Brasília, 2006.

SELLITZ, C. *Et al. Seleção e formulação de um problema de pesquisa*. In: *Métodos*

de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1974. p.31-57.

SILVA, Luiz Martins da. *Sociedade, Esfera Pública e Agendamento*. In LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 84-104.

_____. Luiz Martins da. *Jornalismo e interesse público*. In: SEABRA, Manoel Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org.). *Jornalismo Político – Teoria, História e Técnicas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, v. 1, p. 1-250.

_____. Luiz Martins da. *Imprensa e Cidadania: possibilidades e contradições*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 47-101.

_____. Luiz Martins da. *Imprensa, discurso e interatividade*. In MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 253-271.

_____. Luiz Martins. *Civic Journalism: um gênero que no Brasil ainda não emplacou*. Artigo disponível em <http://www.unb.br/fac/sos/artigos/civicjournalism.htm> e acessado em 25/10/2006.

SOUZA, Jorge Pedro. *As Notícias e seus Efeitos: As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*. Coimbra: Minerva, 1999.

SPEIER, Hans. *O Desenvolvimento Histórico da Opinião Pública*. in STEINBERG, Charles (org.). *Meios de Comunicação de Massas*. São Paulo: Cultrix, 1970, pp. 127-148.

STEPHENS, Mitchell. *História das Comunicações: do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

THIOLLENT, Michel. *A falsa neutralidade das enquetes sociológicas: Crítica*

metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1987. p.41-47.

THOMPSON, John B. *O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 2.ed. 1999.

_____. Nelson. *Teorias do Jornalismo - porque as notícias são como são*. Volume I. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

_____. Nelson. *O Poder do Jornalismo: Análise de Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

VIGOTSKY, L. S. *Problema de Método*. In: *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.77-99 e 191.

WEBER, M. *A ciência como Vocação*. In: *Ciência e Política. Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.25-58.

WOLF, Mauro. *Los Efectos de los Media*. Barcelona: Paidós, 1994.

_____. Mauro. *Teorias da Comunicação*. 8ª ed. Lisboa: Presença, 2003.

Revistas e Sites consultados

Revista Veja. Editora Abril, 27 de maio de 2007, p. 85 a 92

<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const> , acessado em 14 de novembro de 2008.

<http://oglobo.globo.com/anuncie>, acessado em 23/03/2008.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/historia.shtml>, acessado em 17/02/2008.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/folha_online.shtml, acessado em 17/02/2008.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml, acessado em 15/02/2008

<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>, acessado em 06/09/2008.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=846. Acessado em 17/10/2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Competências do Senado Federal de acordo com a Constituição²⁷

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional

²⁷ Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>

por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.”

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

ANEXO 2

Pronunciamento do presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros, em sua defesa das acusações da revista Veja, proferido na tribuna do Plenário, em 28/05/2007²⁸.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Presidente Michel Temer, é com sentimento de indignação e constrangimento que falo ao Senado Federal e à Nação. Nunca pensei nem desejaria jamais fazê-lo para rasgar minha alma, tendo que revelar segredos sagrados daquilo que de mais pessoal se possui, que é a família, para defender-me de uma infâmia, um pseudo-escândalo, um pseudo-escândalo sobre minha vida pessoal.

Pessoal, sim. Estou aqui para provar, demonstrar, exhibir e reiterar que se trata de uma questão pessoal.

Indignação, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque ninguém teria outro sentimento senão esse, ao ver-se constrangido a violar sua privacidade com risco e perigo de atingir os entes que lhe são mais caros e confessar pecado que somente se deveria falar no confessionário, para pedir perdão e receber penitência.

Infelizmente, minha confissão será aqui, sem a proteção a qual eu teria direito como pessoa e como cidadão vivendo numa democracia, cuja Constituição assegura, como cláusula pétrea, a privacidade de todos.

Leio, para reativar a memória de todos os Senadores e Senadoras, o inciso X, do art. 5º, texto excepcional e tão bem redigido pelo grande Afonso Arinos, que devia proteger a família com um manto sagrado e não transformar-se numa peça de ficção com sua violação constante, numa destruição do Estado de Direito:

"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas."

Meu outro sentimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o constrangimento ao qual submeto meus Colegas Senadores e Senadoras, vendo-me nessa posição de expor a minha vida íntima e pessoal.

Quero, antes de mais nada - porque tentei desfazer esse cenário até agora -, e na presença da minha mulher, Verônica, pedir sinceras desculpas a ela, aos meus filhos e a toda a minha família. A presença dela neste Senado hoje é consequência de uma decisão dela. Foram várias as minhas insistências para que ela aqui não comparecesse, num momento tão triste de nossa história, da história de nossa família.

Não quero, Srs. Senadores, misturar esta tentativa de escândalo aos casos de corrupção que estão sendo investigados, nem atribuí-la à ação de meus adversários no meu Estado e aqui. Por outro lado, não quero debitar a uma parte da imprensa. Trata-se de uma ignomínia a que fui submetido, em torno da qual padeci durante os últimos três anos.

Confesso - e peço a atenção da Casa - que tive uma relação que me deu uma filha. Como todos os casos de paternidade, Srs. Senadores, e paternidade não

²⁸ Disponível em [bhttp://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=368606](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=368606)

programada, episódios como esse geram contendas que, muitas vezes, como ocorreu, terminam nas Varas de Família.

Não fugi a esse calvário. Assumi como pai minhas responsabilidades.

Revelo que, logo que tive conhecimento da gravidez, impossibilitado de fazê-lo pessoalmente, em virtude da circunstância que se impunha, pedi a um amigo que intermediasse o meu apoio.

Meu comportamento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, baseou-se em dois pontos:

- 1) Assumir a paternidade e não me esquivar dos meus deveres; e
- 2) Dar assistência à gestante em suas necessidades.

Lamento, meus eminentes Colegas, que a vida pública brasileira tenha-se amesquinhado a tal nível que eu tenha de descer a essas minúcias perante o Senado Federal, onde sempre tratamos de temas mais elevados e de interesse público.

Voluntariamente, reconheci a paternidade, conforme escritura pública registrada no Cartório do 2º Tabelião de Notas em 25 de dezembro de 2005. O documento está à disposição. Este documento prova que não fugi à minha responsabilidade.

Desde então, passei a pagar pensão de R\$3 mil. Nos dois primeiros meses - dezembro de 2005 e janeiro de 2006 -, o pagamento se deu por cheques nominais do Banco do Brasil, ambos compensados na Conta nº 103.921/9, do Unibanco, cuja titular é mãe, a representante legal da beneficiária, conforme atestam os documentos de nº 02.

Tudo na minha vida, Srs. Senadores, é assim: registrado minuciosamente.

Esses documentos estão à disposição e, por si só, desmentem que terceiros teriam pago a pensão por mim até dezembro de 2006. A partir de fevereiro de 2006, o pagamento de R\$3 mil mensais passou a ser deduzido dos meus subsídios de Senador, descontado em folha do Senado Federal.

Esse documento, bem como os demais à disposição dos Srs. Senadores, comprova o que estou dizendo. É uma prova irrefutável, uma prova documental.

Anteriormente a essas datas, prestei assistência à gestante em valor maior, em torno de R\$8 mil mensais, até o reconhecimento da paternidade, conforme os repasses para a beneficiada.

Além disso, Srs. Senadores, honrei com meus próprios recursos o aluguel de uma casa, entre 15 de março de 2004 e 14 de março de 2005. Posteriormente, arqueei com o aluguel de um apartamento, entre março e novembro de 2005, para a gestante.

Em dezembro de 2005, como já disse, reconheci a paternidade, assumi a responsabilidade legal de alimentos. Os valores despendidos são meus. Repito: meus!

Nunca misturei o público com o privado, como tentaram insinuar. Os recursos estão todos - todos! - devidamente declarados em meu Imposto de Renda, bem como a própria pensão alimentícia. Minhas declarações de renda comprovam minhas afirmações,

que já são entregues anualmente ao Senado Federal. Todas as despesas são absolutamente compatíveis com minha renda declarada, Srs. Senadores, oficialmente.

Têm a obrigação de falar, Deputado Michel Temer, aqueles Srs. Líderes que não têm o direito nem podem calar.

Impus-me um silêncio doloroso e indignado nos últimos dias, mas agora é hora de repor a verdade, de refutar a mentira, de enterrar a insídia. E assim o faço em razão da dignidade da função que exerço, de Presidente do Senado Federal, que nunca envergonhei e jamais envergonharei. Quando me agridem, ferem também uma das mais altas Instituições nacionais. Quando me miram, atingem a Instituição.

Neste calvário, regido por mãos que atiram pedras e se escondem, encontrei amparo nas reflexões do ex-deputado e brilhante filósofo Roland Corbusier, um libelo que está completando 52 anos, mas cuja atualidade é desconcertante. Disse ele:

Essa mania de denunciar, de acusar, de julgar e de condenar antes de ouvir a defesa dos acusados; essa obsessão do inquérito, da devassa; essa complacência do escândalo, na publicação do escândalo, esse gosto de comprometer e desmoralizar o Poder Público, os homens que o exercem ou que aspiram a exercê-lo; essa precipitação, essa leviandade em atacar e condenar sem o menor respeito pela justiça e pela verdade; essa sofreguidão, essa impaciência em fazer justiça com as próprias mãos, em dizer a última palavra a respeito de pessoas e de assuntos em debate; essa atitude moralista e farisaica, pretensiosa e auto-suficiente é uma atitude que, a longo prazo, se revela nociva à formação política e mesmo à formação moral do País, porque é impossível - Srs. Senadores, continuava o Deputado citado - dissociar, na acusação, na agressão aos homens públicos, aos homens que exercem o poder, os próprios homens enquanto indivíduos dos cargos que ocupam e da função que exercem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, além de assumir minhas obrigações financeiras, eu fiz muito mais. Muito mais.

Disponibilizei ainda de minhas reservas - repito: de minhas reservas, de minhas finanças - um fundo de R\$100 mil, para garantir as despesas futuras com educação e desenvolvimento cultural da criança.

Indago a V. Ex^{as}: precisaria eu recorrer a expedientes outros imputados à minha pessoa?

Surgiu o pedido de aumento da pensão, que eu vinha pagando, de R\$3 mil, além do fundo de educação já constituído.

Poucas pessoas de minha estrita relação pessoal, além dos advogados, compartilhavam dessas agruras. Uma delas era Cláudio Gontijo, de quem sou amigo há mais de 20 anos, quando nem sequer cogitava trabalhar na empresa que trabalha.

O fato de trabalhar para a empresa Mendes Júnior nenhuma relação, absolutamente nenhuma relação, tem com o assunto. Ele era a pessoa para fazer a interlocução entre as partes, uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tinha amizade com a mãe da criança.

Não nego e não renego minhas amizades. Serve para este episódio e para todos os outros episódios de minha vida.

As matérias jornalísticas derivam de especulações políticas do que estaria no processo e não passam - já disse e queria repetir - de ilações e interpretações perversas.

Vamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, recapitular os fatos:

Reconheci a paternidade, e o fiz, como disse, por iniciativa minha. Fui eu o autor do reconhecimento. Repito: assumi minhas responsabilidades como pai. Não esperei nem procurei negar. Está aqui a certidão.

Ofertei alimentos, em 23 de dezembro de 2005, conforme Processo nº 2005.01.1.149433 - 2, que tramitou na 4ª Vara de Família do Distrito Federal, que é o Documento nº 5 -- mais uma prova, Sr^{as} e Srs. Senadores, da minha conduta correta.

Antes e durante a gestação, repito, arqueei com as despesas necessárias com os meus recursos.

Ao Cláudio Gontijo peço desculpas pela exposição do seu nome, agradecendo, uma vez mais, pelo cumprimento de um dever de amizade.

Finalmente, na audiência do último dia 25, fizemos um acordo em juízo e acertamos a pensão, encerrando assim esse doloroso episódio de minha vida pessoal.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a verdade. Todos os recursos foram pagos por mim, foram meus, são recursos meus, são recursos próprios, para os quais tenho condições, de acordo, repito, com minhas declarações de Imposto de Renda, que, mais uma vez reitero, está à disposição dos senhores.

Estão aqui todos os documentos atestando meus rendimentos, as quantias que me possibilitaram arcar com as despesas, também declaradas em juízo, e outras necessidades que supri.

Esse é o falso escândalo que a Nação, estarecida, acompanha.

Não se pode avaliar o que significa a repercussão dessas especulações sórdidas na vida íntima das pessoas, a corrosão que implica na vida das famílias, da mulher, dos filhos e, principalmente, da criança que tem direito a viver sem traumas.

Não tenho, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito, nenhuma relação com a Construtora Mendes Júnior, e essa ilação que foi feita não indica nenhuma conduta minha que implicasse em benefício, apoio ou qualquer outra forma de favorecimento. Não tenho relação também com os administradores dessa empresa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento novamente o constrangimento que lhes estou causando. Mas não poderia ser diferente.

Hoje, a vida pública transformou-se num alvo permanente de suposições, mentiras, difamações, calúnias, que, sem a menor responsabilidade, são propagadas sem que as pessoas tenham qualquer meio de defender-se diante da avassaladora ação de parte da mídia, que constrói, deforma e expõe pseudofatos como verdades definitivas.

O que quero, mais uma vez, é denunciar essa ignomínia, essa invasão da minha vida privada, daquilo que é mais sagrado na construção da sociedade, que é a família.

Já tinha, Sr^{as} e Srs. Senadores, preparado esse pronunciamento quando fui vítima de infâmias provincianas.

Vejam a que ponto chegamos neste teatro de absurdos!

A única novidade é que as mesquinhas passaram a interessar também a outros. Por essas inverdades, já processei mais de dez vezes um jornaleco local, que até foi obrigado a mudar de nome para fugir da Justiça.

Foi divulgada suposta omissão patrimonial no Imposto de Renda. Eis aqui novamente a verdade, nada além, nada aquém da verdade.

Imposto de Renda de 2004, ano-calendário 2003. Está aqui o documento! Eis mais uma prova, Srs. Senadores, de que não decepcionarei V. Ex^{as}. São documentos oficiais contra afirmações inteiramente equivocados: Fazenda Novo Largo, com todos os detalhes e informações: de quem, como e quando adquiri a propriedade. Está aqui, no meu Imposto de Renda.

Minhas senhoras e meus senhores, continuarei fazendo o que fiz em todos os meus mandatos: trabalhando por Alagoas, trabalhando pelo Brasil.

Fiz bastante pelos alagoanos. Lamento não ter conseguido fazer mais. Vou, até os últimos dias do meu mandato, trabalhar por novos investimentos para o meu Estado.

Não vou me omitir como Senador de Alagoas. É minha obrigação para com o Estado que tenho a honra de representar neste Senado Federal.

Não adianta. Não me intimidarei. Trabalhar para obter investimentos públicos ou privados para o desenvolvimento econômico e social é dever intransferível de todo Parlamentar no Brasil e no mundo.

Senhoras e senhores, é triste para a política brasileira que o Presidente do Senado Federal venha, nesta condição, explicar uma ação de alimentos, comentar a privacidade de sua vida pessoal.

Regredimos. Há dois mil anos, a política era feita de casos pessoais. Não existia o Estado Moderno. A violência e o primarismo tomavam conta dos homens. Era só vida pessoal.

Ressuscitamos, infelizmente, esses tempos e seus terríveis métodos. Tempo em que, Sr^{as} e Srs. Senadores, Cícero já condenava essa prática, que hoje repetem no Brasil, que, para amedrontar o Senado romano, colocavam nas ruas inscrições em que se dizia dos Senadores: "- adúlteros, assassinos, sedutores, libertinos, ladrões!"

Era a decadência da República Romana. Agora se vê a sórdida tentativa de restaurar esses tempos no Brasil.

Mas é o mesmo Marco Túlio Cícero quem diz que "o que mais desperta admiração na alma dos homens é a justiça".

Nunca é demasiado repetir as lições de Rui Barbosa, o Patrono desta Casa:

Se alguma coisa divina existe entre os homens é a justiça..., mas, para que a Justiça venha ser essa força, esse elemento de pureza, esse princípio de estabilidade, é preciso que não se misture com as paixões da rua ou com as paixões do governo, seja a justiça isenta, a justiça impassível, a soberana justiça, a congênita entre nós, entre os sentimentos sublimes à religião e à verdade.

O que peço a todos os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, nesta hora, é justiça e respeito por minha família. Sou responsável por meus atos e por eles respondo pessoalmente.

V. Ex^{as} não terão em mim nenhuma surpresa, absolutamente nenhuma surpresa. Por tudo que tenho, por tudo que faço, responderei.

Quaisquer que sejam os novos ataques, exporei as informações uma a uma, até que os ataques especulativos sejam vencidos em nome do Senado do País, da liberdade, da sociedade e de nosso bem supremo, a democracia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fora do campo pessoal, reafirmo, como Presidente do Senado Federal, meu compromisso de apoio integral a qualquer investigação dentro da lei, especialmente pelo Congresso Nacional, sobre todas as denúncias que envolvam as relações de empresas e empresários com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo. Já disse isso e quero repetir nesta oportunidade.

Esse debate, sim, é produtivo e fundamental para o País, porque esse, sim, diz respeito às instituições e, mais ainda, diz respeito ao interesse público, à democracia e ao Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RENAN CALHEIROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXO 3

Folha Online – O primeiro jornal brasileiro online

